



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA**

ANNE GABRIELLA SALGADO DOS SANTOS MOTA

**QUALIDADE DE VIDA E EMPODERAMENTO FEMININO EM UMA
COMUNIDADE RURAL DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-
ARAPIUNS, BRASIL**

**SANTARÉM-PA
2021**

ANNE GABRIELLA SALGADO DOS SANTOS MOTA

**QUALIDADE DE VIDA E EMPODERAMENTO FEMININO EM UMA
COMUNIDADE RURAL DA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-
ARAPIUNS, BRASIL**

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestra. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Iani Dias Lauer Leite.

**SANTARÉM-PA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- M543q Mota, Anne Gabriella Salgado dos Santos
Qualidade de vida e empoderamento feminino em uma comunidade rural da reserva extrativista Tapajós – Arapiuns - Brasil. / Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota. – Santarém, 2021.
147 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Thiago Almeida Vieira
Coorientadora: Iani Dias Lauer Leite
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.
1. Crédito rural. 2. Unidade de conservação. 3. Geração de renda. I. Vieira, Thiago Almeida, *orient.* II. Leite, Iani Dias Lauer, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 333.9098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



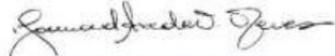
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, por meio remoto [meet.google.com/fyf-vjtt-kdc], instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr^a. Joana D'Arc de Vasconcelos Neves, UFPA, Examinadora Externa à Instituição; Dra. Maria Regina Caetano Costa, UFPEL, Examinadora Externa à Instituição; Dr^a. Helionora da Silva Alves, Examinadora Interna; Dr^a Iani Dias Lauer Leite, Coorientadora e Dr. Thiago Almeida Vieira, orientador da discente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte do professor, Thiago Almeida Vieira, presidente da banca, que após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou a discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada "Qualidade de vida e empoderamento feminino em uma comunidade rural da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Brasil", marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Thiago Almeida Vieira, passou a palavra às examinadoras para arguir a discente. Terminadas as arguições, o presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala, para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua **APROVAÇÃO**, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de sessenta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, a discente não terá o título se não cumprir as exigências acima.

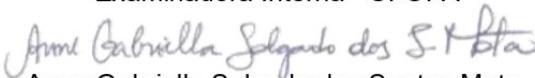

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
Presidente


Prof.ª Dra. Iani Dias Lauer Leite
Coorientadora


Prof.ª Dra. Joana D'Arc de Vasconcelos Neves
Examinadora Externa – UFPA


Prof.ª Dra. Maria Regina Caetano Costa
Examinadora Externa - UFPEL


Prof.ª Dra. Helionora da Silva Alves
Examinadora Interna - UFOPA


Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota
Discente

Às minhas mães e meu pai, amores da minha vida. Às mulheres da minha ancestralidade, por me inspirarem a ser melhor, em sua luta diária. Às mulheres participantes, por todo o carinho.

AGRADECIMENTOS

Escrever é um esforço solitário, no entanto, compor um trabalho acadêmico é resultado de um mérito compartilhado por muitas mãos e esta pesquisa não teria sido concebida ou concluída de outra forma. Dedico a Deus a alegria de ter passado neste processo seletivo e agradeço por Sua Graça ter sustentado meu ser.

À minha mãe Iara, minha mãe Regina e a meu pai Mota, minha gratidão por todo amor, dedicação e por sonharem meus sonhos comigo. Nana, Nano e Rael obrigada por estarem comigo para ‘pôr a mão na massa’ quantas vezes forem necessárias, e por nutrirem o melhor em mim.

Aos meus orientadores queridos, Dr. Thiago Vieira e Dra. Iani Leite, minha gratidão com carinho por estarem a postos e disponíveis para direcionar, auxiliar, frear, motivar e confortar sempre que foi necessário; obrigada por me auxiliarem até aqui, com leveza e bem estar. D. Estelina e Joice, pela prontidão de sempre, obrigada também.

À equipe que constrói o LAPCIA, por me ensinar uma nova maneira de enxergar a produção científica, e pelas contribuições teóricas para o estudo. Ellen, Raquel, Cleide, Carol, por terem sido minha equipe de campo maravilhosa.

À minha equipe de trabalho na Ufopa, representada pelos Professores Gabriel, Bruno e Fábio, pela confiança e parceria que várias vezes colaboraram para concluir cada etapa.

A Bruno Flores, por suas contribuições e apoio indispensáveis desde a fase inicial, obrigada, amigo. Aos amigos Carol, Manu e Thiago, por serem minha família em Santarém, pelo apoio sempre presente; e Manu, pelas sessões de orientação. Lari, Dinália, Farias, Raí e Dimas, a vocês que também fizeram parte de várias etapas importantes, obrigada por todo apoio.

A Harald Weinert, obrigada por sua atenção e contribuição precisa para as correções finais do texto. Assim como a D. Edna, Márcio, Rosinha, pelas contribuições que instigaram a construção do problema de pesquisa.

Finalmente, a Elô, Eder, Jaque, Rafa e Janaína, por acolherem a mim e à equipe com tanto carinho, como se fossem sua própria família; e às demais famílias de Surucuá, por partilharem conosco da sua hospitalidade, bondade, conhecimento. Às mulheres que participaram desta pesquisa, por que nada teria sido possível sem elas, por me acolherem e me aceitarem, para conduzirmos esse trabalho, meu profundo agradecimento.

(...)

Que pretendes, mulher?

Independência, igualdade de condições...

Empregos fora do lar?

És superior àqueles

que procuras imitar.

Tens o dom divino

de ser mãe

Em ti está presente a humanidade.

Mulher, não te deixes castrar.

(...)

Excerto do poema “Mãe”, por Cora coralina.

RESUMO

Qualidade de Vida é apresentada como um objetivo ou justificativa em legislações centrais que tratam de Políticas Públicas para diversos contextos, incluindo para populações tradicionais no Brasil, instigando um nicho para pesquisas que estudem a relação entre a eficácia de Políticas Públicas e suas possíveis contribuições à Qualidade de Vida destes povos. Este estudo propôs analisar as contribuições da modalidade de Crédito Agrário Fomento Mulher para a Qualidade de Vida e para o Empoderamento, na perspectiva de mulheres beneficiárias de uma comunidade ribeirinha da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. O primeiro objetivo específico apresenta percepções destas mulheres acerca de sua Qualidade de Vida e atendimento de suas necessidades; e o segundo objetivo específico, suas percepções acerca do Programa Fomento Mulher, analisando contribuições à sua Qualidade de Vida para o Empoderamento da mulher. Esta é uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com procedimentos de campo alicerçados sob a Inserção Ecológica como método de pesquisa no contexto. Os dados de discurso foram analisados com a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo. Treze mulheres foram entrevistadas e verificou-se que tiveram uma participação ativa na escolha de seus projetos, distribuídos entre horta, criação de galinhas e construção de casa de farinha. Os resultados indicaram que Trabalho e Renda, Saúde e Infraestrutura, são os aspectos em que as participantes percebem maior necessidade de intervenção para melhoria de sua Qualidade de Vida. Quanto às contribuições objetivas do Fomento Mulher para as agricultoras, variaram em relação aos projetos desenvolvidos: as mulheres que escolheram Casa de Farinha obtiveram um retorno mais duradouro com a melhoria das condições de trabalho, a partir do investimento em equipamentos e infraestrutura implementados. Os principais problemas identificados para obtenção de resultados mais positivos nos projetos foram: não ter recebido suporte da Assistência Técnica na fase de execução dos projetos e valor insuficiente do crédito para investir tudo o que necessitavam. Apesar das falhas, a avaliação subjetiva feita pelas participantes é que participar do Fomento Mulher foi uma experiência positiva, com destaque para contribuições da Extensão Rural, nas dimensões Social e Subjetiva. Estritamente, quanto à questão geral desta pesquisa, concluiu-se que o Fomento Mulher contribuiu pouco para atender as principais necessidades objetivas apresentadas pelas próprias participantes, não promovendo incremento continuado na renda. Em relação ao Empoderamento, as mulheres tiveram participação ativa nas etapas de escolha dos

projetos e na fase de compras de materiais, ainda quando houve uma decisão conjunta, partilhada com o marido. Mas foi considerada ausente a sua influência de governança nos grupos da comunidade em que participam. São sugeridos, a partir dos discursos das participantes, novos estudos que se concentrem na formação, capacitação ou análise de iniciativas coletivas a fim de promoverem oportunidade e participação econômica e de autonomia para estas mulheres.

Palavras-chave: Crédito rural. Unidade de conservação. Geração de renda. Amazônia.

ABSTRACT

Quality of Life is presented as an objective or justification in legislation dealing with Public Policies for traditional peoples in Brazil, instigating a field of study focused on the relation between the effectiveness of Public Policies and their possible contributions to the Quality of Life of these peoples. This study aimed to analyze contributions of the Agrarian Credit modality entitled *Fomento Mulher* to the Quality of Life and Empowerment from the perspective of women beneficiaries from a riverside community of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve. The first specific objective presents perceptions of these women about their Quality of Life and meeting of their needs; the second specific objective presents their perceptions about the *Fomento Mulher* Program, analyzing contributions to their Quality of Life for the Empowerment of women. This is a descriptive research, with qualitative approach and field procedures based on the Ecological Insertion, as a research method in the context. The speech data were analyzed using the Collective Subject Discourse technique. Thirteen women were interviewed and it was verified that they took an active part in choosing their projects, which were distributed in vegetable gardens, hen rearing and *Casa de Farinha* building. The results indicated that Work and Income, Health and Infrastructure are the aspects in which participants perceive a greater need for intervention to improve their Quality of Life. Related to objective contributions of *Fomento Mulher* to the women, those ones who chose *Casa de Farinha* obtained a longer-term return with the improvement of working conditions, based in the investment implemented in equipment and infrastructure. The main problems identified in order to obtain the most positive results in the projects were: not having received support from Technical Assistance during the project execution phase and insufficient credit to invest in all the needs of the project. Despite the gaps, the subjective analysis of the participants is that taking part in *Fomento Mulher* Program was a positive experience, with emphasis to the Rural Extension contributions in the Social and Subjective dimensions. Strictly, regarding the general question of this research, it was concluded that *Fomento Mulher* contributed little to meet the main objective needs considered by the participants themselves, not promoting a continuous increase in income. In relation to Empowerment, women participated actively in the stages of choosing their projects and also in the material purchasing phase, even when there was a joint decision, shared with the husband. But their governance influence over the community groups in which they participate was

considered absent. So that, based on the participants' statements, new studies are suggested, with focus on formation, training and / or analysis of collective initiatives, as promoters of economic opportunity, economic participation and autonomy for these women.

Keywords: Rural credit. Protected Area. Income generation. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Resumo gráfico da pesquisa aplicado às variáveis do estudo	24
Figura 2 - Resumo gráfico da pesquisa, aplicado ao conceito de Costanza <i>et al.</i> (2007).	28
Figura 3 - Dimensões de análise de efetividade da Extensão Rural, por Melo e Pinheiro (2017).	42
Figura 4 - Localização de Surucuá, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	49
Figura 5 - Espaços de uso coletivo na Comunidade Surucuá.....	52
Figura 6 - Instalações da Agroindústria, financiado pelo Fundo Dema/Amazônia, na comunidade de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	53
Figura 7 - Exemplos de casas construídas por meio do PNHR, em projeto liderado pela AMPROSURT, na Comunidade Surucuá- Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	54
Figura 8 - Equipe LAPCIA e crianças da comunidade Surucuá (guias de campo), Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	57
Figura 9 – Jardim da entrevistada E11	65
Figura 10 - Nuvem de palavras das espécies cultivadas nos quintais, produzidos pelas participantes, comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	69
Figura 11 - Nuvem de palavras de produtos consumidos pelas famílias das entrevistadas, oriundos da floresta, comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns, Pará, Brasil.....	69
Figura 12 - Qualidade de vida e os domínios das necessidades humanas e seus constructos para mulheres da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	74
Figura 13. Domínios da Qualidade de Vida, de acordo com as entrevistadas da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número filhos por faixa etária, entre as entrevistadas de Surucuí, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	64
Gráfico 2 - Participação das entrevistadas em grupos e associações locais, Surucuí, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de necessidades humanas.	27
Quadro 2 - Domínios da vida, segundo o instrumento <i>ComQol</i>	29
Quadro 3 - Características de Empoderamento da mulher, identificadas na Revisão de eficácia da OXFAM 2014/2016, no nível relacional.....	34
Quadro 4 - Amostra dos passos 1, 2 e 3 no quadro do IAD1, pergunta 1 da seção 2 da entrevista.....	60
Quadro 5 - Amostra do passo 4 no IAD I, pergunta 1.1. da seção 2 da entrevista.....	61
Quadro 6 - Amostra do passo 5 no quadro de IAD I, pergunta 3 da seção 2 da entrevista.	61
Quadro 7 - Amostra do passo 6 no IAD II, pergunta 3 da seção 2.....	62
Quadro 8 - Características de Empoderamento das mulheres, no nível relacional proposto por Lombardini, Bowman e Garwood (2017), para o contexto de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	72
Tabela 2 - Síntese das Ideias Centrais sobre onde preferência para morar, na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	76
Tabela 3 - Síntese das Ideias Centrais sobre a percepção de Qualidade de Vida, de acordo com as entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	80
Tabela 4 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que precisa melhorar na comunidade Surucuá para que as participantes tenham mais Qualidade de Vida. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.....	83
Tabela 5 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que precisa melhorar na vida das entrevistadas para que elas tenham mais Qualidade de Vida,Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.	83
Tabela 6 - Síntese de Ideias Centrais sobre a importância de participar de grupos na Comunidade Surucuá, na percepção das entrevistadas, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	93
Tabela 7 - Síntese de Ideias Centrais sobre sentir-se à vontade para opinar na Comunidade, na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.....	96
Tabela 8 - Síntese de Ideias Centrais sobre sentir-se à vontade para opinar, junto à família, na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.....	100
Tabela 9 - Síntese de Ideias Centrais sobre a participação de beneficiárias do crédito agrário Fomento Mulher, quanto à escolha do projeto, na percepção das entrevistadas, Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	102
Tabela 10 - Síntese de Ideias Centrais sobre o processo de decisão para uso do recurso do Fomento Mulher, de acordo com beneficiárias da Comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.	106
Tabela 11 - Síntese de Ideias Centrais sobre a avaliação do processo do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias da Comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.....	109

Tabela 12 - Síntese de Ideias Centrais sobre falhas ou melhorias no processo de execução do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.	111
Tabela 13 - Síntese de Ideias Centrais sobre o valor recebido para executar o Projeto Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns,Pará, Brasil.	114
Tabela 14 - Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças na vida das participantes do Fomento Mulher, percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará,Brasil.	117
Tabela 15 - Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças na renda das participantes do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns,Pará, Brasil.	120
Tabela 16 - Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças nos relacionamentos das participantes do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns,Pará, Brasil.	122

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

AC– Ancoragens

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ACT – Acordos de Cooperação Técnica

AMPROVAT – Associação de moradores, produtores rurais de Vista Alegre a Amorim

AMPROSURT – Associação de moradores e produtores rurais de Surucuaá- Rio Tapajós

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CEAPAC – Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária

CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social

CIFOR– Centro Internacional de Pesquisa Florestal

COMQOL – Comprehensive Quality of Life Scale”

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

COVID-19 – *Corona Virus Disease* 2019

DD – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

ECOOIDEIA – Cooperativa de Serviços e Ideias Ambientais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ECH– Expressões-Chave

IAD I– Instrumento de Análise do Discurso I

IAD II – Instrumento de Análise do Discurso II

IC – Ideia Central

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

LAPCIA – Laboratório de Pesquisa Crianças e Infâncias Amazônicas

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PANC – Planta alimentícia não convencional

PPGSAQ – Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAP– Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNPCT– Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPGSAQ – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSA – Projeto Saúde e Alegria

PNUD– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RESEX – Reserva Extrativista

SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde

SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SR30 – Superintendência Regional 30 – Oeste do Pará/ INCRA

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TCLE– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU– Tribunal de Contas da União

UBSF– Unidade Básica de Saúde Fluvial

UCs – Unidades de Conservação

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

URE – Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1. Qualidade de Vida: conceitos e dimensões	24
2.2. Empoderamento: mulheres da floresta	31
2.2.1. Histórico, conceitos e dimensões	32
2.2.2. Mulheres do campo e das florestas na Amazônia	35
2.3. O Fomento Mulher no contexto da reforma agrária	36
2.4. Comunidades rurais tradicionais	43
3. PERCURSO METODOLÓGICO	47
3.1. Aspectos éticos	47
3.2. Contextualização da RESEX e definição amostral	47
3.3. Local do estudo: comunidade Surucuá	50
3.4. Inserção Ecológica.....	55
3.5. Instrumento de coleta de dados	58
3.6. Análise dos dados de voz: Discurso do Sujeito Coletivo.....	58
Descrição de etapas do DSC	60
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1 Organização dos resultados.....	63
4.2 Caracterização do perfil das respondentes.....	63
4.3 “Vem muita coisa pra cá, mas ninguém pergunta essas coisas pra gente”: perspectivas sobre Qualidade de Vida.....	71
4.4 “Era meu sonho, sabe? Ter uma casa de farinha bacana assim que eu pudesse trabalhar”: perspectivas sobre o Fomento Mulher e Empoderamento	91
4.4.1 Participação na comunidade.....	91
4.4.2 Fomento Mulher.....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	141
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	141
APÊNDICE B - FOMENTO MULHER NA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS	144
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	146

ANEXOS	148
ANEXO A – INCRA INFORMA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES DE ATER AGOSTO DE 2016	148
ANEXO B – RESPOSTA DO INCRA AO OFÍCIO ENVIADO EM 2021	150
ANEXO C – EQUIPE DE ATES INFORMA POR E-MAIL PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES EM FEVEREIRO DE 2018	152
ANEXO D – INCRA COMUNICA PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES DE ATER EM MARÇO DE 2018.....	153
ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	154
ANEXO F – AUTORIZAÇÃO ICMBIO / SISBIO.....	154
ANEXO G – RESPOSTA DO INCRA AO OFÍCIO ENVIADO EM 2019	155

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem sido notório o interesse em promover estudos associando os temas Qualidade de Vida, Bem-Estar e Satisfação com a Vida às suas contribuições para Políticas Públicas, seja focando na construção de índices nacionais, ou de novos indicadores (objetivos e/ou subjetivos), ou ainda, promovendo argumentos para o uso de indicadores subjetivos nas tomadas de decisão sobre Políticas Públicas (DIENER *et al.*, 2009; TONON, 2017; ABDALLAH; THOMPSON; MARKS, 2008).

No Brasil, para o contexto deste estudo, esse cenário é traduzido pelo uso do termo “melhoria da Qualidade de Vida” como um objetivo a ser alcançado em muitas das normas do Poder Executivo, geradoras de Políticas Públicas para comunidades tradicionais. Por exemplo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) justifica com esse objetivo a criação de pelo menos três tipos de Unidades de Conservação (UCs), dentre as 12 categorias (BRASIL, 2000).

Da mesma forma, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) considera que o Desenvolvimento Sustentável deve, por princípio, ser direcionado à “promoção da melhoria da Qualidade de Vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições” (BRASIL, 2007, art. 1º, inciso V).

De modo similar, a lei de regulamentação dos dispositivos constitucionais para a Reforma Agrária cita que existe preservação do meio ambiente e qualidade dos recursos ambientais, na medida em que estão adequados à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e Qualidade de Vida das comunidades (BRASIL, 1993).

Considerando esse amplo contexto, existem várias possibilidades de pesquisa com enfoque em Qualidade de Vida para comunidades tradicionais, especificamente na região amazônica, tendo em vista: as relações já mencionadas no âmbito normativo; a fragilidade destas comunidades em garantir seu modo de vida, com acesso aos direitos básicos e à cidadania; bem como, os desafios em gerar, gerenciar e executar Políticas Públicas que atendam aos anseios destas comunidades.

Esses aspectos trazem à tona a necessidade de pensar e avaliar a eficácia de Políticas Públicas em, de fato, gerar melhoria na Qualidade de Vida de suas populações alvo, dentro do contexto já mencionado: comunidades tradicionais amazônicas.

Nesse sentido, este estudo objetivou investigar uma possível lacuna, encontrada na execução do Crédito Agrário ‘Fomento Mulher’, na região Oeste do Pará. Trata-se de uma modalidade de Crédito Instalação, gerenciada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e prevista para o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais, pago a mulheres beneficiárias em Projetos de Assentamento (INCRA, 2008a).

Essa modalidade de crédito foi criada em 2008, com o título “Apoio Mulher”, por meio da Instrução Normativa INCRA nº 50 de 22/12/2008, no valor individual de R\$ 2.400,00 (INCRA, 2008a). Em 2011, o valor aumentou para R\$ 3.000,00 (INCRA, 2011) e em 2014, o crédito foi renomeado como Fomento Mulher, destinado à implementação de projeto produtivo, sob responsabilidade da mulher do lote (BRASIL, 2014).

A lacuna identificada consiste na não concretização da fase de avaliação final, pelas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), conforme previsão do Edital de Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013, pelo qual instituições foram contratadas para prestação de serviços de ATER a famílias extrativistas de Unidades de Conservação e de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) no Acre, Amazonas e Pará (MDA; INCRA, 2013).

O edital focava no planejamento e execução de atividades participativas, baseadas nos princípios de valorização do protagonismo das mulheres na produção, gestão, comercialização e acesso às Políticas Públicas, estimulando e apoiando processos de auto-organização. De modo que “as atividades de ATER não deveriam reforçar o papel tradicional das mulheres na unidade doméstica”, devendo para isso “considerar horários adequados e flexíveis com as demais atividades exercidas pelas mulheres” (MDA; INCRA, 2013, p. 20).

Na fase prévia de construção deste projeto de pesquisa, o INCRA, o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social (CEAPS)¹, o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) foram consultados a respeito do trabalho de ATER na RESEX (resultante da Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013) e todos informaram que a fase de conclusão do acompanhamento não foi realizada, motivando, em parte, a construção da questão de pesquisa.

¹ O CEAPS é conhecido na região por seu nome fantasia: Projeto Saúde e Alegria (PSA).

Segundo o Edital, sem nortear instrumentos ou indicadores, a fase final da prestação de serviços de ATER deveria se concentrar em “[...] analisar a melhoria nos índices de Qualidade de Vida e renda proporcionada pela implantação dos [...] Projetos de Desenvolvimento das Atividades Produtivas [...] e de seus respectivos resultados alcançados”(MDA; INCRA, 2013, p. 35).

No entanto, em razão de corte orçamentário do Governo Federal que levou à interrupção dos contratos de Assistência Técnica das prestadoras que atuavam na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns não houve acompanhamento na fase de implementação dos projetos produtivos das beneficiárias contempladas com o Fomento Mulher, na UC, tampouco houve execução da fase de avaliação do ciclo do projeto de ATER como um todo. Detalhes sobre este corte orçamentário serão trazidos no tópico 2.3.

Portanto, a relevância desta pesquisa está em contribuir com uma avaliação desta Política Pública quanto a possíveis contribuições para Qualidade de Vida da população beneficiada, considerando os desafios de sua implementação, especificamente dentro da RESEX Tapajós-Arapiuns, na comunidade Surucuá, local de estudo escolhido por ser a comunidade com maior nº de beneficiárias contempladas por comunidade, na RESEX.

Em sentido amplo, foi realizada uma avaliação de uma Política Pública, alicerçada no contexto de estudos sobre Qualidade de Vida e inserida na linha de pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Como hipótese, acreditava-se haver significância de contribuição do crédito agrário Fomento Mulher para a Qualidade de Vida das beneficiárias, da Comunidade Surucuá, localizada na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. O objetivo geral deste trabalho foi analisar as contribuições do crédito Fomento Mulher para a Qualidade de Vida e Empoderamento de beneficiárias de uma comunidade da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Quanto aos objetivos específicos: a) Descrever as percepções de beneficiárias do Fomento Mulher, em comunidade da RESEX Tapajós-Arapiuns, acerca de sua Qualidade de Vida e atendimento de suas necessidades; b) Descrever as percepções dessas mulheres acerca do processo de implementação e execução do

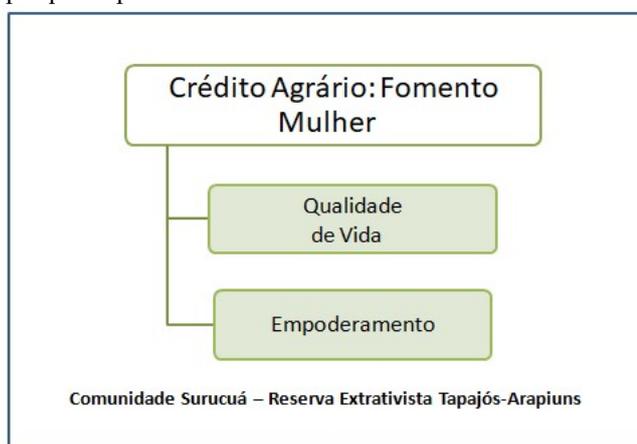
crédito agrário, analisando a contribuição à sua Qualidade de Vida, para o Empoderamento da mulher.

Quanto à organização deste trabalho, esta introdução geral é seguida do referencial teórico, do percurso metodológico, e então, do tópico de resultados e discussão, organizado em subseções para contemplar apresentação dos resultados, por objetivo específico. Por fim, no quinto tópico é descrito um apanhado geral acerca do cumprimento do objetivo geral, concluindo com algumas considerações finais, que resumem os principais achados e indicam novos possíveis caminhos de investigação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o resumo gráfico desta pesquisa, aplicado às variáveis do estudo (Figura 1), este referencial teórico apresenta três conceitos trabalhados: Qualidade de Vida; Empoderamento; e, Fomento Mulher. Bem como, contextualização acerca das características de comunidades rurais tradicionais, categoria ampla em que se enquadra o local onde este trabalho foi realizado.

Figura 1. Resumo gráfico da pesquisa aplicado às variáveis do estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

2.1. Qualidade de Vida: conceitos e dimensões

Na literatura científica não existe um conceito único e compartilhado acerca de Qualidade de Vida, devido ao uso amplificado do termo, seja: nos diversos campos de pesquisa acadêmica, nos discursos, nas leis, nas mídias ou na vida comum (BARCACCIA *et al.*, 2013).

Por isso, pode ser entendida como uma expressão guarda-chuva que abrange vários aspectos da vida, por exemplo: saúde física e mental, estado psicológico (cognitivo e emocional), relações sociais, condição econômica, possibilidades de lazer e vida ocupacional (EFKLIDES; MORAITOU, 2013). Para alguns autores, é apresentada como sinônimo de saúde (MICHALOS; ZUMBO; HUBLEY, 2000) ou Bem-Estar (CAMFIELD; CRIVELLO; WOODHEAD, 2009).

De acordo com o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998, p. 28, tradução nossa), “Qualidade de Vida se baseia na percepção do indivíduo sobre

sua posição na vida, dentro do contexto cultural e sistema de valores no qual vive e com respeito a suas metas, expectativas, normas e preocupações”.

Trata-se, portanto, de uma avaliação subjetiva individual sobre o atendimento de suas necessidades ou da negação das oportunidades que lhe permitam satisfazê-las, abrangendo seis domínios amplos, que complementam e sobrepõem entre si as noções de Saúde e Qualidade de Vida: “saúde física, estado psicológico (ex. sentimentos positivos), nível de independência (ex. mobilidade), relações sociais, crenças pessoais (ex. significado da vida) e a relação com o contexto (ex. acesso à assistência sanitária)” (OMS, 1998, p. 28, tradução nossa).

Segundo Bramston, Pretty e Chipuer (2002), a maior parte dos pesquisadores concorda que Qualidade de Vida subjetiva é um conceito multidimensional, que abrange um número diverso de domínios da vida, e que cada um avalia diferentemente, de acordo com a importância atribuída para cada um destes aspectos. Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 2), o grau de satisfação, nesta avaliação, permearia principalmente os domínios: “vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”.

Desse modo, o conceito está relacionado a experiências, expectativas, interesses e realizações de cada pessoa e atrelado ao julgamento individual sobre a importância de cada domínio em suas vidas, incluindo medidas positivas e negativas, em determinado momento, produzindo uma avaliação global, o que é apresentado por Diener (2006) como ‘Satisfação com a Vida’.

Dentro dessas abordagens, que privilegiam uma avaliação individual, existe uma relação quase indissociável entre Qualidade de Vida e Bem-Estar Subjetivo. Campbell, Converse e Rodgers (1976) consideram os constructos sinônimos; já, Giacomoni (2004), Costanza *et al.* (2007) e Efklides e Moraitou (2013, p. 1, tradução nossa) entendem o Bem-Estar como medida de avaliação subjetiva da Qualidade de Vida, porque “capitaliza o estado emocional (por exemplo, felicidade) e a percepção de diferentes aspectos da vida de uma pessoa, identificando se atende aos seus padrões ou expectativas sobre sua vida”.

Na medida em que ambos os conceitos se referem a como as pessoas pensam e se sentem sobre suas vidas, a maneira como se entrelaçam se torna mais evidente quando somamos a explicação de Giacomoni (2004, p. 43) de que “Bem-Estar diz respeito a como e por que as pessoas experienciam suas vidas positivamente” à intervenção de Vitterso, Roysambu e Diener (2002, p. 82, tradução nossa) chamando

atenção ao fato de que “em qualquer lugar no mundo, a Qualidade de Vida das pessoas depende de suas habilidades em ter uma perspectiva positiva sobre suas vidas”.

No entanto, ao se falar sobre Qualidade de Vida em uma comunidade, o entendimento é ampliado para a inclusão de dois elementos principais: coesão da comunidade e sentido de pertencimento das pessoas, concluindo, de acordo com Sirgy, Gao e Young (2008) que Qualidade de Vida da comunidade é um elemento da Qualidade de Vida em geral, que prediz o Bem-Estar geral, de modo que a satisfação ou não com os serviços comunitários tende a gerar um impacto direto no Bem-Estar da comunidade, por meio da satisfação com vários domínios da vida: educação, serviços de saúde, disponibilidade de trabalho, segurança pública, serviços de transporte.

Satisfação com a vida na comunidade fazem as pessoas falarem sobre situações como: segurança no dia a dia, segurança nas ruas e locais públicos, serviços sociais, interação entre vizinhos, infraestrutura e equipamentos, transporte público, capacidade de trabalhar e possibilidade de aproveitar o tempo de lazer, encontrar outras pessoas membros da comunidade, em locais públicos, trocar pontos de vista e discutir preocupações e problemas comuns (TONON, 2012, p. 22).

Ainda sobre a vida em comunidade, os povos da floresta assimilam dimensões como cooperação, confiança e baixo conflito entre seus membros, como indicadores que podem influenciar seu Bem-Estar, variando amplamente em cada comunidade, em função de: força das redes sociais (laços de parentesco ou de relações comerciais); homogeneidade étnica e religiosa, questões socioeconômicas; fatores políticos (hierarquia e governança local), nível de competição por recursos dentro da comunidade e pressões externas (CIFOR, 2007).

Assumi-se neste estudo a definição integrativa de Qualidade de Vida apresentada por Costanza *et al.* (2007), entendida como o resultado da interação entre elementos objetivos, que incluem indicadores socioeconômicos e demográficos e, elementos subjetivos. É, portanto, a função entre o nível de necessidades humanas atendidas e a extensão em que indivíduos ou grupos estão satisfeitos com este nível.

Costanza *et al.* (2007) sintetizam uma definição integrativa de Qualidade de Vida como uma função entre o atendimento de necessidades humanas (equivalente aos “domínios da vida”) em relação às percepções do Bem-Estar subjetivo do indivíduo ou do grupo. A dimensão subjetiva da equação é validada a partir do que as pessoas percebem como importante para sua felicidade e Bem-Estar (DIENER; SUH, 1999), como também é corroborado por Floriano (2009).

Portanto, partindo-se do pressuposto de que somente o indivíduo pode definir o que é Qualidade de Vida para si e que a cultura é uma forte influência para esta decisão, é imprescindível lembrar que os valores para a saúde, atividade/trabalho, liberdade, segurança, status, sociabilidade, esperança, ambição, ansiedade, felicidade, entre outros, têm pesos diferentes para cada pessoa (FLORIANO, 2009, p. 102).

A exemplo das dimensões da Qualidade de Vida apresentadas por Floriano (2009, p.102), acima, Costanza *et al.*(2007, p. 273) definem uma lista de necessidades humanas, correspondentes às dimensões ou aos aspectos objetivos do conceito apresentado por esses autores, elencados no Quadro 1, junto aos seus descritores.

Quadro 1- Lista de necessidades humanas.

Necessidades	Descritores (fatores diretos de satisfação)
Subsistência	Alimento, abrigo, serviços ecológicos vitais como água limpa e ar puro, acesso a assistência médica, descanso
Reprodução	Nutrição das crianças, mulheres grávidas, transmissão da cultura, qualidade da vida doméstica
Segurança	Regras de conduta aplicadas, proteção contra violência doméstica e pública, segurança de subsistência no futuro
Laços de afeto	“Ser capaz de ter apegos às coisas e pessoas fora de nós; amar aqueles que amam e cuidam de nós, assim como lamentar a sua ausência”, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, paixão, receptividade
Conhecimento	Acesso à informação, intuição e racionalidade
Participação	Agir de maneira significativa no mundo; contribuir e ter algum controle sobre a vida política, comunitária e social; ser ouvido; emprego significativo; cidadania
Lazer	Recreação, relaxamento, tranquilidade, acesso à natureza, viagem
Espiritualidade	Experiências transcendentais; acesso à natureza; participação em uma comunidade de fé
Criatividade/ expressão emocional	Brincadeira, imaginação, inventividade, expressão artística
Identidade	Status, reconhecimento, sentimento de pertencimento, diferenciação, sentido de lugar
Liberdade	“Ser capaz de viver a própria vida e a de mais ninguém” (ou seja, ter certas garantias sobre não interferência sobre escolhas pessoais, como casamento, maternidade, emprego, sexualidade); mobilidade

Fonte: Costanza *et al.*(2007), tradução nossa.

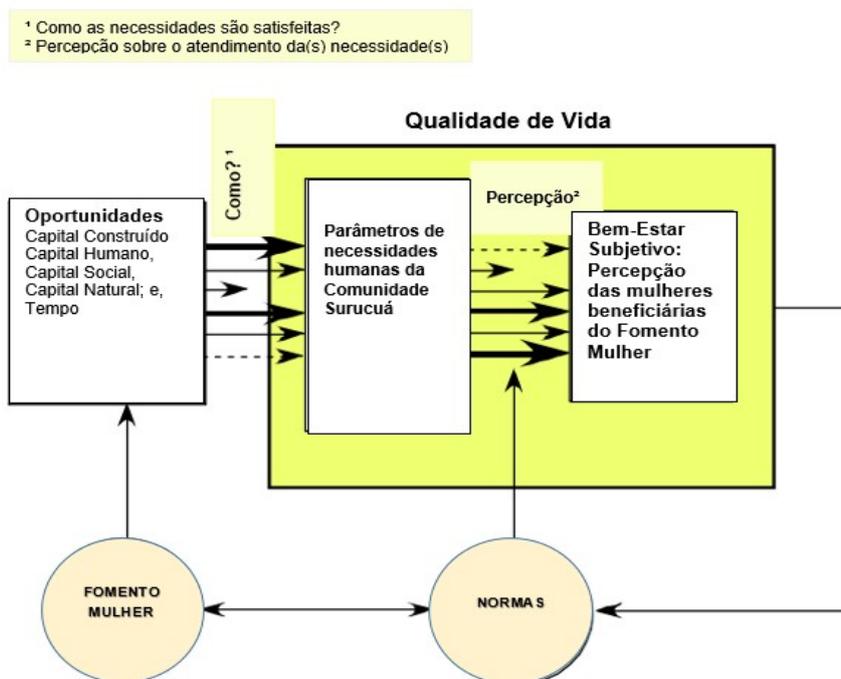
Os indicadores objetivos servem como instrumentos potenciais para interferir na Qualidade de Vida, mas não necessariamente, isso porque a medida de atendimento das necessidades é definida pelo indivíduo, sendo possível que suas percepções sobre Bem-Estar subjetivo se sobreponham às necessidades objetivas.

Segundo Diener (2000), Bem-Estar subjetivo é uma avaliação geral da Qualidade de Vida, composta por três componentes: (1) satisfação com a vida, (2) a experiência de níveis elevados de emoções agradáveis e (3) a experiência de níveis relativamente baixos de emoções negativas.

O conceito de Costanza *et al.* (2007) foi escolhido porque na relação entre elementos objetivos e subjetivos que compõem a Qualidade de Vida, o papel das Políticas Públicas é bem definido. Atuam como geradoras de oportunidades para que indivíduos ou grupos alcancem o atendimento de suas necessidades, devendo ser capazes de gerar/prover Capital Humano, Construído, Social e Natural.

Assim, essa definição propicia viabilidade de análise para o objeto que se propõe nesta discussão, uma vez que se trata de uma avaliação sobre possível interferência de crédito agrário na Qualidade de Vida de suas beneficiárias, no âmbito das Políticas Públicas de Reforma Agrária (Figura 2).

Figura 2-Resumo gráfico da pesquisa, aplicado ao conceito de Costanza *et al.* (2007).



Fonte: Adaptado de Costanza *et al.* (2007), pela autora.

Embora robusto e prático, o conceito de Costanza *et al.* (2007) não descreve instrumento para sua operacionalização. Cummins (1997), no entanto, validou uma escala para adultos, o “*Comprehensive Quality of Life Scale*” (ComQol)² como instrumento que apresenta a possibilidade de avaliar as dimensões objetiva e subjetiva de cada um dos sete domínios, definidos em seu conceito para Qualidade de Vida, apresentados no Quadro 2 (GULLONE; CUMMINS, 1999).

²“*Comprehensive Quality of Life Scale*” corresponde à “Escala abrangente de Qualidade de Vida”, tradução nossa.

Quadro 2- Domínios da vida, segundo o instrumento *ComQol*.

	Domínio	Descritores
1	Bem-Estar material	As coisas que a pessoa possui, por exemplo: dinheiro, roupas, bens em geral;
2	Saúde	Estado de saúde ou ausência de doença;
3	Produtividade	Coisas que a pessoa apresenta ou faz;
4	Intimidade	Relacionamentos com família ou amigos;
5	Segurança	Quão segura a pessoa se sente;
6	Lugar na Comunidade	O que a pessoa faz com outras pessoas ou em lugares fora de sua casa
7	Bem-Estar emocional	Sua própria felicidade

Fonte: Gullone e Cummins(1999), em tradução livre da autora.

Assim, fazendo correspondências entre o conceito de Costanza *et al.* (2007) e o de Gullone e Cummins (1999), ambas as definições apresentam e contemplam aspectos objetivos e subjetivos; bem como, a lista das onze necessidades humanas de Costanza pode ser analisada / comparada aos sete domínios definidos por Gullone e Cummins.

Costanza *et al.* (2007) compreendem os Capitais Humano, Social, Construído e Natural como potenciais instrumentos para oportunizar melhorias na Qualidade de Vida e no Bem-Estar das populações. Deste modo, a obra do autor retorna à relação entre os constructos citados e a discussão a respeito dos capitais, fundamentando suas hipóteses no Modelo Expandido do Sistema Econômico Ecológico (VEMURI; COSTANZA, 2006).

A correlação estabelecida por Costanza *et al.* (2007) entre os Capitais Humano, Social, Construído e Natural como “Inputs” gerados pelas Políticas Públicas e que oportunizam aos indivíduos incremento de suas capacidades para satisfazer suas próprias necessidades recorda a abordagem de Sen (2010) e sua teoria do Desenvolvimento como Liberdade, pela perspectiva das capacidades.

Assim, podemos traçar um paralelo entre ambos os autores de modo que, em medida diretamente proporcional, temos que: quanto mais oportunidades, maiores as capacidades e, portanto, mais condições para satisfazer suas próprias necessidades e gerar Bem-Estar, como dito por Costanza *et al.* (2007), ou ainda, mais condições para que as pessoas possam viver a vida que valorizam e escolheram, como dito por Sen (2010).

Desse ponto de vista, entende-se o desenvolvimento de uma perspectiva interacional, como um senso de “realizar o potencial que é latente em alguma coisa”,

segundo o qual se compreende que cabe aos tomadores de decisão criar condições para que as pessoas realizem seu potencial como seres humanos para viver a vida que valorizam (HARRIS, 2014, p.3, tradução nossa).

Ainda nessa linha, aprofundando o pensamento de Amartya Sen (2010), o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e as Políticas Públicas exercem um papel fundamental neste processo.

Existe, portanto, uma relação proporcional e direta entre “expansão de capacidades” e “Qualidade de Vida”, ou seja, se existem oportunidades para expandir as capacidades humanas e, portanto, oportunidade para acessar as liberdades substanciais, existirá Qualidade de Vida. Na mesma medida, havendo privação de liberdades (não sendo geradas oportunidades), não haverá Qualidade de Vida. Cita-se:

A privação de liberdade econômica, na forma de extrema pobreza pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade [...]. A privação de liberdade econômica pode gerar privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica (SEN, 2010, p. 229).

Um aporte conceitual paralelo ao de Sen (2010) foi identificado em CIFOR (2007), literatura que se preocupa, para fins de tomadas de decisão sobre Políticas Públicas, em monitorar e reduzir a pobreza, cujo conceito é amplificado para identificá-la como privação de Bem-Estar. Logo, segundo o CIFOR (2007, p. 10, tradução nossa), diminuir a pobreza significa aumentar o Bem-Estar, ou seja: “se uma pessoa carece completamente de Bem-Estar, ela está em situação de pobreza. Por outro lado, se ela estiver em um estado de alto Bem-Estar, sua vida é caracterizada por prosperidade, felicidade e satisfação”.

Portanto, assim como Sen (2010) identifica a expansão (ou privação) de liberdades substanciais a partir de uma perspectiva multidimensional, CIFOR (2007, p. 10) utiliza uma perspectiva multidimensional para definir pobreza, de acordo com o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreendendo aspectos como “estilos de vida autodeterminados, escolha, ativos, capacidades, inclusão social, desigualdade, direitos humanos, direito, vulnerabilidade, empoderamento e Bem-Estar subjetivo”.

Ainda, assim como cabem às Políticas Públicas promover oportunidades de expansão das capacidades (SEN, 2010) para promover Qualidade de Vida

(COSTANZA *et al.*, 2007), também cabem aos governos locais buscar ferramentas para: “Identificar a natureza da pobreza local, planejar intervenções de desenvolvimento localmente relevante e monitorar o impacto de suas intervenções”, a fim de contribuir para o Bem-Estar das populações que administram (CIFOR, 2007, p. 3, tradução nossa).

Segundo o relatório da ONU MULHERES (2017), países com melhor igualdade de gênero também tendem a ter menores taxas de pobreza. Portanto, trabalhar em prol da geração de renda para um maior número de mulheres é uma maneira efetiva de enfrentar a pobreza e favorecer diretamente a Qualidade de Vida da população em geral, daí, resulta a preponderância do tema Empoderamento Feminino.

2.2. Empoderamento: mulheres da floresta

Historicamente, dentre outros grupos, as mulheres estão sujeitas a privações de liberdade, sofrem e suportam muitas das desigualdades sociais, vivendo sob relações de subordinação, em muitos países (ONU MULHERES, 2017), no entanto, se diferem dos outros subgrupos sociais (pobres, minorias étnicas, etc.) porque configuram uma categoria transversal de indivíduos que superam todos os outros subgrupos (MALHOTRA, 2003).

Objetivamente, as desigualdades entre homens e mulheres acontecem pela “restrição de liberdades pessoais e direitas fundamentais”, em qualquer situação que limite ou impeça a mulher de dar conta de si e exercer controle sobre sua vida, ou de expandir suas capacidades; ou então, pelo “não reconhecimento e subestimação do trabalho feminino” no ambiente doméstico, “nas tarefas reprodutivas; nas atividades produtivas” ou em toda “atividade relacionada à organização e melhoria das condições de vida em comunidade” (ANOKO, 2008, p. 18).

No entanto, de maneira geral, só existe valorização da mulher em sociedade quando ela realiza um trabalho produtivo fora do âmbito doméstico, gerando o fenômeno da “tripla jornada de trabalho” (ANOKO, 2008), evento em parte responsável pelo diminuto acesso das mulheres a postos de representação ou de tomada de decisão política, comparativamente aos homens (VASQUEZ, 2010).

Assim, ao se falar das relações socialmente construídas entre os gêneros masculino e feminino, referimo-nos às relações de gênero, maneiras pelas quais uma sociedade, dentro do seu contexto cultural, fundamenta hierarquia, relações sociais,

definição de responsabilidades, direitos e oportunidades, associando as prerrogativas ao fato de ser homem ou mulher (COLLING; TEDESCHI, 2019).

Desse modo, uma vez que compete às Políticas Públicas o papel de oportunizar aumento de capacidades e logo, de acesso às liberdades substanciais (SEN, 2010), é pertinente estudar e avaliar programas que utilizam a abordagem da equidade, ao reconhecer que, tanto homens como mulheres têm sua parte na busca pelo desenvolvimento humano, e por isso, na estabilidade e melhoria da Qualidade de Vida das comunidades e sociedades (ANOKO, 2008).

2.2.1. Histórico, conceitos e dimensões

Empoderamento deriva do inglês “*Empowerment*”, que significa dar ou adquirir poder ou mais poder às pessoas, sejam de qual grupo for. O termo começou a ser utilizado nos Estados Unidos, pelos movimentos sociais por direitos civis, principalmente os feministas e negros, entre os anos 1960 e 1970 (ARAÚJO *et al.*, 2016; BARBOSA, 2017) e está intrinsecamente ligado a assumir ou reassumir o controle da própria vida, o que significa definir seus objetivos, adquirir competências (ou reconhecê-las), resolver problemas e ser capaz de prover seu próprio sustento (ONU MULHERES, 2017).

Similarmente ao enunciado de Narayan (2002) que define o termo em referência à expansão da liberdade de escolha e ação para moldar a vida de alguém, empoderamento implica controle sobre recursos e escolhas, por isso é entendido como processo e resultado, em que se pressupõe mudança social, na busca e fortalecimento das pessoas por afirmação de seus direitos e superação de desigualdades entre homens e mulheres, nas diferentes esferas da vida (ZORZI, 2008). A título de exemplo, empoderamento para a saúde é representado pela OMS (1998) como:

Um processo social, cultural, psicológico ou político por meio do qual indivíduos e grupos são capazes de compreender e apresentar suas necessidades e preocupações. Podem, assim, idealizar, expressar suas necessidades, apresentar as suas preocupações, conceber estratégias para o envolvimento na tomada de decisões e alcançar a ação política, social e cultural para atender a essas necessidades (OMS, 1998, p. 16, tradução nossa).

Segundo Deeré e Léon (2002), o ponto de partida para o empoderamento da mulher envolve sua tomada de consciência sobre seu papel na sociedade, sua

autopercção acerca de suas capacidades e mudança de pensamento quanto a seus direitos e capacidades.

E de acordo com o Lopez-Claros e Zahidi (2005) cinco dimensões importam ao se analisar empoderamento da mulher: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional e, saúde e Bem-Estar. Já Malhotra (2003) destaca seis outras dimensões para analisar empoderamento feminino no âmbito familiar: econômico, sociocultural, familiar (interpessoal), legal, político e psicológico.

Participação econômica representa a presença da mulher no mercado de trabalho em termos quantitativos, referindo-se ao número de participação, mas também à equiparação salarial. Oportunidade econômica se refere “à qualidade do envolvimento econômico das mulheres e extrapola a mera presença feminina em sua condição de trabalhadora”, ou seja, quando existem oportunidades para desenvolvimento profissional, com garantias de direitos à mulher como licença-maternidade remunerada (LOPEZ-CLAROS; ZAHIDI, 2005, p. 9).

Acredita-se que o Fomento Mulher possa contribuir quanto aos aspectos da geração de renda e de oportunidade econômica, representando que a mulher se torna capaz de formular escolhas estratégicas para contribuir economicamente com a família, dispor de acesso e controle aos recursos da família; que tenham controle sobre sua renda, acesso ao trabalho e à propriedade.

Na dimensão psicológica, o Empoderamento da mulher pressupõe autoestima, autoeficácia e Bem-Estar psicológico. Na dimensão familiar, é observado se a mulher participa das tomadas de decisão da família, se pode optar sobre gravidez e métodos contraceptivos, se é livre de violência doméstica, se tem controle sobre a escolha do parceiro e sobre o momento de casar (MALHOTRA, 2003).

Políticas de empoderamento para mulheres precisam partir da premissa da equidade para o desenvolvimento de suas capacidades, ou seja, independentemente de sexo, gênero, classe social, religião e idade, todos precisam ter acesso à educação, aos serviços básicos.

Equidade também significa justiça: dar a cada pessoa o que legitimamente pertence a ela, reconhecendo as condições e / ou as características específicas de cada pessoa. Finalmente, a equidade é o reconhecimento da diversidade sem discriminação (ANOKO, 2008, p. 23, tradução nossa).

Quanto às características do Empoderamento, as revisões de eficácia da OXFAM³ para o biênio 2014/2016 construíram uma abordagem baseada em três níveis: pessoal, relacional e ambiental.

Os autores da publicação, Lombardini; Bowman; Garwood (2017) propõem uma metodologia que pode ser replicada para composição das características, em cada dimensão e nível, a fim de gerar um Índice de Empoderamento das Mulheres. A lista de características apresentada, portanto, não é exaustiva, mas representativa e pode indicar elementos que se adequem à comparação dos resultados de campo desta pesquisa, dentro do nível “relacional”, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3- Características de Empoderamento da mulher, identificadas na Revisão de eficácia da OXFAM 2014/2016, no nível relacional.

NÍVEL	DIMENSÃO	CARACTERÍSTICA
RELACIONAL	PODER COM	Capital social
		Participação em grupos da comunidade
		Nível de suporte provido pela comunidade para seguir iniciativas próprias
		Participação política
		Atitudes e crenças de pessoas próximas à mulher (apoio dos homens aos direitos das mulheres)
		Atitudes e crenças de pessoas próximas à mulher (apoio dos líderes comunitários para encorajar o acesso das mulheres a Políticas Públicas)
		Grau de influência na governança de grupos comunitários
		Participação em eventos públicos
		Contribuição para as necessidades sociais da comunidade
	PODER SOBRE	Envolvimento na tomada de decisão da família (decisões de despesas)
		Envolvimento na tomada de decisão da família (decisões de investimento)
		Envolvimento na tomada de decisão doméstica (decisões de gestão doméstica)
		Controle sobre os bens domésticos
		Contribuição para a renda familiar
		Poder nos mercados
		Controle sobre a sexualidade

³ A OXFAM é uma ONG de origem britânica fundada em 1942, que atua internacionalmente em mais de 90 países por meio de confederação de 19 organizações, cuja principal atuação está em promover alívio e combate à pobreza. <https://www.oxfam.org/es/que-hacemos/quienes-somos/nuestra-historia>.

		Experiência de violência de gênero
		Controle ao longo do tempo
		Capacidade de reduzir o tempo dedicado às responsabilidades de cuidado
		Capacidade de redistribuir o fardo das responsabilidades de cuidado
		Capacidade de ter mais tempo para lazer e socializações

Fonte: Lombardini, Bowman e Garwood (2017). Tradução nossa.

2.2.2. Mulheres do campo e das florestas na Amazônia

A distribuição agrária na América Latina é a mais desigual do mundo, onde existe vasta disparidade no acesso a direitos e à propriedade real da terra, entre homens e mulheres, de modo que mulheres rurais e indígenas continuam a ter limitados seu acesso e seus direitos de propriedade de terras agrícolas/florestais, apesar das reformas na região (BOSE *et al.*, 2017).

No Brasil, conforme dado também apurado no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), Azevedo (2012) destaca a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural como uma característica da divisão sexual do trabalho, arraigada à forma de colonização e ao sistema patriarcal e de herança que originou a distribuição de terras no país. Isso alimenta a desigualdade de gênero no campo, gerando situações de servidão imposta e reproduzida, muitas vezes pelas próprias mulheres (BARBOSA, 2017).

Nesse sentido, a organização das mulheres rurais no Brasil foi importante na luta contra as desigualdades de gênero. Essa organização teve início na década de 1980, coincidindo com a luta pela redemocratização do país, dentro de outros movimentos sociais, no entanto com pauta própria, sendo as primeiras lutas relacionadas ao reconhecimento formal de sua profissão como agricultoras, bem como dos direitos decorrentes (previdenciários, sociais e sindicais, com filiação independente) e ao acesso à titulação de terra. Os primeiros resultados foram obtidos com menção ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias na previdência social, na Constituição de 1988 (SILIPRANDI, 2011).

Esse marco histórico impulsionou o crescimento de sua autonomia dentro dos movimentos sociais, a partir dos anos 1990 e outras organizações próprias surgiram como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e mais recentemente, a Marcha de Margaridas, a maior

mobilização de mulheres rurais no país. A ampliação da pauta, já nos anos 2000, levou à reivindicação pelo direito de se tornarem alvo de Políticas Públicas específicas, como beneficiárias de políticas produtivas (SILIPRANDI, 2011).

De maneira ampla, as Políticas Públicas para a Reforma Agrária têm sido concretizadas em razão das lutas sociais (CARDOSO, 2009), logo, os avanços que resultaram em políticas específicas para as mulheres na agricultura familiar decorrem de sua luta e organização social, a exemplo de programas específicos de crédito agrário como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher, criado em 2003, e do Fomento Mulher (INCRA), criado apenas em 2008.

O papel das mulheres e as relações de gênero começam a ganhar reconhecimento na literatura mundial sobre florestas globais; no que trata da região amazônica, no entanto, há pouca literatura disponível sobre a conexão entre relações de gênero e as florestas da região. Bem como, um necessário cuidado em não homogeneizar características, uma vez que *“padrões culturais, históricos e institucionais têm levado as relações de gênero na Amazônia a serem muito diversas”* (SCHMINK; GOMÉZ-GARCÍA, 2016, p. 9).

As relações de gênero na Amazônia estão mudando rapidamente e em diversas formas, as quais têm importantes implicações para as práticas de manejo florestal, a segurança alimentar das comunidades, os meios de vida sustentáveis e a capacidade das mulheres e dos homens da Amazônia de lidarem com os impactos das pressões do mercado global e as mudanças climáticas (SCHMINK; GOMÉZ-GARCÍA, 2016, p. 1).

Embora em processo de mudanças, o caminho para o empoderamento econômico das mulheres, nas áreas rurais ou de florestas na Amazônia, parece repousar na valorização e no “tornar visíveis” suas atividades produtivas, comumente restritas ao espaço doméstico e não remunerado (BOSE *et al.*, 2017). Argumento condizente ao pensamento de Sen (2010, p. 232): “trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade”.

2.3. O Fomento Mulher no contexto da reforma agrária

A concentração de terras é uma realidade histórica da América Latina (BOSE *et al.*, 2017). No Brasil, as Ligas Camponesas projetaram nacionalmente a mobilização da luta pela Reforma Agrária, entre as décadas de 1940 e 1960, aglutinando milhares de pessoas. Desde o início, marcada por violência no campo, foi no governo de João Goulart (de 1961 a 1964) que se deram as primeiras tentativas de operacionalizar o tema. Em seu governo foi aprovada a Lei nº 4.132, em 10 de setembro de 1962, que previa casos de desapropriação por interesse social (OLIVEIRA, 2007).

Jango tentou dar início à Reforma Agrária, mas enfrentou falta de apoio e oposição do Congresso. Quando foi deposto, a violência do Golpe Militar (1964 a 1985) sufocou anseios e reprimiu as lideranças sindicais dos movimentos sociais pró Reforma Agrária. A assinatura da Lei nº 4.504, de 30/11/1964, o “Estatuto da Terra”, ainda no primeiro ano do período militar, foi realizada para atenuar as reivindicações e tensões sociais, mas nasceu morta, com a garantia dos militares de que nunca sairia do papel e não saiu (OLIVEIRA, 2007).

Na Amazônia da década de 1970, quando pela expansão do capitalismo, é fomentada a industrialização do país, e, sobretudo pela campanha de colonização liderada pelos militares, a região foi apresentada ao país como território de ocupação a qualquer custo e como zona de expansão da fronteira agrícola. O encontro entre grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, de um lado, e de camponeses, indígenas e ribeirinhos, de outro, resultou no aprofundamento de conflitos por posse de terras. Foi o período em que a grilagem de terras na Amazônia ganhou os contornos do grande problema que representa até os dias de hoje (CARDOSO, 2009).

Na redemocratização do país, o primeiro I PNRA foi elaborado em 1985, no Governo Sarney (1985 a 1990). Após várias versões, falhas operacionais e esvaziamento de seu conteúdo político, apenas 8,9% da meta, atualizada para 1 milhão de famílias assentadas até 1991, foi alcançada. Quando Lula foi eleito em 2002 (para o primeiro mandato de 2003 a 2006), grande expectativa tomou conta dos movimentos sociais. Plínio de Arruda Sampaio liderou o desenvolvimento de uma proposta ambiciosa do ponto de vista político, mas não foi aprovada no Congresso e sim uma proposta intermediária (VECCINA, 2012).

Do II PNRA, destaca-se para os fins deste estudo: a política de crédito fundiário; a previsão de que habitantes de reservas extrativistas e assentamentos florestais possam acessar créditos do PRONAF e de demais políticas de infraestrutura social aplicadas a assentamentos; provimento de programas específicos para capacitação

e garantia de ATER; e a promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária, como princípio, considerando dados que apontavam uma invisibilidade das mulheres, localizadas entre os mais pobres do campo, e vinculadas a uma expressiva participação em ocupações não remuneradas no setor agropecuário (BRASIL, 2005).

De acordo com o II PNRA, entre 1996 e 2000, apenas 7% dos beneficiários/as do PRONAF eram mulheres; no mesmo período, as mulheres eram apenas 12,6% do público atendido pela Reforma Agrária. Desse modo, na implementação do II PNRA, as mulheres foram (são) compreendidas não só como pessoas beneficiárias no interior dos núcleos familiares, mas também “como agentes políticos na construção da Reforma Agrária e da consolidação da agricultura familiar”, aplicando o princípio da igualdade entre homens e mulheres em todos os procedimentos e promovendo políticas específicas (BRASIL, 2005, p. 28).

Além dos créditos concedidos no âmbito do PRONAF, o II PNRA também opera com tipos de créditos que são diretamente administrados pelo INCRA. A política de concessão de Créditos de Instalação em projetos de assentamento agrário foi prevista no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e destinada exclusivamente aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de Reforma Agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação (BRASIL, 1993, art. 17, inciso V).

As modalidades de Crédito Instalação objetivam: (a) suprir as necessidades básicas; (b) fortalecer as atividades produtivas; (c) desenvolver projetos produtivos; (d) auxiliar na construção de unidades habitacionais; e (e) atender as necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento; e, têm por fim fixar as pessoas no campo, atendendo-lhes as necessidades para o desenvolvimento inicial das atividades rurais e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária (ICMBIO, 2011).

O tipo Crédito Instalação é atualmente regulado pelo Decreto nº 9.424/2018, destinado exclusivamente aos beneficiários do II PNRA, e prevê nove modalidades: Apoio inicial; Fomento; Fomento Mulher; Semiárido; Florestal; Recuperação ambiental; Cacau; Habitacional; Reforma habitacional.

O Fomento Mulher, portanto, é uma modalidade de Crédito Instalação, dentre os administrados pelo INCRA, destinado a “viabilizar a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em operação única, por família assentada”, formalizado em contrato individual (BRASIL, 2018, art. 2º, inciso III).

Anteriormente, quando era regulamentado pelo Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017, o valor era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por projeto produtivo, também executado em contrato individual, pago em operação única, com taxas de juros de 0,5% e aporte de 80% do Governo Federal, com prazo de um ano para pagar, contado da data de liberação do recurso, ou seja, as assentadas precisavam devolver ao banco 20% do valor do crédito atualizado (BRASIL, 2017; INCRA; MDA, 2016).

Essa modalidade foi criada em 2008, àquela época nomeada como “Apoio Mulher”, por meio da Instrução Normativa nº 50 de 22/12/2008 e da Norma de Execução nº 79 de 26/12/2008, no entanto, tardiamente, apenas vinte anos depois da primeira normatização sobre crédito de instalação, no intuito de “promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural” (INCRA, 2008a; 2008b, art. 6º).

O Fomento Mulher é um dos instrumentos que operacionaliza o arcabouço teórico do II PNRA, em reconhecimento da importância do trabalho produtivo das mulheres, como estratégia para seu fortalecimento e incentivo à sua autonomia nos assentamentos. Cartilha veiculada pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), incentivava o uso deste fomento para implantação de quintais produtivos, com vistas a “garantir alimentação saudável, mais Qualidade de Vida para família e geração de renda” (INCRA; MDA, 2016, p. 4).

Importante frisar que, entre outros critérios, o acesso só seria possível mediante apoio de Assistência Técnica. Na RESEX Tapajós-Arapiuns, o serviço de ATER foi disponibilizado via Chamada Pública nº MDA/INCRA nº 01/2013, para seleção de Entidades Executoras de ATER em UCs de Uso Sustentável e PAEs em situação de extrema pobreza, realizada em parceria (MDA; INCRA, 2013).

Como resultado, foram contratadas quatro empresas para atuarem na RESEX Tapajós-Arapiuns, distribuídas do seguinte modo⁴: **Lote 07**: CEAPAC; **Lote 08**: Cooperativa de Serviços e Ideias Ambientais (ECOIDEIA), que por desistência foi

⁴ Informações fornecidas pelo INCRA, ver apêndices.

substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); *Lote 09*: IPAM; 4º) *Lotes 10 e 11*: PSA⁵.

As Reservas Extrativistas foram incorporadas ao entendimento de assentamentos agrários, ainda no II PNRA, em virtude de contemplarem um amplo universo de trabalhadores rurais familiares, após cadastro do INCRA. Expressamente, também reconheceu populações ribeirinhas da região amazônica como parte de seu público alvo, com a promessa de elaborar e implementar políticas baseadas no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da Qualidade de Vida e novas possibilidades produtivas (BRASIL, 2005).

A situação foi regulamentada pela Portaria Interministerial nº 3 de 03/10/2008, que determinou o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais, incluindo habitantes das Reservas Extrativistas como potenciais beneficiários da Reforma Agrária, permitindo-lhes acessar as modalidades de Crédito Instalação, em virtude da necessidade de oferecer alternativas para aumentar a renda dos beneficiários e aperfeiçoar a capacidade de produção e comercialização dos produtos extrativistas oriundos destas UC (ICMBIO, 2011).

No caso da RESEX Tapajós-Arapiuns, as condições nas quais se deram a liberação do crédito Fomento Mulher, entre 2017 e 2018 são diferenciadas, pois as beneficiárias tiveram o acompanhamento das respectivas prestadoras de ATER nas fases de concepção até os cadastros dos projetos junto ao INCRA, recebendo oficinas. No entanto, após liberados os créditos, os contratos entre INCRA e as empresas foram interrompidos por corte orçamentário do governo federal, antes da fase de implementação dos projetos produtivos, o que afetou diretamente os resultados encontrados.

Dificuldades por contingenciamentos vinham ocorrendo desde 2015, quando por meio do Memorando nº7/2015 – DD, de 07 de janeiro de 2015, da Diretoria de Desenvolvimento (DD), foram suspensos os lançamentos de novas chamadas públicas e novas contratações de serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), por incerteza quanto a orçamento (ANEXO A).

Essa informação está contida no Ofício Circular INCRA/SR(30)/GAB/Nº 21/2016, de 12 de agosto de 2016, que informa às prestadoras de serviço de ATER sobre a primeira suspensão de atividades ocorrida no âmbito dos contratos da Chamada

Pública MDA/INCRA nº 01/2013, em virtude de contingenciamento orçamentário destinado ao INCRA Nacional, pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016, motivada por imposição da LOA 13.255/2016, Decreto 8.676 de 19 de fevereiro de 2016 e Decreto (ANEXO A).

Dessa medida, a Diretoria de Desenvolvimento (DD) determinou a adoção de procedimentos imediatos para adequação do programa de ATER ao novo cenário orçamentário e financeiro. Deste modo, meio de repactuação dos contratos referentes à Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013, as atividades foram retomadas em 03/05/2017, através de Ofício Circular INCRA/SR(30)/GAB/ nº 7/2017, no qual se informou que haviam sido descentralizados recursos para atender os custos da ATER (ANEXO B).

Novamente, em 28/02/2018, quando os aditivos contratuais ainda estavam vigentes, as prestadoras IPAM, CEAPAC e PSA foram notificadas por e-mail, pela equipe de ATES do INCRA/SR30, para paralisar suas atividades de campo referentes aos contratos da Chamada Pública Extrativista, em razão do cancelamento de todos os empenhos referentes ao ano de 2017, sem explicações da Divisão de Administração. Na comunicação, é subentendido que a decisão teria partido de Brasília, pois é informado que a Superintendência havia entrado em contato com a sede para reverter a situação (ANEXO C)

Oficialmente, as prestadoras foram notificadas quanto à suspensão dos serviços, em 08/03/2018. Sem detalhamentos, foram comunicadas de que todos os empenhos de 2017 e a Nota de Crédito 2017NC006125 destinados ao pagamento dos contratos de ATER haviam sido cancelados e que a SR30 havia contatado o INCRA sede para tentar reverter a situação (ANEXO D). No entanto, sem retorno da própria Superintendência, o fato resultou no encerramento do prazo de execução e de vigência dos contratos, sem que as prestadoras retornassem ao campo para encerrar suas atividades (ANEXO A).

Portanto, a posição oficial do INCRA, conforme explicado no Ofício Nº 24283/2021/SR(30)STA-G/SR(30)STA/INCRA-INCRA de 26 de abril de 2021 é que a interrupção desses contratos se deu por conta de corte orçamentário do Governo Federal, em 2018, de recursos destinados ao PNRA e ao INCRA para execução de diversas políticas públicas (ANEXO A).

Por fim, do ponto de vista conceitual, para análise do contexto da ATER, é adotada a definição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNATER), Lei nº12.188/2010, que a propõe como:

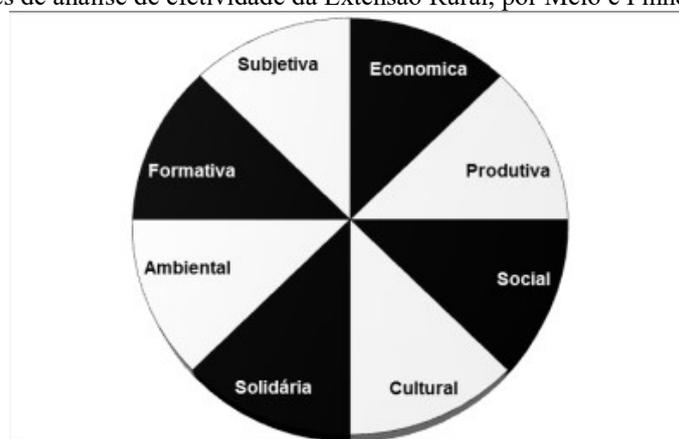
[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

E para auxiliar na discussão acerca da efetividade da oferta desse serviço, este texto utilizará o conceito multidimensional de Melo e Pinheiro (2017) sobre análise de eficácia da Extensão Rural, contrapondo-se ao consenso da literatura, pela qual foi constatado que o termo está majoritariamente vinculado à análise técnica e produtiva.

No entanto, segundo essa proposta, ser eficiente quanto à prática extensionista está relacionado a uma avaliação no contexto, que considera a realidade, e por isso, infere-se as necessidades do público-alvo, em cada comunidade. Por esse motivo, os autores incorporam outros aspectos ao Construto Teórico (Figura 3) que podem contribuir para avaliação da intervenção do Fomento Mulher, na Comunidade Surucua.

Em destaque: a *Dimensão social* evidencia fortalecimento e retorno das relações interpessoais; a *Dimensão cultural* é relacionada à criação de oportunidades para autonomia e autoconfiança, quando desconstrói valores assistencialistas, patriarcais, de dependência e de subordinação; a *Dimensão subjetiva* figura retorno de melhorias na autoestima, nos sentimentos de identidade e pertencimento com as comunidades locais, e nas projeções de vida dos sujeitos.

Figura 3 -Dimensões de análise de efetividade da Extensão Rural, por Melo e Pinheiro (2017).



Fonte: Elaborado por Melo e Pinheiro(2017).

2.4. Comunidades rurais tradicionais

Tonon (2017) explicita que, especialmente na América Latina, o conceito de “comunidade” é fortemente relacionado a um grupo ou conjunto de pessoas que partilha nominalmente um território. Após o exame de mais de 100 diferentes definições, além do aspecto do vínculo com um lugar, a autora elenca palavras-chave que auxiliam a determinar uma comunidade como tal, incluindo: a partilha de estilo de vida, de eventos diários, costumes, identidade, língua, cultura, normas sociais, história, rede de suporte e de relacionamentos.

Ainda caracterizando comunidades na América Latina, de maneira ampla, a autora destaca o reconhecimento da importância das relações interpessoais, entre encontros presenciais, que geram amizade e fazem emergir uma solidariedade espontânea quando um vizinho está em necessidade; pessoas que se auxiliam mutuamente na resolução de problemas, que buscam/partilham objetivos ou melhoria comum, portanto, não se trata apenas de concentração geográfica, mas sim, “de uma totalidade que é significativa para o grupo de pessoas que dela faz parte” (TONON, 2017, p. 6, tradução nossa).

A comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura (LIRA; CHAVES, 2016, p. 69).

Assim, estabelecidos os princípios que norteiam a compreensão de uma comunidade, o que caracterizaria então, o meio rural, e, por conseguinte, comunidades rurais? Inicialmente, Gomes *et al.* (2016) argumentam que já não é mais possível tratar o ambiente rural enquanto rusticidade ou isolamento, uma vez que, assim como o urbano, o espaço rural está em constante mutação, impactado pelas mudanças ocasionadas pela globalização.

Portanto, cabe compreender quais critérios indicam um espaço como rural. Conforme Abramovay (2003), o meio rural é o espaço que possui relação com a natureza, não é densamente povoado e indica uma dependência do sistema urbano (atividades econômicas das cidades próximas ou afastadas). De acordo com Delgado (1992), pode ser definido a partir dos aspectos socioculturais (festas tradicionais, lazer,

renda), ou ecológicos (da relação entre ser humano e meio ambiente), ou a partir da identidade laboral e ocupacional, que, conforme concluído em seu estudo por Gomes *et al.*(2016), seria o critério mais adequado por definir uma distinção clara para comunidades rurais e urbanas.

Em paralelo, segundo a PNPCT, comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art. 3º).

Para a região amazônica, estamos, portanto, tratando em sentido amplo do modo de viver de populações que habitam áreas rurais e de florestas como indígenas e não indígenas, que agrupam caboclos/ribeirinhos, seringueiros e castanheiros como populações tradicionais extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre (DIEGUES *et al.*, 2000).

Lima e Pozzobon (2005) geraram, a partir de critérios de sustentabilidade e valoração ecológica, uma tabela para classificação socioambiental da ocupação amazônica. Nessa, ribeirinhos, e de modo mais amplo, populações tradicionais, são agrupadas como “pequenos produtores tradicionais”, por neles se reconhecer um papel potencial para o desenvolvimento de novas relações de uso do ambiente, e para quem as reservas extrativistas significam garantia de apropriação territorial e segurança contra a entrada de exploradores comerciais.

Lima e Pozzobon (2005, p. 60) intitulam esse grupo como camponeses modernos, pois sua formação histórica aconteceu como produto do projeto colonial mercantil e agrega coletores de “drogas do sertão, de borracha, de castanha, de juta e malva, agricultores de pequena escala, caçadores, pescadores, etc.”, a partir dos vários ciclos econômicos registrados na história da Amazônia.

No contexto apresentado neste trabalho, o local de estudo é caracterizado como um espaço rural, definido territorialmente como Unidade de Conservação de domínio público, cedida em direito de uso a comunidades rurais tradicionais, cujo histórico de ocupação recente é contada a partir do período da cabanagem, meados de 1835 (CEAPS, 2015).

Na década de 1980, uma série de movimentos socioambientais começou a se articular, em decorrência das relações de conflitos desenhadas em torno do uso de

recursos naturais por grandes empreendimentos e a consequente (possibilidade ou realidade) da expulsão ou desterritorialização das populações locais envolvidas. Dentre os principais estava o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), fundamental para mobilização em favor da criação de “reservas extrativistas, como forma mais adequada de promover na Amazônia uma atividade econômica que respeite a floresta e não expulse sua população” (LIRA; CHAVES, 2016, p.71).

Sob a liderança de Chico Mendes, o CNS foi pioneiro ao dar visibilidade à pobreza da população tradicional amazônica, à violência e pressão que sofriam dos fazendeiros, bem como, em propor alternativas de renda e manejo mais sustentável. O assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre, tornou-se um marco histórico e as propostas das reservas extrativistas ganharam repercussão como estratégias para Reforma Agrária no Brasil (ALMEIDA; PANTOJA, 2005).

Esse histórico de lutas sociais e políticas contribuiu para a instituição da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que em parte regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, e institui o SNUC, organizando a criação, implementação e gestão de Áreas Protegidas no Brasil, nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

O SNUC foi concebido estrategicamente a fim de fortalecer as UCs, possibilitando planejamento e administração integrados, para preservar amostras satisfatórias de populações, habitats, biodiversidade e ecossistemas. Um de seus objetivos é “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000, art. 4º, inciso XIII).

São doze tipos de UCs, organizadas em dois grandes grupos de território: as Unidades de Proteção Integral, que demandam maior cuidado, acesso e uso restritos; e as Unidades de Uso Sustentável, que visam conciliar uso humano e conservação. Nessa última, enquadram-se as Reservas Extrativistas, subcategoria correspondente à área onde este estudo foi aplicado.

Uma Reserva Extrativista é uma extensão de terra de domínio público, concedida a populações extrativistas tradicionais, cuja atividade econômica é complementada com a criação de animais de pequeno porte e agricultura de subsistência. Os objetivos principais de uma RESEX são proteger os meios de vida e cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (BRASIL, 2000).

O estabelecimento de áreas protegidas corresponde a uma das principais estratégias Estatais para “conservação da biodiversidade, valorização dos territórios das sociedades tradicionais e de Desenvolvimento Sustentável em todo o mundo”(DELELIS; REHDER; CARDOSO, 2010, p. 18), mas, além disso, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) também assimila como objetivo a necessidade de potencializar as UCs e demais áreas protegidas na promoção de Desenvolvimento Sustentável e redução da pobreza (BRASIL, 2006).

Dentro desse escopo de potencializar as UCs, foi organizada uma estrutura institucional na qual o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO) atua como órgão gestor, autarquia incumbida da missão institucional de construir alianças e parcerias com a sociedade, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento organizacional das UCs federais (MMA, 2014).

De maneira ampla, as Reservas Extrativistas são geridas por Conselhos Deliberativos, aos quais competem, de acordo com o art. 17 da Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007, do ICMBIO:

I- Promover a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida das populações tradicionais da Unidade; II- Demandar e propor, aos órgãos competentes, Políticas Públicas que promovam a qualidade de vida das populações tradicionais da Unidade; III- Demandar e propor, aos órgãos e entidades de pesquisa, pesquisas e tecnologias que visem a sustentabilidade socioambiental, integrando o conhecimento técnico-científico e o etnoconhecimento (BRASIL, 2007, art. 17).

Desse modo, cabe ao Conselho Deliberativo de uma RESEX a função de demandar, propor e também promover Políticas Públicas que promovam Qualidade de Vida das populações tradicionais desse tipo de Unidade. No entanto, como demonstrado no trabalho de Torneau e Kohler (2011) há vários desafios para que os projetos de Desenvolvimento implementados nas UCs sejam capazes de gerar o completo sustento das famílias e, portanto, de fato contribuir para Qualidade de Vida de seus moradores.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta é uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com procedimentos de campo e análise de dados realizada via Discurso do Sujeito Coletivo; do tipo transversal, quanto ao tempo (GIL, 1991).

3.1. Aspectos éticos

O desenvolvimento desta pesquisa foi autorizado pela comunidade, por meio de assinatura de carta de aceite, pela liderança local e também foi aprovada por Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa Nº 3.911.816, da Universidade do Estado do Pará, Campus XII – Tapajós, em conformidade às exigências das Resoluções nº 466/2012 do Ministério da Saúde, e, nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (ANEXO E).

Por se tratar do desenvolvimento de atividades com finalidade científica dentro da UC RESEX Tapajós-Arapiums, o projeto de pesquisa também foi submetido ao ICMBIO/SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade- e autorizado via documento nº 74292-1 (ANEXO F).

A coleta de dados foi precedida de apresentação dos objetivos, benefícios, riscos e aplicabilidade da pesquisa, bem como, de explicação dos direitos e deveres das partes; garantidos o sigilo e a privacidade das participantes, por meio da identificação por códigos, tornando claro a elas quais atividades estariam envolvidas, tempo a ser dedicado e necessidade de envolvimento (PRATI *et al.*, 2008). Este momento foi formalizado por assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme proposto pela Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012 (APÊNDICEA).

3.2. Contextualização da RESEX e definição amostral

As definições do local e da quantidade amostral foram norteadas a partir da escolha de trabalhar com mulheres beneficiárias do PNRA, contempladas com a modalidade de crédito Fomento Mulher, residentes de comunidade tradicional,

ambientada em floresta ou área de proteção, na porção oriental da Amazônia brasileira, oeste do Pará. Por meio desses critérios, chegou-se à RESEX Tapajós-Arapiuns.

A Resex Tapajós-Arapiuns é um território conformado a partir de intensa luta social das famílias, motivada pela contraposição à exploração predatória de madeira naquela região, na década de 1980 (ICMBIO, 2014).

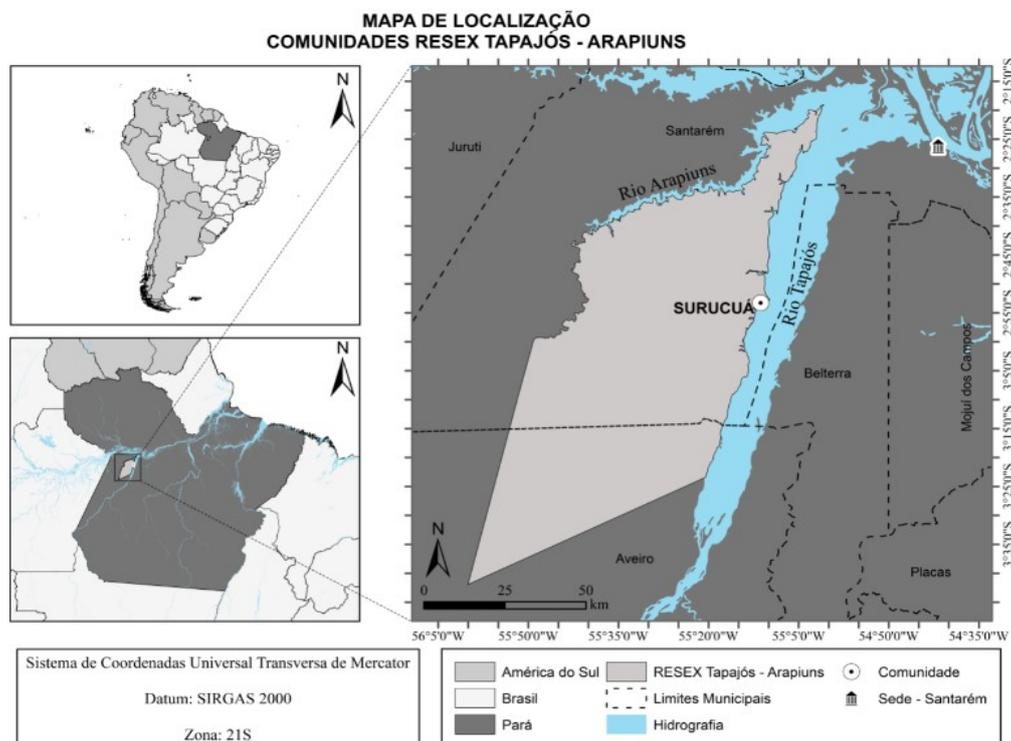
Foi estabelecida por meio do Decreto S/N de 06 de novembro de 1998 (BRASIL, 1998) e está sob tutela direta do ICMBIO, que atua como órgão gestor e presidente do Conselho Deliberativo, espaço dentro do qual se reúnem representantes da sociedade civil, representantes municipais, outras instituições públicas, além da Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA).

A TAPAJOARA é a instituição Concessionária do direito de uso, associação mãe das organizações locais dentro desta RESEX, cujos interesses são acolhidos no âmbito do Conselho Comunitário, um fórum de debate onde se definem as questões de interesse dos moradores da reserva, que podem ser posteriormente apreciadas pelo Conselho Deliberativo. Tem por dever trabalhar em prol do fortalecimento da organização social, e, conseqüentemente da melhor Qualidade de Vida das famílias (ICMBIO, 2014).

A RESEX Tapajós-Arapiuns é a mais populosa do Brasil, possui cerca de 23 mil habitantes. São cerca de 4.853 famílias, organizadas em 72 comunidades indígenas e não indígenas e distribuídas dentro de 647.610 hectares, localizada entre os municípios de Santarém e Aveiro, no estado do Pará. O território é limitado a Leste pelo rio Tapajós; ao Norte, entrando a Oeste, pelos rios Arapiuns, Maró e Mentai e ainda pelas glebas Mamuru e Nova Olinda e pelo PAE Lago Grande (CEAPS, 2015) (Figura 4).

As particularidades territoriais e populacionais da RESEX Tapajós-Arapiuns implicaram na aplicação de critério para recorte transversal, com a escolha de uma comunidade onde este estudo seria realizado. Desse modo, consultados os dados fornecidos pelo INCRA (Superintendência Regional – SR30), em 07/02/2019, após pedido formal por ofício (ANEXO G), verificou-se que 164 mulheres receberam recurso do Fomento Mulher entre Julho de 2017 e Janeiro de 2019, estando elas distribuídas entre 43 comunidades diferentes dentro da UC (APÊNDICE B). Então, foi escolhida para aplicação deste estudo, a comunidade com maior número de beneficiárias/projetos produtivos por comunidade.

Figura 4 -Localização de Surucuá, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Dessa forma, chegou-se à comunidade Sucuruá ("S 2°53'16.8 /"W 55° 11'18.96), localizada à margem esquerda, na região do médio Tapajós (Figura 4), acessível apenas por via fluvial, a partir de Santarém. Nessa comunidade, 16 mulheres foram beneficiárias da modalidade de crédito fundiário Fomento Mulher, resultando em uma amostra de conveniência, justificável pelas limitações territoriais, de logística e de tempo. Todas as participantes desta pesquisa que residem nessa comunidade receberam o crédito na data de 02 de janeiro de 2018, segundo as informações do INCRA.

Na RESEX, o modo de vida tradicional baseia-se nas práticas de extrativismo, agricultura de base familiar, pesca e na transmissão oral de saberes que explicam seus cuidados com a natureza e sua luta pelo território. Além disso, a organização espacial nessa RESEX se dá em forma de vilas ou comunidades, onde cada família geralmente possui definidas: a) área de habitação, onde costumam incluir os quintais, e pequenas hortas para temperos e hortaliças e árvores frutíferas; b) área de produção e uso intensivo; e, c) espaços comuns ou comunitários (ICMBIO, 2014).

As áreas de extrativismo são geralmente de uso comum e essa atividade é praticada por cerca de 90% das famílias, de acordo com o levantamento de beneficiários

do ano 2009 realizado pelo INCRA, com objetivo de informar sobre o uso e manuseio de óleos, castanhas, frutos, e também uso da madeira. Apesar disso, a principal atividade econômica é baseada na agricultura, incluindo atividades complementares para subsistência, além da criação de pequenos animais, como galinha caipira (ICMBIO, 2014).

Os principais setores produtivos da UC variam em cada comunidade, mas de maneira geral se ligam à agricultura, ao extrativismo, à pesca, à pecuária, ao artesanato e ao turismo. Algumas dessas atividades são sazonais, inclusive a produção de farinha, que é um dos principais produtos obtidos pela agricultura da RESEX, por isso, as atividades econômicas precisam se complementar ao longo do ano.

As opções para geração de renda ainda não oferecem autonomia e existe um elevado percentual de famílias beneficiárias de programas sociais para população em situação de extrema pobreza, de modo que, excluindo-se as bolsas pouco mais de 10% das famílias possuem renda fixa (CEAPS, 2015).

Nas divisões de trabalho relacionadas às atividades produtivas, observáveis no cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e produção de farinha, principalmente, os trabalhos considerados “pesados”, relativos à preparação do terreno ou corte da lenha são atribuídos aos homens; nos “trabalhos não pesados”, atuam homens, mulheres e crianças. As mulheres ficam principalmente com as tarefas de descascar, ralar, secar, peneirar e torrara mandioca, atuando principalmente na Casa de Farinha; e, onde estão mulheres adultas, as crianças também ajudam (ICMBIO, 2014).

Ainda de acordo com o diagnóstico - Volume I do Plano de Manejo da RESEX - as principais necessidades reivindicadas pelos moradores são acesso à educação, saúde e moradia, sendo essa última, alcançada por meio de acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que até meados de 2013 foi executado por meio de créditos da Reforma Agrária em parceria com INCRA/MDA (ICMBIO, 2014).

3.3. Local do estudo: comunidade Surucúá

A área de estudo está localizada à margem esquerda do rio Tapajós, uma das partes ribeirinhas da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Surucúá recebe esse nome

em homenagem a um pássaro homônimo, que fazia da região seu habitat natural, uma ave trogoniforme da família do Trogonidae.

Não há registros específicos sobre a fundação da comunidade, mas se observa que é conformada por membros de famílias próximas, havendo fortes vínculos interpessoais de parentesco, vizinhança e amizade entre os moradores. De acordo com o levantamento de 2018 do Agente Comunitário de Saúde local o censo indicou 115 famílias e aproximadamente 430 pessoas na Comunidade, número maior que o levantado pelo ICMBIO, em 2012, que indicava 95 moradias no Surucuá (CEAPS, 2015).

Eles dispõem de barco de linha própria, que transporta passageiros e cargas regularmente, saindo de Santarém nas quartas e sextas-feiras às 10:30h e retornando da comunidade aos domingos e terças-feiras. O percurso total soma de 5 a 6 horas, dependendo das condições sazonais. Por esse meio estabelecem relações importantes de troca e comércio com o meio urbano.

Durante a Inserção Ecológica (método a ser detalhado no tópico 3.4), observou-se uma relação frequente e de dependência do município de Santarém, pelos moradores da RESEX, para atividades de comércio e busca por prestação de serviços especializados como banco e assistência à saúde.

Os espaços importantes de uso compartilhado incluem: sede comunitária, onde são frequentes as reuniões; um campo de futebol; e uma igreja católica, cuja construção da nova sede, de frente para o rio, está praticamente finalizada. Além de marcar a presença da religiosidade, essa igreja funciona como ponto de encontro entre os vizinhos para informes e comunicados de interesse geral (Figura 5).

Conta ainda com a Escola de Ensino Fundamental São Benedito (Figura 5) que disponibiliza o ensino do 1º ao 9º ano do fundamental e, em parceria com a 5ª Unidade Regional de Educação (URE) fornece o Ensino Médio Modular por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). A comunidade também interage ativamente por meio de festas de motivação religiosa.

Figura 5 -Espaços de uso coletivo na Comunidade Surucuá.



Fonte: Fotos da autora e de A. C. Arantes (2020). Legenda: igreja (acima), campo de futebol das crianças (abaixo e à esquerda) e escola (abaixo e à direita).

A comunidade carece de energia elétrica transmitida em rede, de modo que ainda utiliza geradores de energia elétrica a diesel, privados, mas partilhados entre algumas famílias, funcionando predominantemente durante a noite, entre às 19h e 22h30. Por esse motivo, se observou ao longo da Inserção Ecológica, várias pessoas reunidas em volta da televisão para assistir a um jogo de futebol importante, por exemplo.

Na última visita à comunidade, foi observada a presença da companhia de abastecimento de energia elétrica, que fazia um levantamento de demanda em toda a comunidade. Sinal de telefone só funciona em poucos pontos da comunidade, o uso de celulares é mais comum entre homens e alguns jovens; e não há rede para internet.

Observou-se que Surucuá apresenta uma organização comunitária ativa, sendo os moradores representados por duas associações: a Associação de moradores, produtores rurais de Vista Alegre do Amorim (AMPROVAT), liderada por uma mulher e de caráter intercomunitário; e, a Associação de moradores e produtores rurais de Surucuá- Rio Tapajós (AMPROSURT).

Por meio da AMPROSURT, a comunidade conquistou uma “agroindústria”, como é localmente conhecida (Figura 6). O projeto foi submetido via associação ao Fundo Dema/Amazônia⁶ e então, aprovado para construção e implementação. Na fase

⁶O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e mantido com doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal

de concepção, segundo informações da liderança local, toda a comunidade foi notificada e convidada a ingressar como associados desse projeto. Então, um grupo misto de moradores compôs a Rede Agroecológica de Surucúá para acessá-lo e, atualmente, o grupo conta com 15 pessoas.

Figura 6 - Instalações da Agroindústria, financiado pelo Fundo Dema/Amazônia, na comunidade de Surucúá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Trata-se de um pequeno empreendimento para beneficiamento de polpas oriundas dos quintais agroecológicos, que conta com instalações físicas e equipamentos já estabelecidos e está em fase inicial de operação, desde 2020, graças à mini-usina de energia solar. Na fase inicial de implementação, em 2016, os associados, em sua maioria composto por mulheres, foram certificados como Operadores de Processamento de Frutas e Hortaliças (carga horária de 270h), por meio do Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego do Ministério da Educação (PRONATEC/MEC).

As(os) associadas(os) planejam produzir suas próprias frutas, hoje, porém, as frutas para processamento chegam dos quintais dos próprios associados, que também compram de outros membros da comunidade. O grupo recebeu treinamento para operacionalização do negócio e almeja que o empreendimento seja transformado em Cooperativa, para fins de comercialização local e com a cidade.

Também via AMPROSURT, por meio de projeto submetido e aprovado ao PNHR, 37 famílias aderiram à iniciativa e 37 casas de alvenaria foram construídas com financiamento da Caixa Econômica Federal e concluídas em 2019 (Figura 7).

Figura 7 - Exemplos de casas construídas por meio do PNHR, em projeto liderado pela AMPROSURT, na Comunidade Surucuá- Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Fotos da autora. Legenda: Da direita para a esquerda, a segunda foto apresenta a casa nova do projeto, e a casa antiga, de madeira e telhado de palha, 2019.

Quanto às questões de saúde, a comunidade conta com um posto de saúde, dois agentes comunitários, um enfermeiro e um auxiliar de enfermagem, contudo não dispõem de assistência médica especializada e por isso os moradores recorrem à combinação de remédios caseiros e farmacêuticos e costumam aguardar com expectativas a passagem do Navio Hospital Escola Abaré (Unidade Básica de Saúde Fluvial -UBSF)⁷.

A água é fornecida a toda comunidade por microssistema de abastecimento, movido à energia solar, conquistado por meio projeto submetido pela Associação local e financiado pelo Banco do Brasil.

As realizações e melhorias proporcionadas pela AMPROSURT na Comunidade Surucuá têm sido possíveis devido parceria entre a liderança comunitária local e um filho da comunidade, que saiu para estudar e que, apesar de atualmente

⁷Em 2017, a embarcação foi doada pela proprietária (a ONG Terre Des Hommes) à UFOPA e desde então, sua prestação de serviços é mantida por meio de Acordo de Cooperação entre a Universidade e a prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) O navio foi integrado ao SUS como a primeira BBSF do Brasil (Fonte: [PSA - Projeto Saúde & Alegria \(saudecalegria.org.br\)](http://PSA - Projeto Saúde & Alegria (saudecalegria.org.br))).

residir em Santarém, tem apoiado consistentemente na escrita e submissão de projetos para captação de recursos. Notou-se também que os moradores se referem à Surucua como “sítio”, fazendo distinção entre a vida rural e na cidade.

3.4. Inserção Ecológica

A imersão em campo foi alicerçada no método de Inserção Ecológica, desenvolvido pelos pesquisadores brasileiros Ceconello e Koller (2003) e baseado na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Broffebrenner (1994). Segundo a teoria, a Inserção parte da identificação do modelo PPCT, que traduz os elementos: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PRATI *et al.*, 2008).

O elemento ‘Pessoa’ é todo ser biopsicológico interagindo constantemente em seu ‘Contexto’, produto dessa interação. Assim, sujeitos de pesquisa e pesquisadoras são ‘Pessoas’ com o mesmo valor e que se influenciam, na medida em que interagem, ao ponto de conformarem ‘Processos’ proximais (PRATI *et al.*, 2008).

Ao considerar, portanto, o contexto das participantes como ponto de partida e encontro para investigar sobre sua Qualidade de Vida, esse método reverbera o conceito da OMS (1998) quando destaca a importância do contexto cultural e sistema de valores em que vivem os indivíduos para compreender sua perspectiva acerca de Qualidade de Vida, também em concordância com o conceito de Costanza *et al.* (2007).

De acordo com esse modelo, a investigação que adota Inserção Ecológica só é possível mediante desenvolvimento de ‘Processos’ proximais, “caracterizados pelo engajamento de pesquisadores e participantes em atividades caracterizadas por interação de base regular, progressivamente mais complexa e recíproca” (SILVA *et al.*, 2016, p. 258).

Para comprovar a existência de Processos proximais foram adotados cinco princípios propostos por Prati *et al.* (2008): (1) engajamento em uma atividade; (2) interação regular, através de períodos estendidos de tempo; (3) atividades progressivamente mais complexas; (4) reciprocidade nas relações interpessoais; e (5) para que a interação ocorra é preciso que os objetos e símbolos do ambiente estimulem a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento.

De acordo com a teoria, os processos proximais acontecem no Microsistema, que para o caso deste estudo são os espaços das famílias, das casas, dos

lotes. E o Exossistema é o espaço onde relações externas aos Microssistemas influenciam na vida das participantes; para este estudo, compreendem o Exossistema, os espaços das relações de nível governamental relativas ao Convênio da Chamada Pública nº 01/2013, operacionalizada pela INCRA SR 30 (PRATI et al., 2008).

A primeira visita, realizada em março de 2019, objetivou averiguar o interesse da comunidade em receber a pesquisa. A pesquisadora foi recebida por uma família da liderança comunitária local; realizou uma conversa prévia com o presidente da associação para explicar os objetivos do projeto e em seguida, conservou com cada uma das mulheres beneficiárias do Fomento Mulher, individualmente, para lhes apresentar os objetivos da pesquisa, averiguar seu interesse em participar e ouvir sobre suas impressões quanto à participação no Programa. Nessa mesma visita, também houve oportunidade de apresentar a intenção de realização da pesquisa na comunidade, utilizando um momento de reunião dos moradores.

Na sequência, as demais visitas foram realizadas por equipe multidisciplinar de pesquisadoras do Laboratório de Pesquisa Crianças e Infâncias Amazônicas da Universidade Federal do Oeste do Pará – LAPCIA/UFOPA, visando à construção e estabelecimento dos laços proximais. O grupo de pesquisa suportou este trabalho provendo treinamento à equipe no aporte teórico e metodológico, na composição de diário de campo e para a condução das entrevistas.

Ao todo, entre 2019 e 2020, a equipe realizou quatro visitas, culminando na coleta de dados em março de 2020, realizada por equipe de três pesquisadoras, não incluída participação de pesquisador homem como entrevistador a fim de evitar possíveis interferências no ambiente de acolhimento criado para as entrevistas.

Na ocasião, foram discutidos os registros em diário de campo que trouxessem falas e/ou atitudes das(dos) moradoras(es), que pudessem indicar seu envolvimento com a pesquisa e de reciprocidade nas relações, como indícios verificáveis do estabelecimento de processos proximais (CECCONELLO; KOLLER, 2003; PRATI *et al.*, 2008).

Assim, destacam-se elementos observáveis que indicaram a existência de Processos Proximais, da apropriação do contexto pelas pesquisadoras e de sua inserção no ambiente: o aceite por parte da comunidade em receber as pesquisadoras e permitirem fazer parte de seu dia a dia; notar alegria e receptividade a ponto de perguntarem quando retornariam; presentear com frutas, ao se despedirem.

Diversos convites foram feitos às pesquisadoras, desde tomar banho no rio ou jogar dominó em família – atividades que fazem parte de seu dia a dia – até convites para participar das festas comunitárias. A anfitriã também demonstrou um cuidado indicativo da construção de laços proximais ao observar que uma das pesquisadoras não comia carne de gado ou frango e se dispôs a buscar ovos no quintal para oferecer outra opção de proteína; outro exemplo ocorreu quando o filho mais velho se propôs a aguardar a chegada do barco, no horário da madrugada, para recepcionar as pesquisadoras às margens do rio.

Para realização desta pesquisa, também foi demonstrado engajamento dos membros da comunidade através do acolhimento, oferta de hospedagem e participação na preparação do melhor roteiro para realização das entrevistas, casa a casa; além disso, participação de moradores para organizar uma etapa de atividade coletiva, ao ar livre, auxiliando na limpeza e organização do local, carregando bancos e mesas e fornecendo lanche.

Por fim, menciona-se a participação ativa das crianças, no papel de “guias” pela comunidade, acompanhando a pé as pesquisadoras, casa após casa, o que parece ter sido fundamental para gerar uma sensação de segurança e confiança entre as participantes. Sem a colaboração das crianças, a realização da coleta de dados teria sido morosa e poderia ter sido dificultada, por um possível estranhamento aos primeiros encontros, uma vez que as participantes seriam abordadas por desconhecidas, sem o intermédio de alguém que conhecessem e fizesse parte de seu círculo social (Figura 8).

Figura 8 -Equipe LAPCIA e crianças da comunidade Surucúá (guias de campo), Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Compilação da autora, foto de Ana Caroline Arantes (2020).

3.5. Instrumento de coleta de dados

O roteiro de entrevista foi testado em campo, em visita prévia de sete dias de antecedência à viagem para a coleta de dados. Todas as perguntas foram aplicadas a mulheres de uma comunidade vizinha à Surucuá, ao esgotamento, ou seja, até que foi observada coerência e clareza entre o que se almejava com a pergunta e o que de fato estava sendo respondido (PASQUALI, 1999).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com roteiro formatado para atender aos objetivos específicos (APÊNDICE C). O instrumento foi dividido em quatro seções, sendo a primeira composta de 18 perguntas indicadas para gerar uma contextualização sobre o perfil das respondentes; a segunda parte elencou cinco perguntas abertas acerca de Qualidade de Vida; as seções três e quatro visaram coletar a percepção das respondentes quanto à implementação do programa Fomento Mulher, em sua comunidade, perpassando aspectos relacionados a empoderamento e vida em comunidade.

Além da entrevista, utilizou-se diário de campo como recurso instrumental, para registro de impressões sobre aspectos relacionados aos objetivos, discussão e acompanhamento da pesquisa, servindo para subsidiar a discussão dos dados (MORAIS *et al.*, 2016).

Das 16 mulheres beneficiárias do Fomento Mulher na Comunidade Surucuá, 13 responderam à entrevista na íntegra, porque três não estavam na comunidade no período em que a coleta de dados foi realizada. As entrevistas foram realizadas presencial e individualmente, em visitas nos lares das participantes, na semana de 09 a 15 de março de 2020, antes das restrições impostas como medidas de controle da pandemia da COVID-19, nas UCs.

3.6. Análise dos dados de voz: Discurso do Sujeito Coletivo

As entrevistas tiveram seus áudios gravados com o consentimento das entrevistadas e geraram dados de voz transcritos na íntegra.

Os dados da seção um do instrumento, relativos à caracterização das participantes, foram analisados separadamente, e alguns dos discursos foram

apresentados na íntegra no tópico de resultados, quando foram entendidos como pertinentes à análise, por trazer elementos passíveis de discussão.

Complementarmente, os resultados das perguntas 9 e 10, desse tópico, foram analisados utilizando o aplicativo online “wordcloud”, gratuito, para criar nuvens de palavras que destacassem os produtos mencionados pelas participantes, de acordo com a repetição dos termos.

As respostas para as seções 2, 3 e 4 foram tabuladas e analisadas utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvree Lefèvre(2005), que permite a construção de um discurso-síntese, resultado da soma de discursos individuais, em primeira pessoa, para um mesmo agrupamento de Ideias Centrais de uma questão aberta. Foram identificadas algumas perguntas fechadas na seção três, também analisadas separadamente, por não se caracterizarem como objeto para DSCs.

Sua construção é estabelecida a partir da categorização dos seguintes elementos metodológicos: a) expressões-chave (ECH)– falas literais dos participantes, em resposta à pergunta realizada; b) ideias centrais (IC) - Síntese literal ou muito próxima da expressão chave; c) ancoragens (AC) – se surgir no discurso, representa expressão de uma teoria ou ideologia professada pelo respondente; e por fim, d) a redação do discurso-síntese que compôs o DSC para cada agrupamento de Ideias Centrais para cada pergunta, em primeira pessoa do singular (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

O DSC foi a escolha metodológica para responder à pergunta central porque permite captar a literalidade dos discursos individuais, traduzindo-os no pensamento coletivo sobre o tema estudado e dessa forma, valorizar o papel do sujeito. Nesse caso, valorizando beneficiárias de uma Política Pública, de forma a dar vazão às suas percepções. Essa também é uma perspectiva fundamental ao tratar sobre Qualidade de Vida, pois, como descrito anteriormente, este conceito pressupõe a percepção do indivíduo (COSTANZA *et al.*, 2007; OMS, 1998).

Todas as etapas de construção dos DSCs foram realizadas conjuntamente, por duas pesquisadoras que também atuaram na coleta de dados, seguindo as orientações de Lefèvre e Lefèvre (2005), constituídas de seis passos, realizados nos quadros de tabulação Instrumento de Análise do Discurso I (IADI) e II (IADII).

Cada passo foi realizado consecutivamente, pergunta após pergunta, e uma segunda revisão foi realizada, a partir do passo dois, a fim de limpar as expressões-chave de particularidades individuais que pudessem comprometer o entendimento do

DSC, como orientado pelos autores. Tais particularidades foram também trazidas à discussão, quando pertinentes à análise ampla sobre as variáveis em questão.

Ainda, com a finalidade de resguardar a identidade das entrevistadas, aos discursos individuais foram atribuídos códigos no seguinte formato: “E” (entrevistada), “N^o” (número da entrevista).

3.6.1. Descrição de etapas do DSC

O IAD I construiu as quatro etapas de análise preliminar, as três iniciais estão representadas Quadro 4, como exemplo, e consistem em: (1) para cada pergunta, copiar integralmente os conteúdos no quadro de tabulação IAD I; (2) identificar e marcar (no exemplo, com outra cor), as expressões-chave encontradas; (3) identificar as Ideias Centrais (ICs) e Ancoragens (ACs), onde houver.

Quadro 4- Amostra dos passos 1, 2 e 3 no quadro do IAD1, pergunta 1 da seção 2 da entrevista

Pergunta 1, IAD 1: De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida?			
E	EXPRESSÕES-CHAVE (ECH)	ICs	AC
1	(ECH1) Eu acho que a água tratada, né! (ECH2) Ter água sempre em casa. (ECH3) Ter uma renda melhor. (ECH4) Essa casa aqui, com certeza fez muita diferença. Moradia, né? (ECH5) Educação! Um trabalho, né, um trabalho certo.	Água tratada (ECH1) Água 24h (ECH2) Renda melhor (ECH3) Moradia melhor (ECH4) Educação e Trabalho fixo (ECH5)	
2	Como? Qualidade De Vida... (ECH1) Primeiro lugar saúde né , pra poder ter uma qualidade de vida. Saúde (ECH2) e uma boa alimentação . É as principais coisas, saúde, uma boa alimentação, e aí o que mais... não sei mais.	Saúde (ECH1) Alimentação saudável (ECH2)	
3	(ECH1) Ai meu Deus, agora... Ai, ai e agora... Eles não podem ajudar não? Algum deles aí... meu Deus do céu me ajuda. E agora. (ECH2) Travou, travou. E Agora.... Raquel... (ECH3) É a primeira vez q perguntam isso pra gente. Aí, a gente se enrola tudinho né. Vem muita coisa para cá, mas ninguém pergunta essas coisas pra gente.	Insegurança em responder confusão, não sabe (ECH1, ECH2, ECH3)	

Nota: cores diferenciadas mostram diferentes expressões-chave. Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O IAD I tem sequência com a elaboração do passo quatro, em que se realiza a (4) rotulação e padronização de agrupamento de ICs e ACs, considerando os sentidos equivalentes ou complementares, conforme os nomes que lhes foram dados, atribuindo-lhes uma classificação, a exemplo do Quadro 5.

Quadro 5- Amostra do passo 4 no IAD I, pergunta 1.1. da seção 2 da entrevista.

E	ECH	IC	CAT.
2	(ECH3) vou ficar aqui no sítio mesmo, que aqui é mais confortável	Surucuí é mais confortável,	B
2	(ECH4) não é tão quente, né.	Surucuí é menos quente que Santarém	B
7	(ECH1) Porque aqui é mais tranquilo	Tranquilidade	B
7	(ECH2) tem o ar	O ar no Surucuí é melhor	B
11	(ECH1) Gosto daqui, porque lá é muito barulho e eu não me acostumo	Santarém é barulhento, poluição sonora.	B
11	(ECH5) talvez se eu morasse em Santarém, né? E eu não tivesse uma casa, aí ia ter que alugar é lá ia o salário tudo embora	Custo de vida mais alto em Santarém	C
11	(ECH6) tudo em Santarém a gente tem que comprar, comprar, comprar, comprar, e aqui não, só compra uma despesa e aí pronto	Custo de vida mais baixo no Sucuruá	C
13	(ECH1) aqui é tudo saudável né, a gente planta por exemplo a verdura, quer comer um peixe vai ali no rio e pega, vem comer, quer comer uma galinha caipira a gente cria para comer, fruta... tudo natural	Vida mais saudável no Surucuí, por que conhece a origem do seu alimento.	D

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

E finaliza com o passo cinco, que representa a (5) categorização de Ideias Centrais para cada grupo de ICs iniciais semelhantes, conforme Quadro 6.

Quadro 6- Amostra do passo 5 no quadro de IAD I, pergunta 3 da seção 2 da entrevista.

IDEIACENTRAL	IC iniciais semelhantes	E	E-CH
Assistência à Saúde (A)	Falta remédio no Posto	2	(ECH4) oh, o posto de saúde não tem remédio,
	Falta remédio no Posto	3	(ECH1) Tem o nosso posto, né. Falta remédio.
	Falta remédio no Posto de saúde	4	(ECH2) ter mais acesso assim a remédio que não vem, corre lá pro posto não tem
	uso das ervas como alternativa à falta medicamento no Posto	4	(ECH3) tem que apelar pras ervas, faz um chazinho daqui, um sumo de mastruz com leite e vai vivendo
	Falta remédio no Posto	5	(ECH2) tem esse posto aí só, a gente vai lá, todo tempo a gente procura, não... 'não tem', num sei o que, não tem, não tem remédio,
	Ter mais remédio no posto	4	(ECH5) ter mais remédios.
	Falta remédio no Posto	11	(ECH3) Esse nosso posto aí, pequeno e vai lá atrás de um remédio, não tem.

	Transporte para os doentes	3	ECH2) Aí tem também assim... a gente precisa melhorar assim, de um transporte, quando a gente ta doente e tem dificuldade de mandar chamar lá de Santarém, demora muito para chegar pra cá... Ambulança demora muito
	Melhorar o posto de saúde	4	(ECH1) É a questão que eu falo do posto, que ta fraco o negócio lá
	Ampliação do posto de saúde	4	(ECH4) Ampliação,
	Melhorar o atendimento de saúde	5	(ECH1) precisava melhorar principalmente no coisa da saúde,

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por fim, todas as expressões-chave correspondentes a cada agrupamento definido de Ideias Centrais semelhantes são transferidas para o um novo quadro, o Instrumento de Análise do Discurso II (IAD), e então, construídos os DSCs, propriamente ditos, para cada agrupamento de ICs e encerrando as análises. Essas duas etapas compõem o passo seis do IAD II(Quadro 7).

Quadro 7- Amostra do passo 6 no IAD II, pergunta 3 da seção 2.

CAT.: Distribuição de energia 24 horas para toda a comunidade (B)		
E	ECH	DSC
1	(ECH1) a energia já tem um pouquinho porque tem o motor que foi dado pela prefeitura, não sei por quem, pelo governo, não sei por quem...	Uma das primeiras coisas seria a energia elétrica né, que precisaria ter pra todos, a energia já tem um pouquinho porque tem o motor que foi dado pela prefeitura, não sei por quem, pelo governo, não sei por quem... Mas aqui só é à noite que a gente tem energia, é o motor dali da, da comunidade, mas atende só algumas famílias, não é todas as casas que tá, se tivesse uma energia 24 horas era muito melhor. Aí dava da gente colocar alguma coisa pá... com a energia 24 horas a gente garantia colocar alguma coisa pra tirar o sustento pra melhorar de vida (E13, E1, E3, E6, E7).
3	ECH3) aqui só é à noite que a gente tem energia. É o motor dali da, da comunidade,mas atende só algumas famílias.	
6	(ECH2) não é todas as casas que tá, se tivesse uma energia 24 horas era muito melhor	
7	(ECH4) Aí dava da gente colocar alguma coisa pá... com a energia 24 horas a gente garantia colocar alguma coisa pra tirar o sustento pra melhorar de vida	
13	(ECH1) uma das primeiras coisas seria a energia elétrica, né, que precisaria ter pra todos	

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes foram receptivas em colaborar com a pesquisa e poucas interlocutoras demonstraram alguma resistência inicial ao diálogo, possivelmente, por receios de ser verificado que seus projetos produtivos não lograram sucesso ou que fosse reportada alguma pendência em relação ao ressarcimento do crédito. Quando surgiu resistência, foi transposta ao longo da apresentação do TCLE e quando houve dúvidas quanto às perguntas, explicações extras que facilitassem o entendimento foram providas.

4.1. Organização dos resultados

Este tópico apresenta quatro subtópicos, com os respectivos conjuntos de resultados para cada parte do instrumento de pesquisa: o primeiro traz uma caracterização do perfil socioeconômico das mulheres participantes, obtido através da seção um da entrevista; seguido das percepções dessas mulheres sobre Qualidade de Vida, com dados da seção dois; e por fim, de suas percepções acerca do Fomento Mulher, vida em comunidade e empoderamento, correspondentes aos resultados das seções três e quatro.

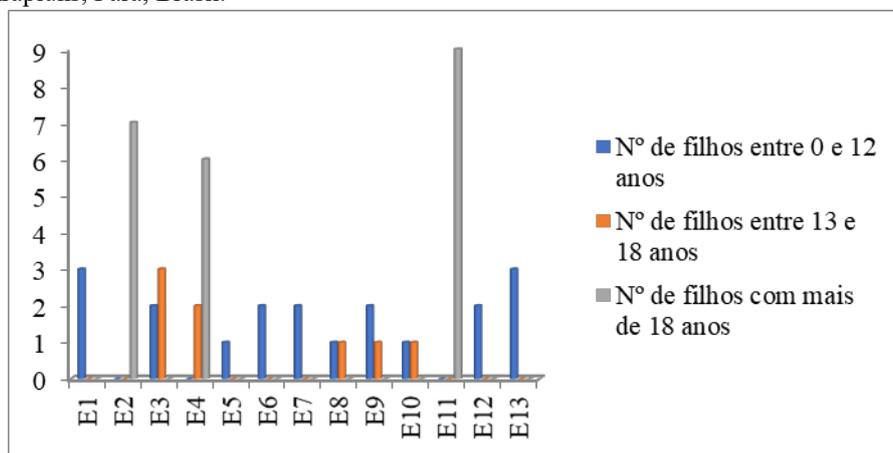
A apresentação dos resultados foi organizada por pergunta e a discussão, observada em referência ao marco conceitual deste estudo; também foram comparadas consonâncias e dissonâncias, utilizando o critério didático adotado por Monteiro (2015), que denomina: ‘recorrências’ às semelhanças encontradas entre os dados de campo e a literatura; ‘especificidades’ às diferenças; e, ‘ausências’, aos pressupostos definidos no marco teórico, que não surgiram nos resultados coletados.

4.2. Caracterização do perfil das respondentes

As mulheres entrevistadas tinham idade mínima de 26 e máxima de 60 anos; 53,84% delas estão na faixa etária dos 31 aos 38 anos e as duas participantes mais idosas, respectivamente com 57 e 60 anos, são aposentadas. Dez delas estão casadas ou em união estável, observando-se ser comum a realização apenas da cerimônia religiosa;

três são solteiras. Todas são mães, a maioria delas (76,9%) com filhos na faixa de 0 a 18 anos (Gráfico 1). Todas elas nasceram em ambientes de comunidade, 84,6% na própria RESEX, a maioria, nove respondentes, no Surucuá.

Gráfico 1 -Número filhos por faixa etária, entre as entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação ao nível de escolaridade, sete entrevistadas possuem o ensino fundamental incompleto, cinco concluíram o ensino médio e uma cursou até o 2º ano do ensino médio. Observou-se que as três entrevistadas solteiras relataram ter concluído o ensino médio, enquanto que, entre as dez mulheres casadas, apenas duas tiveram o mesmo feito. Os dados coletados em campo não permitem inferir uma relação causal entre ‘casamento’ x ‘continuidade nos estudos’ para as entrevistadas, mas podem indicar um novo item para investigação.

Sousa (2018) perguntou por que as entrevistadas, agricultoras familiares do bairro do Maicá (em Santarém), teriam parado os estudos. Os excertos de discursos apresentados como exemplos, por mulheres na faixa dos 41 aos 56 anos, indicaram que, desde jovens, elas trabalhavam para ajudar em casa, ou desempenhavam atividades produtivas na comunidade, além de dificuldades para ir à escola. No entanto, não é possível trazer por analogia que esta é a realidade das mulheres entrevistadas em Surucuá, tendo em vista ainda se tratar de mulheres na faixa etária dos 26 aos 60 anos.

Quando questionadas sobre sua principal atividade produtiva, 10 mulheres identificaram o “trabalho na roça” como sua principal atividade, das quais, três limitaram seu papel a “uma ajuda”. Os termos “lavoura”, “agricultura” e “na mandioca” também surgiram nos discursos, como sinônimos para roçado.

Nesse quesito, as participantes aposentadas divergem de opinião. Enquanto uma delas se identifica como agricultora: “*É agricultura rural, né? A gente trabalha na roça*” (E2, 57 anos), indicando que, apesar de não precisar, trabalha na roça por que gosta: “*A necessidade não é tanto de tá na roça, mas por que a gente vai ficar só já sem fazer nada, né? E eu não, eu gosto de tá trabalhando [...]*” (E2); a outra prefere o ambiente doméstico “*eu cuido da casa mesmo, do meu quintal mesmo, porque de roçado eu mesmo não [...]*”(E11, 60 anos), diz, enquanto exibe um lindo quintal e jardim cheio de flores e frutas, em que cultiva com a colaboração do esposo (Figura 9).

Figura 9 – Jardim da entrevistada E11



Fonte: Compilação da autora, fotos de Ellen Freitas. (2020).

Somente uma das entrevistadas se referiu ao cuidado familiar como atividade principal: “*atividade só mesmo em casa que eu fico, cuidar dos filhos*” (E7). Apenas uma, também, indicou duas frentes de atuação como resposta: “*eu trabalho em casa mesmo e às vezes ajudo também na mandioca, né*” (E8), denotando validar de fato, a primeira atividade mencionada: trabalhar em casa.

A repetição da ideia de que o trabalho da mulher na roça é uma “ajuda” a um homem da família, seja ao esposo ou a um irmão, surgiu em resposta a duas perguntas: “7. Qual sua principal atividade?” e “12. Como é a sua participação no cultivo/no roçado? De quais etapas participa?”.

Quando a mulher sinaliza sua atuação no campo como “uma ajuda”, mesmo identificando a si mesma como agricultora, então, existe uma “naturalização” do estereótipo de gênero de que o trabalho fora dos limites da reprodução social (trabalho doméstico não remunerado) pertence ao homem, o que contribui para manter-se uma relação de hierarquização nas relações de trabalho (SOUSA; ALMEIDA; LEITÃO, 2017).

Seis mulheres externaram essa ideia em seus discursos (E1, E6, E8, E9, E10, E13), confirmando a indicação da literatura de que no Brasil é frequente a descrição da atuação feminina no campo como “uma ajuda”, resultado da invisibilidade

do trabalho na mulher no campo, ou seja, sua participação nem sempre é considerada trabalho (BRUMER, 2004; VIEIRA *et al.*, 2008), demonstrando o quanto a mulher agricultora tem sido domesticada a não reconhecer a importância de seu papel (STADLER, 2008).

Conforme explicado por Brumer (2004), dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho, por gênero, que se estabelece no meio rural: a) a caracterização da unidade familiar produtiva reunindo todos os membros da família, num único esforço em prol do benefício de todos, produzindo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo e b) o fato de vivermos em uma sociedade paternalista, em que se destaca ao homem o papel de provedor da família.

Ainda de acordo com a autora, estes dois aspectos poderiam, portanto, explicar o papel subordinado em que a mulher se enquadra ao intitular sua atuação laboral no campo como “uma ajuda”, apenas. Bem como, explicar o resultado encontrado em campo de que as três participantes solteiras não possuem cultivo ou roçado próprio, indicando que a ausência de um cônjuge torna incompleta a “unidade familiar produtiva”, ao mesmo tempo em que viver sob o contexto de uma “sociedade paternalista” não as incentiva a se tornarem protagonistas ou chefes do lar, a exemplo dos trechos do discurso da participante E10, em resposta às perguntas 12 e 14:

Pois é, ajudo no roçado, mandioca, farinha, tapioca, essas coisas. Mas o roçado é do meu irmão... Isso, descascar mandioca, preparar para fazer... É dele, só é ajuda mesmo(E10, em resposta às perguntas 12 e 14).

As mulheres não casadas apresentaram maior vulnerabilidade quanto ao aspecto econômico, porque sua renda está limitada, estritamente, ao que recebem de benefício governamental do Programa Bolsa Família. Dentre as três participantes solteiras, duas indicaram “ajudar no roçado” de seus irmãos, logo, apesar de participarem de alguma etapa de produção da farinha, responderam que não opinam sobre esta receita, porque a ele(s) pertence(m). A contrapartida da rede de apoio familiar é o provimento da alimentação, que fica a cargo desses familiares.

As esposas também identificaram as principais atividades de seus esposos: sete trabalham no roçado, dos quais, dois complementam a renda como pedreiros, atuando na comunidade ou em Santarém; um deles como vendedor de produtos cosméticos em Surucuí. Entre os demais, dois trabalham como pescadores e um como auxiliar de comandante, em embarcações da região. Curioso notar que, nos

discursos das entrevistadas 2 e 11, ambas aposentadas, parecia ser a renda delas que provia o sustento da casa, como se observa na íntegra de suas respostas:

Olha, ele também faz bico para todo lado, ele me ajuda aqui, quando não, ele vai viajar de barco. É auxiliar de comandante; Não é mesmo comandante, é auxiliar (E2, pergunta 8);

Se é eu que administro é? É eu. Eu que pego meu real. Compro minha despesa de comer e beber, compro meu remédio (...). A gente compra a despesa e ele participa comigo, mas eu tenho o meu dinheirinho e ele tem o dele que ele tem uma venda das coisas, ele vende da Natura, vende Avon e vende Boticário(E11, em resposta às perguntas 8 e 15).

Este dado pode corroborar o achado de Vasconcelos, Vieira e Corrêa (2017), que identificaram que a elevada taxa de satisfação com a renda naquele estudo, estava também associada ao fato de muitos entrevistados serem aposentados ou pensionistas.

Uma situação que Bilac (2006) explica ao observar as mudanças do mercado de trabalho a partir dos anos 1990, considerando que, um idoso com rendimentos fixos por mais irrisório que seja o valor ou ainda, por menor que seja o patrimônio construído, muitas vezes resumindo-se à própria casa, provê uma situação de maior estabilidade e segurança à família, que a enfrentada por muitos jovens trabalhadores, às voltas com o desemprego e/ou subempregos.

Sobre a renda familiar, três mulheres não souberam responder (E9, E10, E11). Para todas as respondentes, o cálculo foi baseado na relação direta entre ‘quantidade’ x ‘preço’ de sacas de farinha produzidas e vendidas, e, quando aplicável, complementada com renda de outra atividade do cônjuge (pesca, construção civil).

Corroborando com os resultados de Vieira *et al.* (2008), que estudaram o papel de homens e mulheres, agricultores familiares, em atividades relacionadas a sistemas agroflorestais, esta pesquisa não registrou nenhuma família mantida somente com capital feminino, visto que as entrevistadas solteiras têm contribuição dos irmãos para o orçamento familiar.

Em todos os casos, as mulheres indicaram que essa receita é bastante variável, entre de R\$ 100,00 a R\$ 600,00/mês; bem como, variados são os preços de venda da saca de farinha de mandioca, entre R\$ 70 a R\$ 120, segundo informaram. A maior renda familiar mensal foi estimada para as mulheres aposentadas, que recebem o valor fixo de um salário mínimo.

Houve uma ideia consensual entre as respondentes de que a prioridade da produção de farinha era para autoconsumo, em razão do baixo preço comercializado na região, em comparação ao esforço investido; e, que a produção era incrementada para cerca de até quatro a cinco sacas, quando havia necessidade de, por exemplo, ir a Santarém ou arcar com despesas de saúde.

Tá R\$ 100,00 reais, lá em Santarém, mas aqui R\$ 80, R\$ 70, aí dá muito trabalho para fazer. Aí, quando ele pega um trabalho assim, uma vaguinha pra fazer um trabalho de pedreiro a gente não faz farinha, só faz mesmo pra comer (E12).

Quando a gente pega pra ir pra Santarém, assim, né, a gente tem que fazer bem farinha, pra poder ir, porque a gente não tem outra renda a não ser isso, a não ser a farinha (E13).

Além disso, as participantes da pesquisa informaram que complementam a renda ou a subsistência da família, através da coleta de produtos da floresta. Quando questionadas se consumiam produtos da floresta (questão nove da entrevista), apenas uma participante respondeu que não.

Foi observado também que quatro respondentes interpretaram a mandioca como um produto florestal. Para essas entrevistadas, a (agro)biodiversidade presente nas florestas, roçados e quintais pode ser considerada única e sem distinção para o autoconsumo da família, revelando a riqueza cultural resultante das interações das populações locais com os recursos naturais do bioma Amazônia (LIMA *et al.*, 2013).

A farinha, a mandioca, macaxeira. (...) "É, a banana, Uxi, castanha, açai (E1).

*Se a gente consome? Sem ser a mandioca? A gente, às vezes consegue o cumaru, a castanha para fazer o beijú, é isso (E2);
Tem a mandioca, né, a farinha, aí tem o cará, tem ... É, banana! As frutas da época, que é Uxi, Piquiá, tudo (E3).*

A coleta de frutos, sementes e castanhas e possíveis rendimentos extras dependem das safras, portanto, as respostas para esta questão teriam variado ao longo do ano, a época de frutificação das espécies ocorre principalmente entre os meses de fevereiro a setembro (CHAVES, 2016). Por exemplo, na ocasião da coleta de dados desta pesquisa, as pesquisadoras compraram castanha-do-pará a R\$ 2,00/kg (no preço estabelecido na comunidade). Ao mesmo tempo, todas as mulheres elencaram cultivos que possuem disponíveis nos seus quintais (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Nuvem de palavras das espécies cultivadas nos quintais, produzidos pelas participantes, comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 11 - Nuvem de palavras de produtos consumidos pelas famílias das entrevistadas, oriundos da floresta, comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A base da alimentação das comunidades da região do baixo Tapajós está alicerçada no cultivo da mandioca e no consumo de seus derivados, junto à coleta de recursos locais naturais, de origem vegetal, mas também de carne de caça e peixes.

Entre as culturas listadas (Figuras 10 e 11), há espécies reconhecidas como Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs), a exemplo de tucumã, açaí, jambu, bacaba, cará, ingá, casca de preciosa, mucajá, abacate, cupuaçu, fruta-pão, etc. (CHAVES, 2016). As PANCs são plantas de origem nativa, ou mesmo cultivadas, que possuam uma ou mais partes comestíveis, mas que não estão disponíveis no comércio global (KINUPP, 2007)

Chaves (2016) investigou o conhecimento, relevância e uso de PANCs em três comunidades da RESEX Tapajós-Arapiuns, entre as quais, Surucuí. A autora observou que os resultados indicaram a existência de uma forte relação da população local com as PANCs, importante não só para sobrevivência e conservação da biodiversidade, como também para promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias, visto que são de produtos locais, de baixo custo e fácil cultivo.

Apesar disso, a Inserção Ecológica realizada para esta pesquisa permitiu perceber o acréscimo e, de certo modo, uso corrente de alimentos industrializados e não locais, como por exemplo: arroz branco, frango congelado e macarrão instantâneo. Também foi obtida de um morador local, a informação de que a obtenção de caça para subsistência, na floresta, é cada vez mais escassa.

Esses resultados estão em sintonia com Chaves (2016, p. 42), na medida em que ressalta a relação intrínseca de dependência das famílias, em relação à floresta, a bosques, capoeiras e quintais para sua alimentação. A autora indica ainda que, disseminar informações sobre as PANC e fortalecer “o reconhecimento de suas funções e sua valorização podem torná-las mais ou tão apreciadas quanto os produtos oriundos de outros locais”.

Todas as mulheres entrevistadas com filhos em idade escolar são beneficiárias do Programa Bolsa Família, que é a única renda fixa que possuem, além da renda de produção familiar do roçado, quando existe. Os requisitos para acessar o Programa⁸ são: constituir famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00); ou, ser de famílias pobres (renda mensal per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00), desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

O auxílio mensal, por criança/adolescente para famílias pobres, é de R\$ 41,00/mês; outra dificuldade é que o valor das passagens para ir e vir de Santarém, onde

⁸Bolsa Família (Fonte: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>)

as mulheres conseguem ter acesso a serviços bancários, é de R\$ 60,00, isto é, não dá nem para pagar a viagem para sacar o recurso.

Não há dados específicos sobre esse Programa para a RESEX Tapajós-Arapiuns (ICMBIO, 2014), no entanto, conhecer os requisitos para acesso ao programa indicam a situação de vulnerabilidade e precariedade vivida por essas famílias, que pode ser diariamente mitigada pela facilidade no acesso a recursos para alimentação, seja do quintal produtivo, do roçado, da floresta ou do rio.

Embora este estudo não tenha por objetivo avaliar a especificidade da relação ‘precariedade da renda’ x ‘garantia de segurança alimentar’, as observações permitem inferir que a conservação e promoção da agrobiodiversidade, bem como a proteção de floresta contribuem significativamente para a sobrevivência e autonomia das famílias, de modo que, na impossibilidade de *‘poder comprar’*, podem fazer uso das estratégias de *‘poder plantar, poder coletar, poder caçar’* para garantir minimamente sua segurança alimentar.

4.3. “Vem muita coisa pra cá, mas ninguém pergunta essas coisas pra gente”: perspectivas sobre Qualidade de Vida

Este subtópico apresenta a análise de dados resultantes da seção dois da entrevista (Apêndice C) relativa à Qualidade de Vida; visando o atendimento do objetivo específico: descrever e analisar percepções acerca de sua Qualidade de Vida e atendimento de suas necessidades, entre beneficiárias do crédito agrário Fomento Mulher, residentes em uma comunidade localizada na RESEX Tapajós-Arapiuns (Pará, Brasil).

Todas as análises são apresentadas por pergunta. A análise das Ideias Centrais que responderam cada questão foi precedida de tabelas-síntese que representaram a incidência de Ideias Centrais entre as 13 entrevistadas, ou seja, indicam quais e quantas participantes contribuíram para compor cada Ideia Central, seguida da porcentagem correspondente. Considerando que pode haver emissão de mais de uma Ideia Central por entrevistada, a soma de porcentagens das Ideias Centrais classificadas pode ser maior que 100%.

A primeira pergunta “1. De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida?” buscou encontrar as dimensões que compõem a Qualidade de

Vida, segundo a perspectiva das entrevistadas. Para esta questão, a Tabela 1 apresenta síntese de todas as Ideias Centrais que respondem à questão, conforme frequência de repetição das expressões-chave, que geraram os respectivos DSCs.

Tabela 1 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 2, pergunta 1: De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida?

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Confusão e insegurança em responder	E3, E5, E6, E8, E11, E13	6	46,15%
B	Elementos relacionados à saúde	E1, E2, E4, E9, E10	5	38,46%
C	Ter trabalho e renda para comprar as coisas	E1, E4, E7, E10, E12	5	38,46%
D	Receber educação e estudo para ter trabalho ou emprego	E1, E4, E10	3	23,07%
E	Elementos afetivos	E12	1	7,69%
F	Moradia melhor	E1	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Ideia Central ‘confusão e insegurança em responder (A)’ foi apresentada por 46,15% das participantes e indica que a expressão Qualidade de vida não é de uso comum entre as participantes, ou ainda, que não costumam pensar nesse assunto ou que as Políticas Públicas que chegam à comunidade não trazem essa premissa em sua apresentação aos moradores, como destacado por uma entrevistada, que ficou tão aflita, que pediu ajuda às pessoas em volta, ao marido e à amiga (Tabela 1, pergunta 1):

O quê que cê acha que uma pessoa precisa para ter qualidade de vida...? Agora a senhora me enrascou. Ai meu Deus, agora... Ai, ai e agora... Eles não podem ajudar, não? Melhorar daqui é... qualidade de vida? Não sei se eu vou responder certo, mas, eu tô, eu tô entendendo assim, tipo assim se melhorasse assim a.... como é, a qualidade de vida, né? Engatou! É a primeira vez que perguntam isso pra gente. Ai, a gente se enrola tudinho, né. Vem muita coisa para cá, mas ninguém pergunta essas coisas pra gente. Travou, travou! Eu não sei essa pergunta. (DSC da ICA, pergunta 1 – seção 2. Participantes: E3, E5, E6, E8, E11, E13, grifo nosso).

A Ideia Central ‘elementos relacionados à saúde (IC B)’ vem logo em seguida, emitida por 38,46% das entrevistadas (Tabela 1), indicando que, entre as cinco respondentes que compuseram esse discurso-síntese, saúde é um domínio prevalente para a Qualidade de Vida. Para a composição desse DSC, alimentação saudável foi a ideia mais repetida, seguida da necessidade de acesso à água tratada, como se vê no DSC abaixo:

Pra ter uma boa qualidade de vida, tem que ter principalmente, em primeiro lugar a saúde, né? Eu acho que água tratada, né, ter água sempre em casa. Também uma alimentação boa, balanceada, bacana mesmo. Pra mim tem que ter arroz, feijão, carne, peixe também é uma alimentação saudável, né, E aí nem toda vez tem, só a farinha. Tem as frutas, com a manga agora faz mingau, faz tudo. Tem que se alimentar saudável, né, comer verdura, tomar suco natural, não ficar tomando esse quissuqui, esses negócio de refrigerante, essa coisas, tudo faz mal. E não tá comendo muito frito, né, comer peixe, comer outras coisas. É isso, em primeiro lugar saúde, né e uma boa alimentação. (DSC da ICB, pergunta 1 – seção 2. Participantes: E1, E2, E4, E9, E10).

Entre as respostas para a primeira pergunta, também foram obtidas duas Ideias Centrais consideradas similares: ‘ter trabalho e renda para comprar as coisas (IC C)’ e ‘receber educação e estudo para ter trabalho ou emprego (IC D)’. Ambas foram dissociadas para destacar a relação causal estabelecida entre estudo e emprego para a Ideia Central D, não observada entre as expressões-chave organizadas em torno da Ideia Central C. Essas duas Ideias Centrais (ICs C e D) foram emitidas por cinco participantes (E1, E4, E7, E10, E12), conforme Tabela 1. A ideia de almejar empregos e trabalhos fixos foi observada com destaque porque não costuma surgir como uma demanda comum a comunidades rurais tradicionais.

*Pra ter uma qualidade de vida, tem que ter principalmente é dinheiro, né, pra comprar as coisas... Assim, ter uma renda melhor. Precisa de muitas coisas, a gente tem que ter um fogão bom, ter um gás ali todo mês. Mas, pra gente ter, a gente tem que ralar muito, por que a gente não tem salário, a gente não tem. **Então, tendo uma renda, sobreviver, isso é uma qualidade de vida, pra mim.** (DSC da ICC, pergunta 1 – seção 2. Participantes: E1, E4, E7, E10, E12. Grifo nosso).*

*Educação! Um trabalho, né, um trabalho certo! **Pra mim, uma qualidade de vida tem que ter um bom estudo, um bom emprego, tem que ter seu salário próprio, né, que é?** Que aí, é tá só esperando ali, o dinheiro cair na conta. A pessoa ter o seu trabalho, né? Emprego. (DSC da ICD. Participantes: E1, E4, E10. Grifo nosso).*

A Ideia Central definida por ‘elementos afetivos (IC E)’ foi proferida por uma participante (E12):

Eu acho que em primeiro lugar tem que ter amor, né. Tem que ter companhe...companheirismo. É, tem que ter um modo de viver com a família assim unida, pra poder acho que ter as... depois ter a mudança, né?!(DSC da IC E, pergunta 1 – seção 2. Participante: E12).

Objetivamente, no contexto do discurso da E12, a mudança a que a participante se refere diz respeito à melhoria de condições objetivas de vida. Segundo

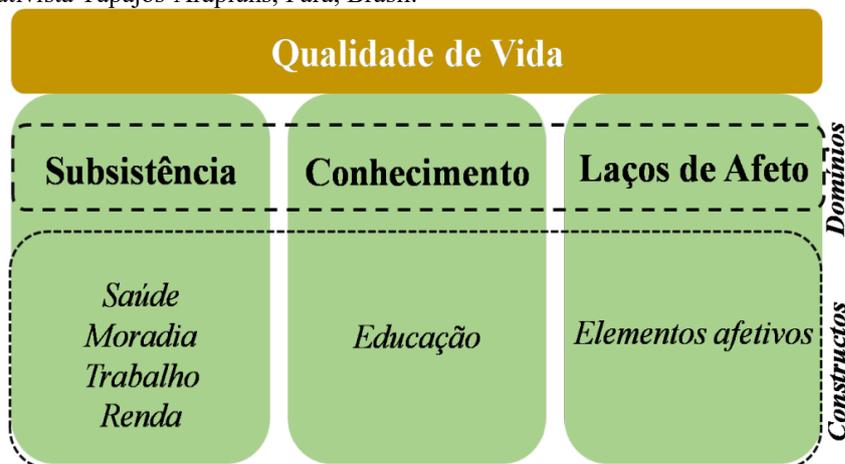
sua percepção, a construção de laços de afeto, parceria e companheirismo no lar criam oportunidades para melhores condições de vida, a partir do trabalho em família, como se vê em outro trecho do discurso:

(...) a mudança assim, por que muitas vezes a gente querer uma coisa, que a gente não tem assim dinheiro, um recurso pra gente ter, entendeu? No caso, essa casa aqui, a gente construiu essa casa, a gente trabalhou muito na roça, tinha dias que a gente ficava o dia inteiro na mandioca... o dia todo (E12, pergunta 1).

Por fim, ‘moradia melhor (IC F)’, com o seguinte DSC, emitido em uma resposta: “*Essa casa aqui, com certeza fez muita diferença. Moradia, né? (E1)*”, referindo-se à casa de alvenaria que sua família conseguiu, após ter aderido ao PNHR, intermediado pela associação local. Sugere-se que essa necessidade estaria atendida para a maioria das mulheres participantes, pois dez delas foram contempladas com casas do mesmo Programa.

Confrontando os resultados obtidos com a lista de necessidades humanas de Costanza *et al.* (2007), os principais domínios que compõem a Qualidade de Vida, elencados pelas participantes, são: *subsistência*, representado pelas Ideias Centrais ‘elementos relacionados à saúde’ (incluindo alimentação saudável e água tratada), ‘moradia’, ‘trabalho’ e ‘renda’; *conhecimento*, representado pelo anseio por acesso à ‘educação’; e, *laços de afeto*, definidos na Ideia Central ‘elementos afetivos (IC E)’. Todos, exemplificando recorrências em relação ao marco teórico (Figura 12).

Figura 12 - Qualidade de vida e os domínios das necessidades humanas e seus constructos para mulheres da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Embora ‘trabalho’ e ‘renda’ não sejam constructos presentes nos descritores diretos indicados por Costanza *et al.* (2007) (ver Quadro 1), os constructos foram enquadrados no domínio *subsistência*, porque os descritores não são compreendidos como exaustivos, uma vez que a construção dessa lista deriva primariamente da integração de várias outras (COSTANZA *et al.*, 2008), como a “Matrix de necessidades e satisfatores” de Max-Neef (1992), na qual, ‘trabalho’ e ‘renda’ são descritos como constructos do domínio *subsistência*.

Comparados ao instrumento *ComQol* (GULLONE; CUMMINS, 1999), os domínios da vida mais representados pelas respostas das participantes foram: *Bem-Estar material, saúde e intimidade*. Estando ausentes os domínios: *produtividade, segurança, lugar na comunidade e Bem-Estar emocional*.

O trabalho de Sousa (2018) encontrou as dimensões *saúde, família e trabalho* como elementos principais que compõem a Qualidade de Vida, na percepção de mulheres que moram às margens do lago Maicá, em Santarém (PA/Brasil). Tanto na pesquisa de Sousa (2018) quanto nesta pesquisa, foi recorrente a percepção de *saúde* relacionada à inexistência de doença e aspecto fundamental que propicia condições para que a mulher possa trabalhar e garantir sua sobrevivência, assim como a de sua família.

No entanto, o resultado para o aspecto *família* revelou especificidades (dissonâncias): ao passo que Sousa (2018) identificou esse aspecto como relevante na percepção de Qualidade de Vida, de acordo com as mulheres do Maicá, já em Surucuá, apenas uma mulher elencou o tema, representado pela Ideia Central ‘elementos afetivos (E)’, como necessário para a Qualidade de Vida.

Isso não significa que as mulheres de Surucuá não valorizem seus núcleos familiares, mas talvez, que a primeira pergunta deste trabalho lhes tenha orientado ao sentido de necessidade, daquilo que lhes falta, o que pode ser analisado junto aos resultados para a questão 14 (tratados no tópico 4.4.2, Tabela 16), em que quatro participantes informam haver uma boa relação familiar.

O tema *trabalho* surgiu de modo relevante, porém, com especificidades entre os dois estudos. Os dados da seção dois deste estudo, relativos a *trabalho*, denotam insatisfação entre a maior parte das entrevistadas, traduzida pela ausência de opções de trabalho na comunidade, bem como pela renda insuficiente para garantir às mulheres autonomia econômica; enquanto que no estudo de Sousa (2018), ocorreu uma identificação afetiva das participantes com sua atividade produtiva.

A autora afirma que as mulheres do Maicá não têm interesse em trocar de atividade produtiva e que a utilizariam como estratégia para promoção de visibilidade e valorização, autoestima e autonomia econômica (SOUSA, 2018). Em Surucúá, pode-se dizer que essa ligação afetiva com o trabalho só foi explícita em dois discursos (E2, E4) entre as entrevistadas, o que demonstra que, de maneira ampla, suas atividades produtivas não são suficientes para que se sintam satisfeitas, contribuindo com a sobrevivência de suas famílias, ou para que se sintam valorizadas e visíveis no seu esforço produtivo.

Às participantes que não conseguiram responder a primeira pergunta, foi gerada uma questão complementar, que resultou em indícios de aspectos que as interlocutoras valorizam na vida em Surucúá, a despeito das dificuldades, e que, por inferência, poderiam indicar elementos que também valorizariam em sua Qualidade de Vida. Desse modo, a síntese de Ideias Centrais que respondem à pergunta “1.1. a senhora gosta de morar mais aqui no Surucúá ou em Santarém, por quê?” é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - Síntese das Ideias Centrais sobre onde preferência para morar, na percepção das entrevistadas de Surucúá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 2, pergunta 1.1: A senhora gosta de morar mais aqui no Surucúá ou em Santarém, por quê?

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Gosta de viver no Surucúá	E2, E5, E6, E8, E10, E11	6	46,15%
B	Sensação de liberdade no Surucúá	E5, E6, E7, E8, E10, E11	6	46,15%
C	Sensação de segurança em Surucúá	E5, E6, E7, E11	4	30,76%
D	Conforto, tranquilidade e ar puro	E2, E7, E11	3	23,07%
E	Vida mais saudável no Surucúá	E13	1	7,69%
F	Custo de vida melhor no Surucúá	E11	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para a pergunta 1.1, ‘gosta de viver no Surucúá (IC A)’ e ‘sensação de liberdade (IC B)’ foram Ideias Centrais obtidas por 46,15% das participantes, cada. Seguidas das Ideias Centrais: ‘sensação de segurança (IC C)’, ‘conforto, tranquilidade e ar puro (IC D)’; ‘vida mais saudável (IC D)’ e ‘custo de vida (IC F)’, como apresentado na Tabela 2.

Gosto daqui, gosto daqui mesmo, eu me sinto bem, não sei porque eu nasci e me criei aqui, mas eu acho melhor aqui. Acho que é por que eu tô acostumada aqui, sempre morei aqui, aqui, todo mundo conhece a uma outra, né? Eu gosto de viver aqui, eu não quero ir pra lá, mas quando, até por que já foi convidada para morar em Santarém, mas já passei uns dia lá e não gostei. Pra dizer a verdade eu não gostei de quase tudo lá. Aqui a gente

tem mais a vontade, né, dá vontade da gente viver aqui. Então, eu gosto de viver aqui mesmo. Eu pra mim, eu acho que aqui é melhor... Assim já tô acostumada aqui, já gosto de morar aqui, então, pra mim eu me sinto bem aqui.(DSC da IC 'A', pergunta 1.1 – seção 2. Participantes: E2, E5, E6, E8, E10, E11. Grifo nosso).

A gente vive livre, né, mas lá em Santarém, não, em Santarém, Deus defenda! Se eu tiver no caso lá, eu tô presa, sei lá, aqui a gente sai, né, aqui a gente vive liberto e lá não! A gente é liberto aqui, pra mim é uma liberdade, um paraíso. Não é só tá trancado, aqui é grande também, principalmente quando tem criança, o quintal é grande pra gente passear. Mais assim, como eu falei, eu gosto de viver aqui, por que aqui eu tô livre. (DSC da IC 'B', , pergunta 1.1 – seção 2. Participantes: E5, E6, E7, E8, E10, E11).

‘Sensação de segurança em Surucuí (IC C)’, também em resposta à questão 1.1 foi proferida por quatro interlocutoras e resultou no seguinte Discurso-Síntese:

Aqui não tem muito perigo como tem em Santarém, né?! Aqui, não é muito perigoso. A gente sai a noite não tem perigo de nada. Mas lá, eu tenho até medo de pisar em Santarém e aqui não, eu tô sem medo, sem medo de nada, de alguma coisa me atacar, eu posso ir pra onde eu quero, a hora que eu quero ir, sem medo de nada.(DSC da IC 'C', pergunta 1.1 – seção 2 Participantes: E5, E6, E7, E11).

‘Conforto, tranquilidade e ar puro (IC D)’ também representaram Ideias Centrais valorizadas entre os discursos individuais, emitidas por 23,07% das participantes, em resposta à questão 1.1:

Gosto daqui, porque lá é muito barulho e eu não me acostumo, porque aqui é mais tranquilo, tem o ar, também não é tão quente, né?! vou ficar aqui no sítio mesmo, que aqui é mais confortável. (DSC da IC D', pergunta 1.1 – seção 2. Participantes: E2, E7, E11).

Uma participante mencionou um ‘custo de vida melhor no Surucuí (IC F)’, sobre a questão 1.1, como se vê pelo DSC desta Ideia Central:

Tudo em Santarém a gente tem que comprar, comprar, comprar, comprar, e aqui não, só compra uma despesa e aí pronto! Talvez se eu morasse em Santarém, né?! E eu não tivesse uma casa, aí ia ter que alugar é lá ia o salário tudo embora (DSC da IC 'F', pergunta 1.1 – seção 2. Participante E11 em resposta à questão 1.1).

A participante E11 revelou uma ancoragem em seu discurso, que suporta sua preferência por viver no Surucuí, representada pela Ideia Central ‘Vida mais saudável no Surucuí (IC E)’. Além disso, uma ideia de apego ao estilo de vida, que lhes

permite produzir seu alimento e, portanto, em sua percepção, ter acesso a uma vida saudável, discurso abaixo:

Aqui é tudo saudável, né, a gente planta, por exemplo, a verdura... quer comer um peixe, vai ali no rio e pega, vem comer, quer comer uma galinha caipira a gente cria para comer, fruta... tudo natural (DSC da IC 'E', pergunta 1.1 – seção 2. Participantes: E11).

Apesar de não se referir diretamente ao tema, os resultados obtidos para a pergunta “1.1.a senhora gosta de morar mais aqui no Surucúá ou em Santarém, por quê?” indicaram recorrências, ou seja, guardam semelhanças com a literatura, no que se refere a outros domínios da Qualidade de Vida. Os resultados obtidos com essa questão permitiram encontrar outros aspectos relevantes, para além do Bem-Estar material ou subsistência, na perspectiva das interlocutoras.

Desse modo, a partir da síntese das Ideias Centrais da pergunta 1.1 (Tabela 2) e considerando as expressões-chave contidas nos discursos referentes a essa questão, encontraram-se representados os domínios: *Identidade*; *Liberdade* (no sentido de mobilidade); *Segurança* e, novamente *Subsistência*, no entanto, destacando acesso a outros serviços ecológicos vitais como ar puro, conforto térmico e um ambiente livre de poluição sonora, de acordo com a lista de Costanza *et al.* (2007), dentro da Ideia Central D.

Também, a partir da definição de descritores proposta pelos autores Costanza *et al.* (2007), descritas no quadro 1, o domínio *Lazer* foi identificado de modo transversal, dentro das Ideias Centrais: ‘liberdade (B)’ e ‘conforto, tranquilidade e ar puro (D)’.

A Ideia Central intitulada ‘gosta de viver no Surucúá (A)’ exemplifica os domínios *Liberdade*, no sentido de “poder viver a própria vida e a de mais ninguém”, bem como *Identidade* (no sentido de sentir-se pertencente, diferenciação, sentido de lugar) (COSTANZA *et al.*, 2007); mas também, é uma categoria recorrente ao aspecto caracterizado como *Bem-Estar emocional*, por Gullone e Cummins (1999), um domínio relevante, que não havia surgido como resultado à pergunta 1.

A análise dos resultados da pergunta “1. De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter Qualidade de Vida?” parecem indicar que as participantes foram direcionadas a pensar no sentido do que é essencial, básico, na medida do que lhes falta para garantir sua existência com dignidade. E a maioria dos discursos para essa questão

indica o já conhecido no senso comum e também descrito por Sousa (2018): saúde (IC B); trabalho, educação e renda (ICs C e D).

Já os resultados da questão “1.1. *A senhora gosta de morar mais aqui no Surucú ou em Santarém, por quê?*” denotam uma complementaridade ao conjunto de domínios da Qualidade de Vida, que seriam relevantes para as interlocutoras; talvez, não mencionados em resposta à primeira pergunta, por serem necessidades que elas percebem como preenchidas, e, portanto, não alinhadas ao senso de urgência sobre o que lhes falta, ou o que lhes é preciso para ter Qualidade de Vida.

Essa compreensão fez com que os dados obtidos pelas questões 1 e 1.1 fossem analisados conjuntamente com a finalidade de compor uma perspectiva mais ampla, do ponto de vista das entrevistadas, a respeito dos domínios que compõem Qualidade de Vida (Figura 13).

Figura 13. Domínios da Qualidade de Vida, de acordo com as entrevistadas da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em Costanza *et al.* (2007) e Gullone e Cummins (1999).

Em relação à avaliação subjetiva das participantes sobre sua Qualidade de Vida, captada pela pergunta “2. *Como você percebe sua Qualidade de Vida?*”, foram obtidas sete Ideias Centrais como respostas, organizadas e apresentadas na Tabela 3. As participantes apresentaram motivos para justificar uma boa Qualidade de Vida, ou sua melhora (ICs A, D, E, G); bem como, trouxeram a percepção de que está regular (IC F), ou explicações que justificam prejuízos à sua Qualidade de Vida (ICs B, C).

Tabela 3- Síntese das Ideias Centrais sobre a percepção de Qualidade de Vida, de acordo com as entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 2, pergunta 2: Como você percebe sua Qualidade de Vida?				
Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Mais ou menos	E9, E3, E10, E4, E8	5	38,46%
B	Melhorou ou vive bem	E2, E5, E6, E12, E13	5	38,46%
C	Trabalho e renda	E1, E2, E3, E12	4	30,76%
D	Melhorou por causa da casa	E1, E8, E13	3	23,07%
E	Prioriza a saúde	E2, E9, E11, E12	4	30,76%
F	Melhorou por causa do Fomento Mulher	E12	1	7,69%
G	Prejudicada, porque não possui trabalho	E7	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Do total de entrevistadas, 38,46% indicaram que percebem sua Qualidade de Vida, em situação regular, ou ‘mais ou menos (IC A)’, em resposta à segunda questão:

Eu acho que tá, eu não sei, eu acho, eu penso que tá bom, né, mas ao mesmo tempo, eu penso que não. Tá mais ou menos! É que não dá para gente dizer que tá boa, por isso que tá mais ou menos! É, não é tão boa, mas também não pra entristecer, né, dá de levar. Tá mais ou menos... Mais ou menos. (DSC da IC A, pergunta 2 – seção 2. Participantes E9, E3, E10, E4, E8).

O mesmo percentual de entrevistadas, também cinco mulheres, destacaram uma situação de ‘melhoria ou viver bem’ (IC B), em resposta à segunda pergunta, sem, no entanto, especificar os motivos para ter havido melhora:

Hoje, graças a Deus, melhorou bastante, hoje tá bom. A minha tá boa, assim, eu vivo bem e por onde a gente tá enxergando tá tudo bom (DSC da IC B, pergunta 2 – seção 2. Participantes E2, E5, E6, E12, E13).

O motivo mais frequente citado para justificar melhoria na Qualidade de Vida, em resposta à segunda pergunta, foi ‘moradia melhor (IC D)’, ideia emitida por três interlocutoras (Tabela 3), beneficiárias de casas do PNHR, que foram viabilizadas via AMPROSURT:

A minha qualidade de vida mudou por causa da casa agora, né, por exemplo, que a gente não tinha casa, a gente ganhou essa melhor, melhorou, como eu já falei, uma casinha melhor. Eu tava morando junto aqui e ficava muito imprensado, apertado. Agora melhorou muito com a casa, mais confortável (DSC da IC D, pergunta 2 – seção 2. Participantes E1, E8, E13).

Outro motivo destacado por uma participante como justificativa para alguma melhora na sua percepção da Qualidade de Vida (Tabela 3, pergunta 2), foi o acesso ao ‘Fomento Mulher (IC F)’ por ter permitido comprar insumos para o trabalho, como se vê no DSC:

Quando veio aquele projeto do Fomento Mulher, né? Melhorou um pouco, não melhorou bastante, mas deu para fazer alguma coisa, no caso, comprar alguma coisa pra fazer do Forno, comprar um forno, comprar um terçado, comprar... e também ampliar o roçado(DSC da IC F, pergunta 2 – seção 2. Participantes E12).

Os resultados da segunda pergunta reiteraram a percepção de que o aspecto *saúde* é priorizado em relação a outras necessidades que comporiam a Qualidade de Vida, proferindo a crença de que, estando com saúde, elas podem escolher fazer o que desejarem. Essa Ideia Central foi emitida por quatro participantes, nessa questão.

O importante para mim é a saúde, né, tendo a saúde, tá tudo bem. Eu tando com saúde, eu posso trabalhar para ter a qualidade de vida que eu quero, ir pro roçado. Ai na parte da alimentação, acho que tá, tá, o negócio da alimentação... Dormir bem, né? Isso daí também faz bem, né, praticar esportes, isso daí é faz bem, mas a gente não faz, né. Ultimamente, a saúde que não tá muito boa... Na verdade, o dinheiro não compra nada, né, nem a felicidade da gente e nem a saúde (DSC da ICE, em resposta à pergunta 2, seção 2. Participantes: E2, E9, E11, E12).

Os temas ‘trabalho e renda’ permearam respostas em quatro das cinco perguntas realizadas, sendo destacado como um aspecto negativo da Qualidade de Vida das mulheres entrevistadas, relatados como exemplos em que a privação de liberdades é derivada diretamente da pobreza econômica, que restringe às pessoas a liberdade de saciar a fome, obter nutrição satisfatória ou obter remédios para doenças tratáveis (SEN, 2010).

Assim, não é o básico mesmo que todo mundo sonha, né, a gente compra uma coisa, e lá falta outra, e assim vai levando devagar. E o que eu ganho do meu bolsa família que não é muito, mas já ajuda também, muda por que se não tivesse era difícil. (DSC da IC C, em resposta à pergunta 2, seção 2. Participantes E1, E2, E3, E12).

Uma das interlocutoras teve seu discurso sobre os temas ‘trabalho e renda’ separados dos demais, constituindo nova Ideia Central, devido à especificidade de sua situação, na resposta da segunda pergunta. Ela contextualizou, em sua resposta da primeira pergunta que sempre morou com os pais, e dependia deles, que nunca saiu para

morar fora, estudar mais ou ter experiências de trabalho, “*que eles não deixavam*” (E7). Até que faleceram e se viu em situação de vulnerabilidade financeira:

Complicado, ficou meio difícil assim, que eu não tenho trabalho e não trabalho de roça, que eu morava com meus pais, né?! Eles morreram tudo os dois e eu fiquei só eu aqui. A gente não fazia roça, que não precisava, eles eram aposentados, os dois morreram e eu fiquei só com essa gorda aqui (refere-se à sua bebê de colo). (DSC da IC ‘prejudicada, porque não possui trabalho (IC G)’, pergunta 2 – seção 2. Participante E7).

Embora tenha surgido entre as participantes como um discurso individual, esse é um tipo de arranjo familiar típico no Brasil, onde foi observado um alto índice de famílias chefiadas por idosos, cumprindo esse papel em 86,5% das famílias em que viviam, nos anos 2000, representando o papel familiar de prover suporte principalmente a filhos adultos (CAMARANO; KANSO; LEITÃO, 2004).

No contexto das famílias rurais, especialmente, a previdência social oferece um tipo de seguro de subsistência, invertendo o papel social do idoso de assistido para assistente (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2004). Assim, tendo em conta esse aspecto, somado à observação dos resultados obtidos em campo, ou seja, das mulheres rurais de Surucuá reivindicando para si mais oportunidades de trabalho, como será discutido adiante, o discurso da participante E7 não deve ser visto de modo isolado, ainda que essa Ideia Central não tenha encontrado eco entre as demais. Mas sim, deve ser entendido como elemento que assevera condições de vulnerabilidade da mulher e que deve ser observado pelas Políticas Públicas.

Quanto ao efeito da renda na Qualidade de Vida, Bloom, Craig e Malaney (2001) concluíram, estatisticamente, em análise para a população rural da Ásia, que existe uma relação indissociável entre renda e Qualidade de Vida, por que influencia(va) diretamente nos indicadores de saúde, educação, nutrição, pobreza, fertilidade e governança. Segundo o autor, as políticas que visam melhoria da renda rural devem se concentrar no aumento da produtividade agrícola, como fator chave para crescimento da renda e redução da pobreza rural, na Ásia.

Para tanto, entre os achados desta pesquisa e a literatura, valida-se a análise de que para o contexto de pequenos agricultores familiares, na Amazônia, o suporte de Assistência Técnica no provimento de técnicas e tecnologias de manejo é fundamental para o aumento da produtividade, e conseqüentemente da renda.

As terceira e quarta perguntas buscaram encontrar, conforme a percepção das participantes, pontos de necessidade na comunidade e na própria vida sobre os quais se poderia atuar para alcançar melhoria na Qualidade de Vida. Suas respostas podem indicar caminhos para promoção e/ou manutenção de Políticas Públicas, que encontrem e atendam necessidades previstas por esta população (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que precisa melhorar na comunidade Surucuá para que as participantes tenham mais Qualidade de Vida. Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 2, pergunta 3: O que precisa melhorar na sua comunidade para você ter mais Qualidade de Vida?

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Assistência à saúde	E2, E3, E4, E5, E6, E11, E12	7	53,84%
B	Energia 24 horas para toda a comunidade	E1, E3, E6, E7, E13	5	38,46%
C	Muita coisa	E2, E6, E7	3	23,07%
D	União e liderança comunitária	E2, E10, E11	3	23,07%
E	Trabalho e renda	E1, E7	2	15,38%
F	Não soube responder	E8	1	7,69%
G	Moradia	E2	1	7,69%
H	Quadra para esporte	E9	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 5 - Síntese das Ideias Centrais sobre o que precisa melhorar na vida das entrevistadas para que elas tenham mais Qualidade de Vida, Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 2, pergunta 4: E na sua vida, o que precisa melhorar para você ter mais Qualidade de Vida?

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Produção, trabalho e renda	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E12, E13	10	76,92%
B	Energia e telecomunicações	E1, E9, E11	3	23,07%
C	Saúde	E9, E11	2	15,38%
D	Não soube responder	E7, E10	2	15,38%
E	Muita coisa	E6, E12	2	15,38%
F	Melhorar a casa	E3	1	7,69%
G	Tempo para cuidar do canteiro	E9	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dentre essas perguntas (3 e 4), seis conjuntos de Ideias Centrais reverberaram similaridades entre si, como apresentado nas Tabelas 4 e 5, respectivamente: ‘assistência à saúde (A)’ x ‘Saúde (C)’; ‘energia 24 horas para toda a comunidade (B)’ x ‘energia e telecomunicações (B)’; ‘trabalho e renda (E)’ x ‘produção, trabalho e renda (A)’; ‘moradia (G)’ x ‘melhorar a casa (F)’; ‘Muita coisa (C)’ x ‘Muita coisa (E)’; ‘Não soube responder (F)’ x ‘Não soube responder (D)’.

Note-se pela Tabela 5 que a Ideia Central ‘produção, trabalho e renda (A)’ foi proferida por 10 participantes, 76,92% de repetição, constituindo o DSC mais longo

deste estudo. Desse resultado se infere que essa é a necessidade mais latente descrita pelas participantes sobre a qual as Políticas Públicas devem atuar:

*Ai meu Deus! O que preciso? É melhora para os filhos, a gente dá uma criação boa para os filhos... A renda! A questão da gente **conseguir mais uma renda**, né? Se aqui no Surucua tivesse **um trabalho mais fixo**, aí dava de melhorar, entendeu? A gente depende do rio, da natureza, mas eu acho assim, entra parte do, da questão financeira, né? A questão emprego. Aqui, principalmente não tem um emprego, né, pra gente ir trabalhar, pra conseguir dinheiro, pra ter uma vida melhor, conseguir as coisas para dentro de casa, e aí na minha também falta muito. As vez até o trabalho que a gente trabalha na mandioca não ajuda muito, né?! **Quando tem mandioca o negócio é bom, que vende a farinha, uns 2 ou 3 sacos e melhora, mas aí quando dá esse tempo, nem todos tem, tá no período da plantação, tu sabe? Não tem... só tem pra fazer pro consumo. No caso da produção, né, é uma coisa muita baixa o preço dos nossos produtos, não tem valor quase, é uma coisa que é um trabalho muito esforçado, muito, que a gente trabalha bastante, é o trabalho na agricultura, na roça. Além disso, eu só ganho o Bolsa Família deles, tem vez que eu vendo alguma coisa pra tirar, faço quando tem. Então, é isso, só um trabalho mesmo pra mim, falta assim trabalho pra poder ter o dinheiro pra comprar o que precisa, principalmente o alimento, né? Que as outras coisas, a gente vai passando, né? Assim, melhorar a renda, por que é a renda que é pouco. Aí não dá de comprar, suprir aquela necessidade, “mamãe eu vou comprar feijão, arroz, macarrão pra fazer um almoço”, aí não tem! Tá sem dinheiro. Ter mais condição pra comprar mais alimento saudável, né, pra esse negócio de verdura, essas coisas, e é caro, né? **Também, se tivesse curso, um coisa que desse para nós, pras mulheres, aí no caso, a gente dava de conversar com o esposo, né? E aí no caso eles ficava mais no coisa da mandioca e aí a gente ajudava só aquele pouco e tivesse um outro trabalho fixo pra gente ir conseguir um dinheiro pra comprar as coisas. Essa coisa que veio aí... é a agroindústria, tá pra essas mulheres que tão lá coisando, eu acho que facilitou um pouco pra elas, né? Elas fizeram o curso, elas conseguiram, mas assim, se tivesse como ampliar para empenhar, pra coisar outras mulheres, uma coisa que viesse assim.** (DSC da ICA, em resposta à pergunta 4 – seção 2. Participantes: E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E12, E13. Grifo nosso).***

O discurso-síntese correspondente, construído para a terceira questão, Ideia Central ‘trabalho e renda (E)’ foi proferido por duas interlocutoras (Tabela 4):

Eu acho que um trabalho. Com um trabalho ,eu ia poder ajudar no sustento de casa. Os novatos que terminam o Ensino Médio vão embora, se formam para lá, mas não venho para cá, por que não tem como ter emprego aqui (DSC da IC E, pergunta 3 – seção 2. Participantes: E1, E7).

Antes mesmo da conformação da RESEX, ainda década de 1970, o anseio por melhores condições de trabalho e renda já era presente, quando a exploração aurífera no Alto Tapajós e a exploração madeireira no médio Tapajós e Arapiuns mobilizaram expectativas de grande número de moradores. Contudo, a migração para a

atividade predatória nos garimpos, assim como a atividade madeireira não resultou em mudanças nas condições de vida (ICMBIO, 2014).

Essa última atividade – exploração madeireira predatória – levou à instalação de empresas e promessas de emprego, provocando opiniões contrárias e a favor de sua permanência, no entanto, este modelo também não atendeu as expectativas quanto à melhoria nas condições de vida e, especialmente, resultou no movimento comunitário ao longo dos anos 1980, que interpretou a permanência destas empresas como uma ameaça, e, reivindicou a demarcação do território, resultando na consolidação da UC, em 1998 (ICMBIO, 2014).

Esclarecido esse ponto, cabe a compreensão de que os desafios para geração de trabalho e renda não são/serão respondidos com iniciativas isoladas, por outro lado, ter em mente a clareza de que uma vez que os moradores da região rejeitaram modelos exploratórios, que modificavam drasticamente suas relações e concepções sobre o uso dos recursos naturais é fundamental para pensar em vias alternativas.

O contexto encontrado na RESEX e verificado na comunidade Surucuá, relacionado ao aspecto econômico é um achado recorrente em estudos para esse tipo de população, por exemplo, o estudo de Qurniati *et al.*(2019) descreve que a maioria das comunidades pobres está localizada nas adjacências de florestas e em áreas rurais com limitado acesso a recursos, assim grande vulnerabilidade econômica é encontrada, de maneira geral, em comunidades dependentes da floresta para obter sua renda.

De acordo com dados do Plano de Manejo, a farinha é o principal produto comercializado para mais de 1600 famílias da RESEX e maior parte das comunidades; no entanto, o produto não é, sozinho, capaz de garantir o sustento. E o escoamento da produção agrícola, como um todo, se concentra prioritariamente para Santarém (43,5%) e no interior da própria RESEX (42%), sendo o restante da produção distribuído para municípios vizinhos (ICMBIO, 2014).

Entre os fatores que influenciam uma situação de insuficiência de renda, relacionada à produção de farinha, estão: a quantidade de mão de obra envolvida, ou seja, a quantidade de pessoas na família e o tamanho da área cultivada (ICMBIO, 2014); a exaustão das etapas de produção, predominantemente manuais, a exemplo da tarefa de descascar a mandioca, desempenhada principalmente pelas mulheres, o que exige até 10 horas diárias de trabalho (VIEIRA *et al.*, 2008); bem como, a oscilação de preços na safra e entressafra.

Esses dados instigam a refletir sobre caminhos de Políticas Públicas que fomentem o desenvolvimento local endógeno, a exemplo do estudo de Rosas-Baños e Lara-Rodríguez (2013) que investigou a relevância do regime de propriedade comum, no qual se baseia o modelo de desenvolvimento local endógeno, por meio do modo de apropriação pós-campesino, baseado na possibilidade de expansão produtiva para além da subsistência, com a finalidade de melhorar a Qualidade de Vida dos comunitários de San Pedro El Alto (México).

Estas autoras analisaram as transformações socioeconômicas obtidas pela implementação de empresa florestal comunitária, em 1984, em San Pedro El Alto, em relação à melhoria da Qualidade de Vida da população local. A empresa é responsável por 85% dos empregos da comunidade e às mulheres participantes garantem o sustento de seus filhos.

Os achados dessas autoras são promissores e instigantes, considerando ainda o destaque dado, pelas mulheres neste DSC, para o empreendimento local da Agroindústria, desse modo, poderia ser mais promissor para o incremento da renda, pensar em estratégias de capacitação e empreendimentos coletivos.

Investigando o mesmo tema, mas na Amazônia brasileira, os resultados do estudo de Mello e Schmink (2017) demonstram que a participação de mulheres rurais em micro empreendimentos coletivos promove empoderamento econômico às participantes e contribui para o desenvolvimento de conhecimento e habilidades social, econômica, política e ambiental dessas mulheres, além de suportar práticas mais sustentáveis para gestão de uso da terra, na região. O trabalho também indica que ao contribuir para a composição da renda familiar, conseqüentemente, elas ganharam mais voz e poder de decisão na casa.

De acordo com o volume I do Plano de Manejo da RESEX Tapajós-Arapiuns, as principais Políticas Públicas reivindicadas pelos moradores são acesso à educação, saúde, e moradia (ICMBIO, 2014), no entanto, o levantamento de campo demonstrou que, no Surucuá, segundo as mulheres entrevistadas, a demanda mais urgente seria por Políticas Públicas que oportunizem geração de trabalho e renda para mulheres, de modo que consigam contribuir mais significativamente para a subsistência das famílias; seguidas de saúde e infraestrutura (energia elétrica e acesso a telecomunicações).

Em relação à saúde, a melhoria na ‘assistência à saúde(A)’ foi a Ideia Central mais expressa, 53,84%, para a terceira pergunta, conforme DSC abaixo, indicando como principal reivindicação, a falta de medicamentos no posto de saúde:

*Principalmente a saúde, precisava melhorar principalmente no coisa da saúde, ter **mais acesso assim a remédio que não vem**, corre lá pro posto não tem, tem que apelar pras ervas, faz um chazinho daqui, um sumo de matruz com leite e vai vivendo. Então, tem o nosso posto, né, mas falta remédio. Aí tem aquele **navio Abaré que vem que a gente não sabe quando ele volta pra cá de novo**, né, as bocas das crianças ficam tudo... porque não tem como extrair um dente, aqui não tem dentista. Aí tem também assim, a gente precisa melhorar assim, de um transporte, quando agente tá doente e tem dificuldade de manda chamar lá de Santarém, demora muito pra chegar pra cá... Ambulancha demora muito .É isso, a questão que eu falo do posto, que tá fraco o negócio lá. Esse nosso posto aí, pequeno e vai lá atrás de um remédio, não tem. **Por que ali no Parauá, eles tem um posto bonito, que eles pedem, né, a comunidade**. Tem esse posto aí só, a gente vai lá, todo tempo a gente procura, não... ‘não tem’, num sei o que, não tem, não tem remédio. Podia até ter um atendimento de qualidade, né?! Por que, geralmente, as vez, agente chega lá e não é nem bem recebido. Falta **ampliação, um maior assim**, mais a vontade pra atender as pessoas e principalmente ter mais remédios. Oh, o posto de saúde não tem remédio! (DSC da IC A, questão 3 – seção 2. Participantes: E2, E3, E4, E5, E11, E6, E12. Grifo nosso).*

Parauá é a comunidade vizinha, dista quatro quilômetros de Surucuá, e o acesso pode ocorrer ao longo de todo o ano, via ramais que interligam as comunidades. Trata-se de uma comunidade maior, que possui uma Unidade Básica de Saúde polo entre as comunidades circunvizinhas; o uso desse posto pelos comunitários do Surucuá é possível desde que encaminhado pelo técnico de enfermagem local.

De acordo com o enfermeiro da comunidade, as condições para melhor atendimento na Unidade Básica de Saúde local são limitadas pela falta de energia elétrica 24h, sem a qual, por exemplo, não é possível oferecer nebulização, ele citou. Quanto ao tamanho, seria de estrutura adequada para a quantidade de pessoas na comunidade, o servidor não comentou a queixa sobre a falta de medicamentos.

Quanto à quarta questão, a Ideia Central correspondente à ‘saúde’ identificou os pontos de vista pessoais de duas entrevistadas, que não se sentem bem em relação à sua saúde:

Precisa! Pra mim é a saúde, ter saúde, né, para trabalhar para conseguir as coisas. Preciso de médico pra ficar boa mermo. (DSC da IC C, questão 4 – seção 2. Participantes: E9, E11).

Os discursos das Ideias Centrais ‘distribuição de energia 24 horas para toda a comunidade (B)’ e ‘energia e telecomunicações (B)’ resultaram bastante semelhantes, como se vê abaixo, priorizando como ponto de melhoria, a necessidade de acesso à energia elétrica 24h. Sete participantes contribuíram para a composição destas duas Ideias Centrais, referentes às perguntas 3 e 4, respectivamente.

*Uma das primeiras coisas seria a energia elétrica, né, que precisaria ter pra todos. A energia já tem um pouquinho porque tem o motor que foi dado pela prefeitura, não sei por quem, pelo governo, não sei por quem... Mas aqui só é à noite que a gente tem energia, é o motor dali da, da comunidade, mas atende só algumas famílias, não é todas as casas que tá. **Se tivesse uma energia 24 horas era muito melhor, aí dava da gente colocar alguma coisa pá... com a energia 24 horas a gente garantia colocar alguma coisa pra tirar o sustento pra melhorar de vida.** (DSC da IC B, pergunta 3 – seção 2. Participantes E1, E3, E6, E7, E13. Grifo nosso).*

Energia, né? Energia ainda não tem 24 horas, além disso, os meio de comunicação, celular, agente não consegue se comunicar, só se ir lá no campo, internet também. (DSC da IC B, em resposta à pergunta 4 - seção 2. Participantes E1, E9, E11).

Nessa questão, uma das participantes chamou atenção ao fato do sistema de micro abastecimento de água ter recebido melhoria, também via projeto liderado pela AMPROSURT, que captou recursos externos para alimentação do microssistema com energia solar, beneficiando a todos os comunitários: “*Não, a água graças a Deus tá bom, agora melhorou mais ainda*” (E13, em resposta à pergunta 3, sobre o microssistema de abastecimento de água).

Esse é um ponto relevante, por que o acesso à água potável na Amazônia ainda representa um grande paradoxo social: instalados sobre a maior bacia hidrográfica do globo, boa parte das populações rurais (indígenas e não indígenas) enfrentam escassez no acesso à água tratada para atendimento de necessidades diárias.

Essa afirmação é comprovada, empiricamente, por meio de estudos de caso e também pela observação de dados estatísticos, como exemplo, o fato de que, de acordo com dados do IBGE 2002 a 2009, a Amazônia Legal convive com situação de déficit quanto ao percentual nacional de domicílios permanentes ligados à rede de abastecimento de água e da rede de esgotos sanitários (SILVA, 2006; GIATTI; CUTOLO, 2012).

Dentro da RESEX, não há nas comunidades sistemas de tratamento de esgoto e do lixo, fossas sépticas apenas nas casas financiadas por Programas de

habitação. Sistemas de captação, tratamento e distribuição de água são mais frequentes nas comunidades maiores, desenvolvidos por meio de diferentes financiamentos e parcerias; comunidades menores, como Surucuá, tendem a não possuir nenhum sistema de tratamento e distribuição de água (CEAPS, 2015).

Em relação à energia, contudo, a situação de Surucuá reflete a mesma realidade das demais comunidades na RESEX, 93% das comunidades dependem predominantemente de grupo gerador que não permite acesso durante todo o dia, a todos os moradores, devido aos altos custos de funcionamento e manutenção (CEAPS, 2015).

Acesso à energia é um indicador de Qualidade de Vida, no instrumento de Henderson (2002), portanto, o acesso restrito se enquadraria como aspecto negativo da Qualidade de Vida, impactando socialmente em vários aspectos, por exemplo: na educação, devido à falta de acesso a instrumentais pedagógicos eletrônicos; na saúde, pela impossibilidade de armazenamento de alguns tipos de medicamentos ou de provisão de atendimentos, como nebulização; ou na incapacidade de armazenar produtos alimentícios (ICMBIO, 2014).

Além de causar prejuízo econômico impedindo a criação de atividades produtivas, ou para o incremento da renda, como lembrado pelas participantes no DSC (ICMBIO, 2014). A ausência de energia elétrica acessível, bem como de estrutura para telecomunicações limitam o acesso dos moradores a serviços bancários, consultas virtuais sobre benefícios sociais em sistemas do governo e prejudica o provimento de melhorias no atendimento à saúde, na comunidade.

Houve recorrência quanto aos resultados encontrados em campo sobre infraestrutura e a descrição de diagnóstico do Plano de Manejo, quanto ao tema, que prevê três áreas prioritárias, com necessidade de investimento: (i) a construção de mais estruturas de saúde, com melhor distribuição entre elas, dentro da RESEX, ação em que se depende diretamente da gestão pública; (ii) a efetivação de um sistema de comunicação que permita acesso à rede de telefonia celular e internet, item que também depende da relação entre o Estado e as empresas; (iii) a introdução plena de um sistema energético menos dispendioso às famílias e mais eficiente (ICMBIO, 2014).

O aspecto ‘moradia’ foi lembrado por duas participantes, uma delas em cada pergunta, reiterando o ponto de que ‘moradia’ é um aspecto relevante para a Qualidade de Vida desse público-alvo, pois foi tema identificado como resposta em quatro das cinco questões levantadas. No entanto, não mencionado com tanta frequência,

provavelmente, por que a maioria das entrevistadas sentiu-se contemplada no atendimento desta necessidade, com as casas recém-construídas do PNHR.

Diferentemente da entrevistada E2, que não participou desse projeto, e em resposta à terceira pergunta indicou a Ideia Central: “*falta pra gente conseguir essa casa, porque, né?!*” (E2); bem como, diferentemente da entrevistada E3, cuja construção da casa de alvenaria foi acessada por meio de um dos primeiros projetos de moradia, viabilizado via INCRA, há vários anos, e que atualmente apresenta problemas estruturais: “*Melhorar a casa.... Essa minha casa do projeto que nós ganhemo tá rachando tudo...tem uma estrutura diferente. É dos primeiros projetos do INCRA*” (E3).

‘Muita coisa (C / E)’ é uma Ideia Central genérica, que surgiu como resposta para as terceira e quarta perguntas, sem, no entanto, especificar domínios da Qualidade de Vida:

Precisa muita coisa, né, falta melhorar muita coisa, falta muita coisa aqui. (DSC da IC ‘muita coisa (C), em resposta à pergunta 3- seção 2. Participantes E2, E6, E7).

Precisa e muito, tá precisando de muita coisa. (DSC da IC ‘muita coisa (E), em resposta à pergunta 4 – seção 2. Participante E6, E12).

‘Não soube responder’ (F / D) também foi um resultado comum encontrado para as terceira e quarta questões, respectivamente:

Não, eu nem sei o que falar. Tá tudo bom. (DSC da IC ‘não soube responder (F)’, em resposta à questão 3, seção 2. Participante E8).

Na minha vida? Ai, meu Deus! Aiii Jesus! Não sei responder. Não tá muito carente não. (DSC da IC ‘não soube responder (D)’, em resposta à questão 4 – seção 2. Participantes: E4, E7, E10).

Adicionalmente, foi observada a presença de duas Ideias Centrais propostas pela participante E9, configurando os seguintes DSCs:

Falta uma quadra, alguma coisa pra gente praticar esporte. Um espaço, né, que a gente pudesse ir lá. (DSC da IC ‘quadra para esporte (H)’, resposta à pergunta 3- seção 2. Participante E9).

É que tá faltando é mais tempo para gente cuidar também do canteiro que eu não cuidei mais (DSC da IC ‘Tempo para cuidar do canteiro (G)’, resposta à pergunta 4 – seção 2. Participante E9).

Ainda como ponto de melhoria para a comunidade, três participantes identificaram a necessidade de mais ‘união e liderança comunitária (D)’:

Na comunidade falta mais união, né? O povo tem que se unir mais... É assim desunido, mais quando é por exemplo, o tempo de política, né, um puxa pra um lado e um puxa pro outro, ninguém não pede nada aqui pra comunidade, pede é pra si próprio. Então, precisa mais organização dos... das lideranças, pessoas que trabalham na frente. Por exemplo, na nossa comunidade é muito difícil da gente saber que tem a coordenadora, tá difícil ela fazer uma reunião. (DSC da IC D, em resposta à pergunta 3 – seção 2. Participantes: E2,E10,E11).

Por fim, o conjunto de Ideias Centrais compostos pelos aspectos: Saúde, Trabalho e Renda, e Moradia foi recorrente em quatro do total de cinco perguntas desta segunda seção.

4.4. “Era meu sonho, sabe? Ter uma casa de farinha bacana assim que eu pudesse trabalhar”: perspectivas sobre o Fomento Mulher e Empoderamento

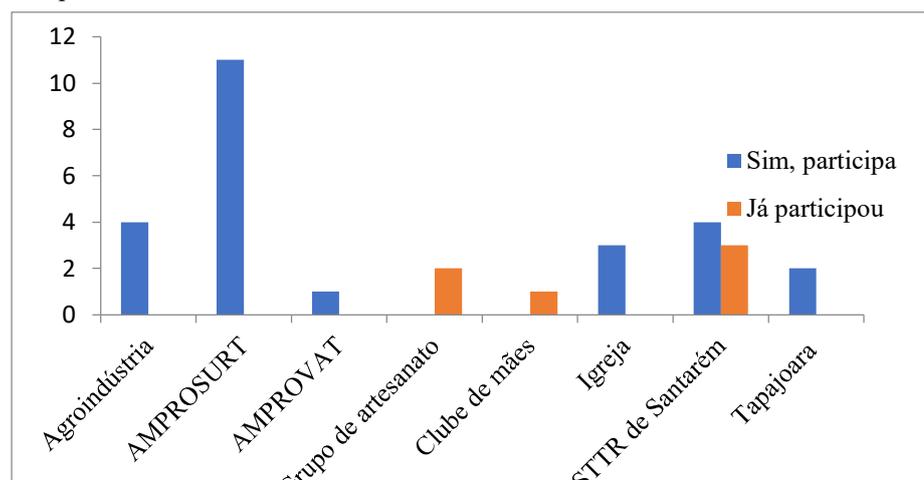
Este subtópico apresenta a análise de dados resultantes das terceira e quarta seções do roteiro de entrevista (Apêndice C), compostas por perguntas fechadas e abertas, sendo as últimas analisadas com DSC.

A terceira seção do instrumento (Vida em Comunidade) visou captar elementos que subsidiassem uma análise acerca de Empoderamento; já a quarta seção compunha questões relativas à avaliação do Fomento Mulher para atendimento do objetivo específico: descrever e analisar as percepções de beneficiárias do Fomento Mulher, em comunidade da RESEX Tapajós-Arapiuns, acerca do processo de implementação e execução do crédito agrário, analisando possível contribuição à sua Qualidade de Vida para o Empoderamento da mulher.

4.4.1 Participação na comunidade

Todas as mulheres participam ou já participaram de ações de mutirão, que, entre outros aspectos, são importantes na vida em comunidade (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2017) (Gráfico 2).

Gráfico 2 -Participação das entrevistadas em grupos e associações locais, Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Além disso, a Inserção Ecológica permitiu observar um sentido de solidariedade característico da vida em comunidade, em Surucuá, identificado na iniciativa das mulheres em promover eventos para angariar recursos e colaborar com o tratamento de saúde de uma das entrevistadas, quando foi acometida por depressão em 2019, o que, segundo as participantes relataram, não foi uma ação pontual, mas uma prática comum da comunidade.

Oito entrevistadas mencionaram colaborar com a limpeza de espaços coletivos (ruas, escola, igreja), por meio do ‘Projeto Comunidade Limpa’, mas também citaram: cozinhar para trabalhadores que atuam em obras na comunidade; carregar materiais para a construção do microssistema de abastecimento de água; cuidar do microssistema; organizar festas religiosas na comunidade (Gráfico 2).

As participantes também demonstraram estar engajadas nos grupos locais. Todas, atualmente, estão associadas ou vinculadas a algum grupo em sua comunidade, a maioria delas à AMPROSURT, 11 participantes (Gráfico 2). Provavelmente esse dado se deve à adesão aos projetos das casas, possibilitadas via financiamento do PNHR, acessado e construídas por meio dessa associação.

Em contrapartida, apenas uma participante mencionou ser associada da AMPROVAT (Gráfico 2), o que pode ser explicado por um menor engajamento na articulação dessa associação, como se supõe pelo discurso da participante E11, na Ideia Central ‘união e liderança comunitária (D)’, sobre um dos aspectos que precisaria melhorar na comunidade: “na nossa comunidade é muito difícil da gente saber que tem a coordenadora, tá difícil ela fazer uma reunião”.

Também chamou atenção o fato de apenas quatro mulheres se declararem atualmente membros do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) (Gráfico2), considerando a atuação histórica de lideranças femininas em sindicatos rurais, que, por meio da participação crescente de mulheres, na década de 1980, contribuíram ativamente para o reconhecimento do direito das mulheres à terra na Reforma Agrária, via Constituição de 1988 (BRASIL, 1988, art. 189), bem como da conquista de benefícios de seguridade social às trabalhadoras rurais, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria (DEERE, 2004).

É válido mencionar que a partir da Medida Provisória nº 871 de 18 de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.846, 18 de junho (BRASIL, 2019), ocorreram mudanças para comprovação da atividade rural, com a finalidade de acessar esses benefícios sociais, extinguindo-se a necessidade de Declaração do STTRs como comprovante⁹.

Além disso, Amaral (2007) destacou existir uma resistência à atuação sindical feminina no estado do Pará, tanto por membros da família como por líderes masculinos, e que, em decorrência do distanciamento da mulher da vida pública, a participação de mulheres líderes é tida como “estranha” e às vezes “ameaçadora”. Essas explicações podem se configurar em hipóteses que explicam esta baixa participação das entrevistadas no STTR.

Às entrevistadas também foi perguntado se consideravam importante participar desses grupos, por meio da questão “3. *Você acredita que é importante participar destes grupos? Por quê?*”. Foram identificadas seis Ideias Centrais que respondiam à questão, organizadas na Tabela 6 e analisadas via DSC.

Tabela 6- Síntese de Ideias Centrais sobre a importância de participar de grupos na Comunidade Surucuá, na percepção das entrevistadas, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 3, pergunta 3: <i>Você acredita que é importante participar destes grupos? Por quê?</i>				
Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Sim, é importante	E1, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E13	11	84,61%
B	Sim, proporciona acesso a Políticas Públicas	E1, E7, E8, E10, E11, E12	6	46,15%
C	Sim, para saber o que acontece na comunidade	E2, E3, E5, E6, E9, E13	6	46,15%
D	Sim, grupos possibilitam novos	E2, E3, E4,	3	23,07%

⁹Fonte: <https://previdenciasimples.com/mudancas-na-comprovacao-da-atividade-rural-inss/>. Acesso em 29/01/2021.

	aprendizados			
E	Sim, grupos unem as pessoas	E2, E13,	2	15,38%
F	Sim, participa da igreja por que tem fé	E11	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com a Tabela 6, a Ideia Central mais frequente em resposta à terceira pergunta, emitida por onze participantes, é a concordância de que ‘participar é importante (IC A)’, como denota seu DSC:

Acho que sim né! Eu acredito que sim. Bom, eu acredito, é importante. Pra mim é sim. Acho que é por causa que as vezes tem uma reunião importante, eu acho, eu, para mim é. Eu acredito. De bom proveito pra gente né, por isso é importante, com certeza! É importante né! Acredito que é. (DSC da A, pergunta 3 – seção 3. Participantes: E1, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E13).

Duas Ideias Centrais foram elencadas por 46,15 % das participantes, em cada IC (Tabela 6), como principais motivos que explicam por que participar de grupos e associações é importante (pergunta 3): ‘sim, proporcionam acesso a Políticas Públicas (IC B)’ e ‘sim, para saber o que acontece na comunidade (IC C)’.

Na composição do DSC da Ideia Central B, o Fomento Mulher foi destacado como exemplo de benefício conquistado por meio da participação em reuniões e atividades na comunidade; bem como, citada a participação no sindicato como uma obrigação a fim de ter acesso à previdência social, indicando que a entrevistada desconhece as mudanças propostas na Lei nº 13.846, 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019), e ainda, a perspectiva de encontrar na Agroindústria, uma opção para obtenção de renda:

É através deles que eu consegui o Fomento Mulher, consegui minha casa, graças a Deus. Através da associação a gente conseguiu a casa, porque através dela vem benefício pra comunidade e quem é sócio dessa associação tem direito. Por que antes eu não participava negócio de associação, não participava de reunião, não dava valor, eu ia mesmo pra olhar, aí eu depois... eu participando das reuniões, eu entendi que através de reunião, de associação, que a gente consegue as coisas. Aqui para nós no interior que mora, é mais através disso que a gente consegue as coisas. Da associação vem projeto, a gente fica feliz com os projeto, quando veio o projeto das casas. No sindicato a gente se associa e a gente consegue ganhar benefício das grávidas quando tem neném. E da Associação também. O sindicato na verdade tem que pagar mesmo, né, porque é tipo uma obrigação porque se a gente não pagar, a gente não se aposenta. Na agroindústria é tipo porque a gente vai virar cooperativa, né, aí eu ainda não decidi se eu vou fazer mesmo parte da cooperativa, ter como ganhar um dinheiro de lá. (DSC da IC ‘sim, proporcionam acesso a Políticas

Públicas - IC B', pergunta 3 – seção 3. Participantes: E1, E7, E8, E10, E11, E12. Grifo nosso).

Na composição do DSC da Ideia Central C prevaleceu a ideia de que participando de grupos e associações, elas se mantêm informadas sobre o que acontece na comunidade e não ficam de fora:

Eu gosto de ir. É bom a gente participar para a gente saber das coisas que acontecem na nossa comunidade, pra saber o que tá acontecendo, tudo isso ajuda muita coisa, porque se a pessoa mora aqui na comunidade tem que participar, né?! Por que senão a gente fica neutro na comunidade, uma pessoa que não participa, fica de fora. Então, eu gosto. É, eu gosto, eu participo, quando vem uma reunião aí de fora e o pessoal me convida, eu vou, tem muitas coisas que vem e eu gosto de tá lá para mim saber, ser bem informada. Quando a gente vai, aí explica bem as informações que eles passam pra gente, e hoje a gente tá sabendo de tudo que vai acontecer na comunidade, o que tem, o que pode vim, ou quando é pra ajudar alguém. Por isso, a gente vai lá e a gente escuta o que vão falar para a gente, aí a gente aceita o que a proposta que eles fazem. (DSC da IC 'Sim, para saber o que acontece na comunidade - C', pergunta 3 – seção 3. Participantes: E2, E3, E5, E6, E9, E13. Grifo nosso).

A explicação de que 'sim, grupos possibilitam novos aprendizados (IC D) surgiu nos discursos de 23,07% das participantes. Nesse DSC, a participante E4 mencionou ter estudado pelo PRONATEC, o que representa que, apesar de não ser associada da Agroindústria, ela pôde acessar o curso oferecido, em 2016, como notado pelo contexto da entrevista.

Eu participo, que eu gosto, eu gosto de participar de reunião, eu gosto de participar desses cursos que vem, né, porque a gente aprende as coisas. Olha eu até estudei pelo PRONATEC. A gente fez, tirou certificado. Quando a gente estudou lá, a gente aprendeu muita coisa, a fazer muita coisa. É muito bom a gente estudar. (DSC da IC D, pergunta 3 – seção 3. Participantes: E2, E3, E4. Grifo nosso).

Ainda em resposta à terceira questão, 15,38% indicaram que participar é importante porque 'grupos unem as pessoas (E)' e uma participante, 7,69%, justifica sua participação no grupo da igreja sinalizando que é por que tem fé (F).

Pra gente estar junto. É bom a gente participar porque a gente tando unido jamais será vencido, né?! (DSC da IC E, pergunta 3- seção 3. Participantes: E2, E13. Grifo nosso).

Porque da igreja é da igreja, eu tenho fé nessas coisas da igreja. (DSC da IC F, pergunta 3- seção 3. Participante: E11).

Por meio das quarta e quinta pergunta também foi investigado se as mulheres se sentem à vontade para expressar suas opiniões na comunidade e no ambiente familiar, respectivamente, por meio das perguntas “4. *Você se sente à vontade para expressar suas opiniões na Comunidade? Pode me explicar?*” e “5. *E na sua família, você expressa suas opiniões? Pode me explicar?*”

As Ideias Centrais que correspondem à quarta pergunta estão na Tabela 7.

Tabela 7 -Síntese de Ideias Centrais sobre sentir-se à vontade para opinar na Comunidade, na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 3, pergunta 4: *Você se sente à vontade para expressar suas opiniões na Comunidade? Pode me explicar?*

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	Qtd.	%
A	Sim, opina e se sente à vontade para se expressar	E2, E4,E6,E10,E11, E12, E13	7	53,84%
B	Não, tem medo de falar algo errado	E3, E7,E8,E9,	4	30,76%
C	Não, evita opinar por receio de conflitos	E1, E4, E9	3	23,07%
D	Não gosta de falar em reuniões, prefere ouvir	E5, E7, E9	3	23,07%
E	Às vezes se expressa	E1, E3	2	15,38%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto a se expressar na comunidade (Tabela 7, pergunta 4), os resultados indicam opiniões divididas: metade das participantes, sete, afirmaram que sim (E2, E4, E6, E10, E11, E12, E13), que opinam e se sentem à vontade para expressar opiniões (IC A), mas também sete entrevistadas (E1, E3, E4, E5, E7, E8, E9) construíram suas falas indicando que não (consideradas as Ideias Centrais B, C e D).

Sim, sim! É, eu gosto sim. Sinto, quando tem reunião eu quero falar, eu falo lá, quando eles pedem opinião das pessoas né. É tranquilo, graças a Deus quando eu tô numa reunião. Eu me sinto à vontade porque eu posso perguntar tudo aquilo que eu quero entender né. Assim, é de agora que eu tenho vontade de me expressar, porque antes eu não falava era nada, ficava só escutando, agora não. Acho que foi a minha atitude que mudou, mudou mais né, que eu era muito fechadona assim. Por que eu me sentia... parece que eu tava com nervoso, eu queria falar uma coisa e não podia. Era tipo um receio que eu tinha, agora não, se eu tiver, encucada com aquilo que eu quero saber, eu pergunto para pessoa, aí tem que me responder. Eu gosto de falar as coisas que eu acho que ta certo, que ta errado. A gente tem oportunidade pra falar, se a gente tiver dúvida a gente pergunta né, por exemplo, um problema na comunidade, né, a gente se reúne pra debater sobre, assim como eu, todos os comunitários tenham essa oportunidade de se expressar, dá sua opinião. (DSC da IC A, pergunta 4 –seção 3. Participantes: E2, E4, E6, E10, E11, E12, E13. Grifo da autora).

As sete participantes que construíram discursos indicando que não se sentem à vontade para expressar suas opiniões na comunidade (pergunta 4), tiveram suas respostas organizadas entre três Ideias Centrais: ‘não, tem medo de falar algo errado (B)’; ‘não, evita opinar por receio de conflitos (C)’, e ‘não gosta de falar em reuniões (D)’. Nessa última, expressando um sentimento de ser vergonha, que, ainda que venha a representar um traço de personalidade desta(s) participante(s), responde à questão, de modo negativo.

Não, tem vezes quando a gente fala, o pessoal não gosta da opinião da gente, é só a palavra deles que valem, o que os outros fala não tem valor, eles ficam falando assim e eu não entendo muito bem e pra não falar uma besteira... medo assim, de falar, de repente fala uma coisa errada aí. Medo... De errar, né, quando eu vou falar. Por isso, quando eu vou na reunião eu vou mais por mim mesmo, mas, tá certo que a gente tem que falar, né?! Aí tenho medo de falar errado porque eu não me sinto à vontade não. (DSC da IC B, pergunta 4 – seção 3. Participantes: E3, E7, E8, E9).

Não. Eu quase não falo quando tem reunião, eu não bato de frente com ninguém, porque aqui quando a gente fala alguma coisa, eles vêm pra cima da gente, assim. Aí fica de mal, é chato assim. Eu fico com medo de gerar conflito, porque as pessoas são muito contra, tem gente que é muito contra o que a gente vai falar e acaba não agradando o outro, às vezes a gente fala uma coisa e tem gente que logo não concorda com o que a gente fala. (DSC da IC C, pergunta 4 – seção 3. Participantes: E1, E4, E9. Grifo da autora).

Na verdade, eu nem gosto mais de ir em reunião comunitária, quando tem reunião eu... faço só escutar quando tão falando, eu não falo nada. Eu não falo nada, o que aceitarem lá, por mim tá bom, porque eu não gosto muito de falar. É, sou vergonhosa. Mas, a gente tem até aquela coisa de falar, mas quando tem reunião na comunidade, eu não gosto de falar. É, aí prefiro ficar só na minha só, só calada mesmo, ouvindo. (DSC da IC D, pergunta 4 – seção 3. Participantes: E5, E7, E9. Grifo da autora).

Tomando como referência a abordagem para o Índice de Empoderamento das Mulheres, das revisões da Oxfam, a participação em grupos é amplamente considerada como um fator de Empoderamento, porque se torna fonte para formação e fortalecimento de Capital Social, entendido como conjunto de redes que facilitam a ação cooperativa (LOMBARDINI; BOWMAN; GARWOOD, 2017; COSTANZA *et al.*, 2007).

Desse modo, foram encontrados nos resultados de campo, por meio das Ideias Centrais que responderam às terceira e quarta questões, e por meio de observações levantadas pela Inserção Ecológica, algumas características que compõem a dimensão ‘Poder com’, no nível Relacional dessa estrutura (Quadro 8).

Constata-se que existe um engajamento das participantes na sua atuação na comunidade e portanto, uma experiência prévia em ações comunitárias voluntárias e participação em grupos formais, o que representa um ponto forte para pensar em estratégias coletivas que gerem participação econômica.

Ao mesmo tempo, em que, pelo fato de sete participantes (na composição das Ideias Centrais B, C e D) manifestarem um sentido de que não se sentem à vontade para opinar em comunidade, com destaque para uma delas que manifestou que nem gosta mais de ir a reuniões comunitárias (DSC da IC D), infere-se que há oportunidade para fortalecer o Capital Social e que estão ausentes outras características do nível Relacional, como ‘participação política’, e ‘influência de governança’, tendo em vista não só a quantidade, mas também a qualidade da participação como aspecto relevante (Quadro 8).

Quadro 8 - Características de Empoderamento das mulheres, no nível relacional proposto por Lombardini, Bowman e Garwood (2017), para o contexto de Surucúá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Características de Empoderamento da mulher, nível relacional, de acordo com a revisão de eficácia da Oxfam 2014/2016			Encontrado em Surucúá		
NÍVEL	DIMENSÃO	CARACTERÍSTICA	Sim	Não	Não coletado
RELACIONAL	PODER COM	Capital social	X		
		Participação em grupos da comunidade	X		
		Nível de suporte provido pela comunidade para seguir iniciativas próprias			X
		Participação política (formal)		X	
		Atitudes e crenças de pessoas próximas à mulher (apoio dos homens aos direitos das mulheres)			X
		Atitudes e crenças de pessoas próximas à mulher (apoio dos líderes comunitários para encorajar o acesso das mulheres a Políticas Públicas)			X
		Grau de influência na governança de grupos comunitários		X	
		Participação em eventos públicos	X		
		Contribuição para as necessidades sociais da comunidade	X		

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir da pesquisa de campo.

Interessante notar que a participante E4 propôs expressões-chaves para os dois tipos de ideias principais que responderam à quarta questão, ou seja, afirmou que antes havia nela um receio de falar nas reuniões porque as pessoas “ficavam de mal”, mas alguma coisa a fez mudar sua maneira de pensar e mudar sua atitude (ver DSCs das ICs C e A).

Esse resultado foi ao encontro da definição de Friedmann (1996) para Empoderamento, como todo acréscimo de poder, induzido ou conquistado, que permite maior eficácia do exercício de cidadania. É organizado em Empoderamento social, político e psicológico; esse último representando um despertar da consciência em relação ao desenvolvimento pessoal, envolvendo autoestima e autoconfiança.

Na metodologia do DSC é comum surgir alguma ambiguidade ou dicotomia de ideias, dentro do mesmo discurso, uma vez que o reconsiderar seu ponto de vista é típico do ser humano. Desse modo, apresenta-se esta característica do discurso da entrevistada E4 como um resultado induzido para / pelo Empoderamento, a partir da participação dela em grupos, cursos e reuniões, inferindo que esse conjunto de interações fomentou um despertar de sua autoconfiança, corroborando a evidência encontrada por Sousa, Almeida e Leitão (2017) de que o acesso ao crédito agrário, pela mulher, contribui para expansão da participação na própria atividade produtiva, mas também, em reuniões públicas na associação e na comunidade.

Contudo, esse ganho não pode ser percebido como geral, dado o teor dos DSCs que indicam respostas negativas à quarta pergunta, cujas Ideias Centrais foram discutidas acima, traduzindo a necessidade de atuação das Políticas Públicas na abordagem de gênero, como indutora de Empoderamento, a fim de construir capacidades entre essas mulheres, de acordo com princípios de Sen (2010).

A última Ideia Central registrada em resposta à quarta pergunta é ‘às vezes (E)’, trazida por duas participantes: “*Assim, às vezes, né. Às vezes sim e às vezes não*”. (DSC da IC E, pergunta 4. Participantes: E1, E3).

Quanto às avaliações de respostas da quinta pergunta, que considera o ambiente familiar (Tabela 8), houve quatro Ideias Centrais e os resultados são majoritariamente afirmativos, ou seja, uma prevalência de que as entrevistadas se sentem à vontade para expressar suas opiniões em família, diferentemente dos dados obtidos para a quarta pergunta, quanto ao ambiente da comunidade.

Tabela 8 - Síntese de Ideias Centrais sobre sentir-se à vontade para opinar, junto à família, na percepção das entrevistadas de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 3, pergunta 5: E na sua família, você se sente à vontade para expressar suas opiniões? Pode me explicar?

Classificação	Ideias Centrais (ICs)	Participantes	*Qtd.	%
A	Sim, sente segurança para expressar suas opiniões no ambiente familiar	E1, E2, E3, E4, E5, E7, E9, E10, E11, E12, E13	11	84,61%
B	Atua para intervir em possíveis conflitos familiares	E5, E6,	2	15,38%
C	Conversa às vezes	E3, E6,	2	15,38%
D	Não, tem medo de falar algo errado	E8	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central. Obs.: pode haver emissão de mais de uma Ideia Central, por participante.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme a Tabela 8 (pergunta 5), 84,61% das participantes ‘sentem segurança para expressar suas opiniões no núcleo familiar (IC A)’, inclusive, ‘atuando para intervir em possíveis conflitos (IC B, 2 participantes)’.

Sim, com certeza. Expresso normal. Com certeza, Sim! Expresso, eu aqui o que eu falar eles acatam porque eu sei o que é bom, o que é melhor, né. Tudo que eu falar para ele, ele vai dizer assim ‘é bom!’, não é marido de tá enjoando não. Ah, na nossa família nós somos aberto, a gente fala quando tá errado, quando tá certo e chama atenção, fala, aconselha. Eu falo, quando é na minha família eu sei me expressar. Assim... quando a gente vê que a pessoa tá errada a gente vai lá com a família dizer o que é certo e o que é errado. Converso com meus filhos, irmãos, com nós todo aí. Tipo, em questão de família, né, a gente sempre tem aqueles probleminha, mas aí, a gente senta e ver o que tá acontecendo, o que precisa melhorar, o que tá faltando, portanto, na minha família eu converso com meus genros, com meus... meus meninos, né?! As minhas opiniões que eu tenho para fazer, aí eles dizem se tão de acordo, as vezes eles já até não querem concordar muito bem, mas eu falo com minha família, mãe, pai, irmã, a gente conversa sim, sobre a comunidade, sobre a igreja, essas coisas. Na minha família, eu expresso. A gente conversa, nós conversa tudo. Eu lá na minha, até aqui na da mamãe... (DSC da IC A, pergunta 5 – seção 3. Participantes: E1, E2, E3, E4, E5, E7, E9, E10, E12, E13. Grifo nosso).

Eu não brigo com ninguém. É por que tem gente que não conversa né, aí já vai logo pra, pra briga, né? É chegar e conversar como foi, o que aconteceu, quando eu vejo que não tá muito o clima, eu procuro logo saber. (DSC para a IC B, pergunta 5 – seção 3. Participantes: E5, E6).

Os dados dessas Ideias Centrais (A e B, em resposta à questão 5), denotam que maioria das entrevistadas levam consigo a característica ‘envolvimento na tomada de decisão da família’, contida na dimensão “Poder sobre”, donível relacional do quadro para o Índice de Empoderamento das Mulheres, das revisões da Oxfam (Quadro 3)(LOMBARDINI; BOWMAN; GARWOOD, 2017; COSTANZA *et al.*, 2007).

Os dados obtidos em campo foram insuficientes para analisar os aspectos dessa expressividade no âmbito da família, ou seja, se as mulheres também participam das decisões que envolvem renda, despesas e/ou decisões sobre a gestão doméstica. No entanto, foi positivo observar que as entrevistadas sentem segurança e confiança para se expressar no ambiente familiar.

Exceção para uma participante que declarou não se sentir à vontade (D) para expressar suas opiniões junto à família (pergunta 5), também por medo de falar algo errado, mesmo motivo que declarou em resposta à questão anterior, em relação à comunidade: “*Não, é... mesmo motivo, de errar né, quando eu vou falar*”. (DSC da IC D, questão 5. Participante E8).

E duas participantes manifestaram que ‘às vezes opinam’(IC C): “*Tem vezes que sim, às vezes eu falo com o papai e com a mamãe alguma coisa...*” (DSC da IC C, questão 5. Participantes: E3, E6).

4.4.2 Fomento Mulher

Em Surucuí, os dados encontrados em campo quanto aos projetos executados coincidiram com o levantamento do INCRA. Foram entrevistadas treze beneficiárias, do total de dezesseis, das quais, sete desenvolveram o projeto de ‘construção de casa de farinha’; quatro escolheram trabalhar com ‘criação de galinha/avicultura’ e duas mulheres, com ‘horta’. Algumas entrevistadas descreveram que seu projeto se referia a “roçado”, porém, pelo contexto dos discursos ao longo das entrevistas foi evidente que se referiam à Casa de Farinha.

Quando questionadas por meio da questão fechada “*2.1 Quem escolheu este projeto?*”, 76,92% indicaram que elas haviam escolhido qual projeto executar, e 23,08% disseram que escolheram o projeto junto com o esposo. No entanto, a fim de esmiuçar a questão para descobrir qual teria sido sua participação, de fato, a pergunta 2.1 foi antecedida da questão “*2. Como foi sua participação para decidir qual projeto você iria implementar no Fomento Mulher?*”.

Para extrair a mesma informação da segunda pergunta, aberta, as respostas foram transcritas na íntegra para cada pergunta e verificadas no IAD1; dessa vez, ocorreu que: oito mulheres (61,53%) declararam que elas haviam escolhido o projeto, por vontade própria ou a partir da apresentação de projetos, pela prestadora de ATER e cinco delas (38,46%) relataram ter escolhido o projeto em diálogo com o marido.

Embora haja uma diferença no percentual das respondentes, os dados acima são coerentes em indicar que a maioria delas escolheu seus projetos e que, uma minoria escolheu conjuntamente com o marido. As análises de DSC para essa questão resultaram em seis Ideias Centrais (Tabela 9).

Tabela 9 -Síntese de Ideias Centrais sobre a participação de beneficiárias do crédito agrário Fomento Mulher, quanto à escolha do projeto, na percepção das entrevistadas, Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, Pergunta 2: Como foi sua participação para decidir qual projeto você iria implementar no Fomento Mulher?

Classificação	Ideia Central/Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	A escolha foi norteada pelas reuniões e oficinas ministradas pelo PSA	E1, E2, E5, E6, E9, E10, E11, E13	8	61,53%
B	O casal escolheu Casa de Farinha	E3, E5, E6, E9, E12	5	38,46%
C	Escolha da mulher	E7, E10, E12	3	23,07%
D	A mulher escolheu Casa de Farinha	E2, E4	2	15,38%
E	A mulher escolheu o projeto de criação de galinhas	E7, E13	2	15,38%
F	A mulher escolheu o projeto da Horta	E8	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os resultados descritos na Tabela 9 indicam que houve uma participação ativa das mulheres entrevistadas nas escolhas dos projetos produtivos a serem implementados via Fomento Mulher, com destaque para três Ideias Centrais, respondendo à segunda pergunta: ‘a escolha foi norteada pelas reuniões e oficinas ministradas pelo PSA (A)’; ‘o casal escolheu Casa de Farinha (B)’ e ‘escolha da mulher (C)’. DSCs abaixo:

Como foi a minha participação? Eles vieram e fizeram várias reuniões, apresentou o projeto, a gente se inscreveu e escolheu o projeto e fez esse projeto aí. É ele veio aqui. Mostrou para gente o projeto como era. Eu fui na reunião aí, ixi foi mais de uma reunião, foi umas três reunião. Eles vieram, fizeram várias oficinas que tinha vários pra o mesmo projeto mas que a gente poderia escolher né, tipo da galinha caipira, de produção de farinha, etc. Era porque a reunião era só pras mulheres, foi só pras mulheres. E aí eu fui na reunião. Só que eles deram essa ideia né. Porque eles deram a ideia lá quando fizeram a reunião de quê que podia ser né, casa de farinha, galinha, horta, não sei o que, isso através de vários cursos que eles fizeram, eles vieram ensinar pra gente. Vários cursos. Sobre hortaliças, sobre criação de galinha, roçado. Eles deram curso, e foi isso, eu fui numa reunião que teve ali no na escola e tinha as decisões né, que tinha para casa de farinha, tinha para criação de galinhas, horta... Ai convidaram só as mulheres. (DSC da IC A, pergunta 2 – seção 4. Participantes: E1, E2, E5, E6, E9, E10, E11, E13).

O meu, foi eu com meu esposo, foi eu e ele. É, por causa que eles chamaram o parceiro e a gente, para a gente ir lá, elas vinham nas casas pra falar como era e aí, falava o que que a gente ia querer comprar, entendeu? Foi nós mesmo, nós dois. A gente conversou com eles, os maridos, pra ver se ele ia ajudar a gente. Ele tinha que ajudar porque ficar só a gente né... Ver o

que precisava, né?! Aí que a gente veio e conversou, aí ele falou que a gente podia fazer. É por causa que a gente tinha que devolver né aquele dinheiro, pagar né, mas não podia devolver do mesmo dinheiro, nós tinha que pagar uns 600 reais. A gente conversou, viu e disse, 'não, bora fazer uma casa de farinha', tava precisando ajeitar o forno, mandar a ajeitar tudo, cobrir, a casa mesmo. Aí a gente fez pra casa de farinha, porque tinha, né, para galinha, e outras coisas, mas só dava pra farinha pra nós, porque pra galinha não dava. Aí, nós escolhemo isso daí, esse projeto, pra roça, pro roçado e pra coisa do forno. A gente escolheu casa de farinha porque a gente tava precisando. Foi decidido assim, eu sentei com ele e nós concordemo. (DSC da IC B, pergunta 2 – seção 4. Participantes: E3, E5, E6, E9, E12).

Fui eu! Fui eu! Porque eu fiz o que eu queria. (DSC da IC C, pergunta 2 – seção 4. Participantes: E7, E10, E12).

Ainda sobre os dados da Tabela 9, nos discursos-síntese em que as participantes apresentaram justificativas sobre quais projetos escolher, apenas para o projeto da Casa de Farinha, houve expressões-chave fazendo referência a um processo de decisão conjunto entre os cônjuges (IC B), o que de modo prático se explica no fato da atividade ser culturalmente familiar, demandando predominantemente mão de obra de todos os membros. A exceção ocorreu por meio dos discursos das participantes E2 e E4, que denotaram ter decidido pelo projeto de Casa de Farinha, sem auxílio ou anuência dos cônjuges (IC D), de acordo com o DSC abaixo.

Eu decidi pela casa de farinha. Porque sempre quando eu tava fazendo farinha e lá vem a chuva, daqui, vamos supor, de baixo, as vezes eu tava no forno, chovia tudo, que aquilo pode dá até um AVC na gente, tá com corpo quente ali, ô meu Deus! Quando vinha daqui, me molhava e eu dizia 'ô meu Deus o que eu faço', eu não tenho dinheiro para arrumar, para mim ajeitar essa casa de farinha'. Quando apareceu o fomento eu disse 'tô dentro!' Ajudou muito. (DSC da IC D, pergunta 2 – seção 4. Participantes: E2, E4).

Quanto aos outros projetos de criação de galinha (IC E) e horta (IC F), com base nas indicações dos discursos-síntese, mas também analisando o contexto das entrevistas (para as outras mulheres que escolheram esses tipos de projeto), a partir da Inserção Ecológica, notou-se que as mulheres parecem ter tido a perspectiva de que desenvolveriam uma atividade econômica predominantemente delas, e, portanto, elas mesmas escolheram os projetos (Tabela 9, respostas à pergunta 2).

Para mim eu achei que era mais fácil, pra mim no meu pensamento, imaginei que poderia ser mais fácil, criação de galinha, né? Eu pedi pra galinha, porque eu sempre tive vontade de fazer a criação de galinha, mas eu não tinha tipo o financeiro, né, pra dá o pontapé inicial, e foi que eu escolhi da galinha caipira que eu já tinha vontade e foi uma grande ajuda, que eu pude iniciar, comecei criar galinha. (DSC da IC E, pergunta 2 – seção 4: E7, E13).

Olha, eu decidi pela horta, né? (DSC da IC F, pergunta 2 – seção 4: E8).

Esses dados indicam uma possível ruptura, porque destacam que houve protagonismo da mulher na tomada de decisão sobre qual projeto desenvolver. Quando os discursos apresentaram o cônjuge na tomada de decisão, seu papel foi apresentado de modo horizontal por elas, mais no sentido de parceira, havendo manifestação de desejo, que no sentido de hierarquia das relações de gênero.

Esse é um resultado diferente do que foi obtido por Sousa, Almeida e Leitão (2017) quando observaram o acesso ao crédito PRONAF B, por agricultoras familiares no sertão de Pernambuco: nesse estudo, o percentual de mulheres que definiram sozinhas sua atividade produtiva foi de 20%, indicando uma reprodução desigual de poder no processo de gerenciamento desses recursos. Ainda assim, os autores avaliam que essas mulheres conquistaram espaços culturais, políticos e de tomada de decisão.

Importante ponderar que no estudo desses autores, foi observada uma cautela, uma hesitação nas respostas entre as agricultoras, com olhares e expressões direcionadas aos respectivos cônjuges. Diferentemente, quando os cônjuges das entrevistadas de Surucuí estiveram presentes, faziam alguma atividade circundando o local, sem intervir por elas, e no comportamento delas não foi observada mudança.

A literatura relaciona o suporte da ATER na etapa inicial de auxiliar com a documentação necessária para se candidatar a um programa de crédito rural, como um benefício essencial para fomentar o acesso pelos agricultores familiares (Cruz *et al.*, 2020). A ATER tem papel ainda de auxiliar em orientações e recomendações se o projeto pretendido pode ser viável para a realidade do agricultor.

Todas as participantes receberam o recurso em 02 de janeiro de 2018. Os cadastros de projetos para o Fomento Mulher, na comunidade Surucuí, foram realizados entre o final de 2015 e início de 2016, pela prestadora de assistência técnica Projeto Saúde e Alegria (PSA/CEAPS). E apenas uma participante recordou vagamente o ano em que teria sido cadastrado seu projeto, e também apenas uma mencionou lembrar que recebeu o valor em Janeiro de 2018.

Esses resultados exemplificam possíveis prejuízos causados pela descontinuidade do acompanhamento pelas prestadoras de Assistência Técnica. Considerando que a primeira suspensão de atividades ocorreu em 12 de agosto de 2016 e que as atividades de campo só foram retomadas quase nove meses depois, em 03 de

maio de 2017, provavelmente houve lapso de tempo entre as etapas de cadastro, de oficinas de capacitação e de recebimento do recurso, em janeiro de 2018.

E, por fim, nova descontinuidade, quando, após recebido o recurso, houve encerramento dos contratos e interrupção abrupta das atividades de campo, a partir de 28 de fevereiro de 2018, impedindo as prestadoras de Assistência Técnica de ter acompanhado a execução dos projetos. Esse dado foi confirmado por 100% das entrevistadas, que responderam que o PSA não acompanhou nenhuma etapa de execução, o que impactou diretamente no sucesso de implementação de alguns projetos, como identificado em campo e ao longo das entrevistas, o que será analisado adiante.

Acatado o fato de que as rescisões de contratos de ATER, oriundos da Chamada Pública Extrativista, ocorreram por corte orçamentário do Governo Federal, a literatura aponta que no Brasil há divergências em relação ao acesso, tanto de crédito rural, quanto de ATER pública.

Cruz *et al.* (2020), ao investigarem a distribuição de acesso ao PRONAF, por regiões e índices demográficos do Brasil, apontam que a parcela mais capitalizada dentro do grupo de agricultores familiares é quem mais se beneficia dessa Política. E que, apesar das regiões Norte e Nordeste concentrarem o maior contingente de agricultores familiares, representam os menores percentuais de acesso a algum programa de crédito.

Um dos Coordenadores da ATER, que atuou na Resex no período estudado, relatou, entre suas expectativas, que os projetos do Fomento Mulher seriam os primeiros em que teria sido possível realizar um acompanhamento de todo o ciclo dos projetos beneficiados por crédito rural (informação verbal)¹⁰.

Sua percepção coincide com as conclusões da literatura, confrontadas com a busca de informações sobre prestações de serviços de ATER pública na região, de que é escasso o acesso e acompanhamento de assistência técnica por pequenos agricultores nas Unidades de Conservação locais.

Poucos dias antes da notificação formal sobre a interrupção dos contratos em andamento, resultantes da Chamada Pública Extrativista, o INCRA lançou a Norma de Execução nº119, de 02 de março de 2018, que regula procedimentos para descentralização de assessoria de ATER, pelas famílias, no acesso ao Crédito Instalação, em parceria com outros atores, de modo que não dependam necessariamente

¹⁰ Informação fornecida por Coordenador de ATER, dentre as prestadoras de Assistência técnica que atuaram na RESEX Tapajós-Arapiuns, por meio da Chamada Pública nº 01/2013/MDA-INCRA.

de ATER contratada pelo INCRA (INCRA, 2018). Teoricamente, uma maneira de prover celeridade e mitigar efeitos de restrições orçamentárias Estatais, habilitando recursos humanos sem transferência de recursos financeiros. Na prática, não foi possível observar efetividade, no âmbito local.

Tendo esses dados em perspectiva, por meio das sétima e oitava perguntas, o instrumento também buscou compreender como se deu o processo para que cada mulher decidisse como gastar o recurso recebido do Fomento Mulher a fim de captar se as beneficiárias tiveram participação ativa, se foram protagonistas ao longo do processo.

Em resposta à pergunta fechada “(8) *Quem decidiu como gastar o recurso do Fomento Mulher?*”, sete mulheres disseram que elas próprias haviam escolhido, e seis, indicaram que haviam decidido junto com seu cônjuge como gastar o recurso. Os resultados da pergunta oito são coerentes às respostas encontradas para a questão aberta “7. *Depois que você recebeu o recurso, como foi para decidir como gastar o dinheiro do Fomento Mulher?*”, analisadas via DSC para ampliar o entendimento do processo, cuja síntese das oito Ideias Centrais encontradas foi organizada na Tabela 10.

Tabela 10- Síntese de Ideias Centrais sobre o processo de decisão para uso do recurso do Fomento Mulher, de acordo com beneficiárias da Comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 7: *Depois que você recebeu o recurso, como foi para decidir como gastar o dinheiro do Fomento Mulher?*

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	A mulher escolheu como aplicar o recurso	E2, E7, E8, E10, E11, E12	6	46,15%
B	Decidiu junto o esposo	E1, E3, E5, E6, E9, E13	6	46,15%
C	O recurso foi utilizado parcial ou totalmente em outros gastos	E1, E7, E8, E11	4	30,76%
D	Decisão referente ao projeto da Casa de farinha	E2, E3, E4	3	23,07%
E	Comprou o material listado na planilha de projeto do PSA	E9, E12, E13	3	23,07%
F	O valor era insuficiente para comprar tudo	E5, E6	2	15,38%
G	Comprou os materiais para o galinheiro	E10	1	7,69%
H	Comprou os materiais necessários para a horta	E11	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Sobre a sétima pergunta, seis participantes ratificaram que elas haviam escolhido como aplicar o recurso (ICA); outras seis destacaram que essa escolha foi realizada conjuntamente com o marido (IC B). DSCs dessas Ideias Centrais, abaixo:

Eu mesmo, eu mesmo! Foi eu, foi eu. Eu mesmo assim, afinal, a minha decisão era comprar o que eu queria. Era meu mesmo, era minha decisão mesmo, era o meu projeto. Assim, foi eu mesma porque eu queria, queria trabalhar no que era meu, então foi eu mesmo. (DSC da IC 'A mulher escolheu como aplicar o recurso (A)', pergunta 7 – seção 4. Participantes: E2, E7, E8, E10, E11, E12);

Eu acho que nós dois. Foi nós, eu e ele. Lá em casa foi nós dois que decidimos, a gente conversou sobre o que a gente ia, o que que tava precisando, eu e meu esposo. E fizemos juntos as compras. A gente decidiu juntos, com o parceiro juntos né. Foi nós dois, conversou pra comprar o material. A gente comprou, a gente conversou e decidiu. Dava no preço que eles deram no papel, que eles deram o papel, né de quanto custa. A gente decidiu assim (DSC da IC 'Decidiu junto o esposo (B)', pergunta 7 – seção 4. Participantes: E1, E3, E5, E6, E9, E13).

Na sequência, 30,76% das participantes destacaram ter usado o recurso do Fomento Mulher para outras finalidades (IC C), três na sua integralidade, e a quarta participante, que usou parcialmente o recurso para tratamento de saúde. Para essas beneficiárias, a consequência do descumprimento das regras de utilização implicaria na obrigação de ressarcir o valor percebido, no prazo de 60 dias (BRASIL, 2018, art. 15º).

Contudo, o fato da maioria das mulheres ter aplicado o recurso nos projetos demonstra que, a despeito das dificuldades enfrentadas por elas, havia engajamento com a iniciativa, uma vez que das 13 entrevistadas, nove investiram o valor total no Fomento Mulher, uma participante investiu 2/3, e a minoria, três participantes não executaram o valor no projeto.

A não utilização do recurso por três participantes é explicada pela precariedade de situação de renda em que as famílias se encontram e pela ausência de acompanhamento da Assistência Técnica (de acordo com uma justificativa do discurso – síntese); uma das participantes antecipou que executar o projeto de criação de galinha não daria certo, o que a teria motivado a utilizar o recurso em outras necessidades.

*Ninguém nem chegou a executar o projeto. A gente quando pega um dinheiro assim, a gente não tem muito recurso assim, um benefício, a gente tem muita dívida acumulada e acaba que a maior parte desse dinheiro foi para isso, pagar dívida de outras coisas, material de escola das crianças. Na verdade, a gente até chegou a comprar a tela, para fazer a cerca das galinhas, mas foi só isso, o resto acabou tudo. **Aí eu decidi que eu ia comprar outras coisas pra mim, que eu não ia criar galinha, né, que não ia dar certo, aí eu gastei tudo comprando. Eu usei mais ou menos uns mil reais pra... e também, eles não vieram né, mais fazer... que eles vinham acompanhar a gente no... Os técnicos, né, eles vinham, eles não vieram.** (DSC da IC 'O recurso foi utilizado parcial ou totalmente em outros gastos (C)', pergunta 7 – seção 4: E1, E7, E8, E11. Grifo nosso).*

Destaca-se que 23,07% das mulheres, também em resposta à sétima pergunta, relataram que sua escolha esteve condicionada aos itens descritos na planilha de projeto do PSA (IC E), e consolidando outra Ideia Central, 15,38% delas lembrou que o valor do recurso seria insuficiente para comprar todos os materiais listados para o projeto (IC F), o que impactou diretamente na necessidade de dialogar com o cônjuge e na decisão sobre como aplicar o recurso:

Eu comprei o que tinha que comprar lá. Já tava tudo decidido já, porque nós tivemos que assinar o papel de tudinho que nós ia comprar, uma planilha assim que eles deram pra nós, com os material tudinho. A gente já tinha conversado aqui porque já tinha pedido, né. A mulher do projeto, nós já tinha anotado tudo que era para comprar, o que que tinha lá na planilha que era para comprar, o que que a gente ia querer comprar. Porque a gente já tinha planilha né? Como seria gasto o dinheiro, em quê, aí tinha tudo essa coisa, na hora da compra de material, como era para ser feito, tudo isso já tinha (DSC da IC E, pergunta 7 – seção 4: Participantes: E9, E12, E13)

Porque não dava para comprar tudo, que eles deram a planilha para nós, que era pra comprar, só que não dava pra comprar, muito caro aquilo. É, né, tem coisas que é caro é, né, aí não dava pra gente, ai eles deram pra gente um, tipo quanto valia um desse daqui, mas quando a gente foi ver, não era aquele preço. Ou seja, não dava mesmo pra comprar tudo. (DSC da IC F, pergunta 7 – seção 4. Participantes: E5, E6).

Também houve Ideias Centrais organizadas para destacar a escolha pela compra dos materiais necessários para cada projeto: para a casa de farinha (IC D); para o projeto de criação de galinha (IC G) e para a horta (IC H), indicando uma continuidade na participação da mulher, na fase de compras dos equipamentos e insumos para seus projetos (Tabela 10, pergunta 7).

Como decidir para gastar? Não, na hora mesmo que nós... nós pegamo o dinheiro com meu esposo, nós compramo logo o motor de cortar mandioca. É. Já foi comprando... nós decidimos assim, que vinha a fiscalização né, aí a gente compremo o que precisa para uma casa de farinha. Fumo... nós compremo bicicleta, carrinho de mão, teçado, enxada... Todo o material... eu comprei logo o motor, comprei a bola de ceva, mandei fazer a banca, comprei a peneira, etc. Era meu sonho, sabe? Ter uma casa de farinha bacana assim que eu pudesse trabalhar assim, tu sabe que tudo que vai para o estômago tem que ta limpinho, né? Fui eu que queria mesmo, era o meu sonho ter uma casa de farinha boa, eu que gosto de torrar farinha. (DSC da IC D, pergunta 7 – seção 4. Participantes: E2, E3, E4).

No material que era pra comprar, pra fazer o cercado, o galinheiro, a casa das galinha, as galinha, a tela para fazer o cercado. (DSC da IC G, pergunta 7 – seção 4. Participante: E10).

Cheguei, cheguei a fazer. Ele fez aí pra mim uns quatro jirau. Mas a gente comprou umas madeira pra... tábuas para fazer as horta ali. Foi ele mesmo o meu marido que fez... dois mil eu investi tudo aqui. (DSC da IC H, pergunta 7 – seção 4. Participante: E11).

As perguntas 9, 10 e 11 objetivaram construir uma avaliação do processo de implementação e execução do Fomento Mulher, na perspectiva das participantes. Desse modo, em relação à pergunta “9. Como você avalia todo o processo do Fomento Mulher?” foram identificadas três Ideias Centrais, conforme distribuição na Tabela Síntese 11.

Tabela 11- Síntese de Ideias Centrais sobre a avaliação do processo do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias da Comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 9: Como você avalia todo o processo do Fomento Mulher?

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	Qtd.	%
A	Foi bom! Avaliação positiva	E4, E6, E7, E9, E10, E11, E12	7	53,84%
B	Mais ou menos! Avaliam pontos positivos e negativos	E2, E3, E4, E6, E7, E8, E12	7	53,84%
C	Houve falhas no processo do Fomento Mulher	E1, E2, E3, E6, E9, E13	6	46,15%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Considerando os dados da Tabela 11, quanto ao número de participantes que contribuiu para cada DSC não houve predominância de Ideias Centrais. 53,84% concluíram uma avaliação positiva sobre o Fomento Mulher (IC A); O mesmo percentual gerou uma avaliação regular, avaliando pontos positivos e negativos (IC B); isso por que uma participante colaborou na composição dessas duas Ideias Centrais, DSCs a seguir:

Como assim avaliar? Foi bom, foi bom. Espera! Como eu avalio? Para mim foi muito bom. Como é esse bom? Bem, como eu posso te explicar?! Assim, porque melhorou muito para mim, não torro mais farinha com pé na lama, portanto, foi bom, foi bom. E também, eu avaliei que foi bom, porque aí no caso a gente foi assim mesmo como eles disseram, foi um incentivo para a gente ampliar a produção da gente, ter como comprar o material que a gente não tinha condição de comprar, por isso, eu avalio que foi bom, né, pra mim foi bom. (DSC da IC A, pergunta 9 - seção 4: E4, E6, E7, E9, E10, E11, E12)

Meu Deus! Eu avaliei, né! Foi bom por uma parte, ou é mais ou menos. Porque... olha, no começo era muito bom, eles andavam, eles... vinham e faziam todos aquelas reuniões com a gente, era bom. Só que poderia ser melhor ainda né, sair muita vantagem, mas não teve. Só que assim, 3 mil reais daí não deu, deu pra fazer um pouquinho do que tava mais precisando, não deu mesmo para comprar tudo o que falta, mas pelo menos, a gente comprou o mais pouco assim, o material pequeno né, coisas que precisa pra

trabalhar na roça. Não supriu bem, mas me ajudou muito, mas melhorou, pra mim tá 100% muito melhor que eu não tiro mais palha, que a gente se arriscava demais tirando palha. (DSC da IC B, pergunta 9 – seção 4. Participantes: E2, E3, E4, E6, E7, E8, E12).

Também houve o DSC que identificou falhas no processo do Fomento Mulher, mencionando a falta de acompanhamento de ATER como a principal. Ideia Central C, emitida por 46,15% das entrevistadas.

Eu avalio que não deu certo e também teve falha. Teve gente aí que já me disse que fez para o negócio de galinha e aí não deu nada certo. Teve falhas da parte deles, né, porque eles prometeram que viriam, viriam para acompanhar e nunca vieram. Só não foi bom por que eles não vieram acompanhar a gente, que eles disseram que eles vinham no começo, né, aí não sei, parece que não veio recurso, né, pra pagar eles, parece que foi isso que eles falaram, que o governo não tinha liberado o recurso, aí já depois ficou ruim, porque eles nunca mais eles vieram, eles disseram que não tinham mais salário para vim, porque era pra eles tarem direto no começo, né, disseram que iam tá acompanhando toda o trabalho, mas aí eles não voltaram mais, não sei o que aconteceu, por isso, teve, deles teve muita falha, eles não vieram, né, falta melhorar, né, poucas coisas. (DSC da IC C, pergunta 9 – seção 4. Participantes: E1, E2, E3, E6, E9, E13. Grifo nosso).

Apesar da oferta de serviço público de ATER ser uma previsão e garantia institucional dada pela Lei nº 12.188/2010 para atender aos agricultores familiares, a constatação de sua insuficiência, e até inexistência, conduz vários autores a pensar em um modelo pluralista, que redirecione os esforços e restrinja a ATER gratuita ao público-alvo mais pobre, um argumento que se reitera dados os achados citados anteriormente, quanto a uma parcela privilegiada desta classe no acesso a crédito e ATER (PEIXOTO, 2014; CRUZ *et al.*, 2020).

É óbvio que agricultores rurais em situação de extrema pobreza, como no caso da população estudada, sejam necessariamente dependentes de ATER pública para acessar conhecimento técnico para manejo e inovação de suas atividades, nesse contexto, no entanto, o caso da RESEX Tapajós-Arapiuns é ainda mais limitado pela ausência de infraestrutura que impede acesso localmente amplo a telefone, televisão, rádio, internet, restando apenas a possibilidade de troca de conhecimento entre os pares (PEIXOTO, 2014).

Também por esse motivo, lança-se como hipótese que as mulheres que escolheram criação de galinha e horta teriam sido mais bem sucedidas em seus esforços, se tivessem se reunido em torno de um único grupo ou empreendimento, cada uma, de

modo que, pudessem somar forças para vencer as limitações do campo e a tripla jornada de trabalho da mulher, ou outros percalços, como adoecimento de uma delas.

O manual de procedimentos para implementação do Crédito Instalação do PNRA em UCs orienta que “os créditos são concedidos individualmente e operacionalizados coletivamente” (ICMBIO, 2011, p. 12). No entanto, a interrupção abrupta do acompanhamento de ATER pode ter inibido a iniciativa, visto que o antecedente das mulheres sobre sua participação em grupos, bem como, sua prática em se solidarizar uns (umas) com os(as) outros(as) poderia ter sido aproveitada para instigar as beneficiárias a despertar para estratégias coletivas de cooperação também no ambiente do trabalho (entre elas e entre os projetos afins).

Por meio da pergunta “10. O que podia ter sido diferente para ser melhor, o processo de execução do recurso do Fomento Mulher?”, as participantes foram instigadas a pensar nas falhas e/ou melhorias possíveis ao longo do processo do Fomento Mulher. Para esta pergunta, foram encontradas seis Ideias Centrais, distribuídas na Tabela 12.

Tabela 12- Síntese de Ideias Centrais sobre falhas ou melhorias no processo de execução do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 10: O que podia ter sido diferente para ser melhor, o processo de execução do recurso do Fomento Mulher?

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Poderia ter havido acompanhamento técnico ao longo de todas as fases do projeto	E1, E3, E6, E8, E9, E10, E11, E13	8	61,53%
B	O valor do projeto poderia ser maior	E2, E4	2	15,38%
C	Poderia haver continuidade do projeto, com liberação de mais recursos	E5, E6	2	15,38%
D	Faltou liberdade para gastar o dinheiro como desejasse	E7, E12	2	15,38%
E	Não precisava mudar nada	E9	1	7,69%
F	Não compreendeu a pergunta	E11	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os resultados descritos na Tabela 12 são compatíveis aos achados da pergunta anterior, destacando 61,53% das participantes informaram que ‘poderia ter havido acompanhamento técnico ao longo de todas as fases do projeto (IC A)’. Sendo assim, é possível concluir que a ausência de ATER na execução dos projetos impactou direta e negativamente a decisão por implementá-los, bem como, impactou seu sucesso quanto a retorno econômico para as mulheres que investiram nas instalações.

A vistoria deles, né? Ai muita gente não comprou o que tava no projeto, muita gente investiu em moto. Devia ter acompanhamento deles, eu acho que teria sido melhor que eles tivessem acompanhado, né?! Por causa que eles não vieram, não sei porque, nunca mais eles vieram pra cá, desde aquele tempo. Eles vinham sempre fazer outras reuniões mas não, nem isso, nem as visita eles vieram fazer, aí a gente já pensou que isso daí já num coisou mais, que não vieru nem acompanhar, porque a gente precisava que eles viessem, eles disseram que vinha técnico... pra tipo assim, dizer para quem escolheu galinha, por exemplo, pra dizer como eles podiam trabalhar pra guardar a galinha, o que era preciso, pra cozinha do forno, ia vim um técnico do mesmo jeito pra... pra ensinar como... Tipo assim, foi feito o cercado, foi comprado as galinhas, só que aí deu o tempo que dá a doença nas galinhas, que morre aquela quantidade de galinha, aí sem acompanhamento deles... Olha ali, caiu as palhas! Aqui era o cercado que foi feito. Morreram. Tem tempo que dá a doença nas galinhas. Aí ficou ruim por causa que aí, eles nem vieram fazer a coisa que eles vinham fazer, aí que não deu mesmo. Se bem que eles falaram que não vinham mais, depois... Não vieram mesmo. Quem sabe que se eles viessem acompanhar, né, se eles viessem, os técnicos que vinham, pra tarem informando a gente, com certeza, teria sim dado certo, se eles tivessem vindo acompanhar a gente em todo o processo” (DSC da IC A, pergunta 10 – seção 4: Participantes: E1, E3, E6, E8, E9, E10, E11, E13).

Sobre o DSC da Ideia Central A, acima, foi observada uma insatisfação maior (ou geral) entre as participantes que escolheram o projeto de criação de galinha, provavelmente por não terem conhecimento técnico prévio para o manejo de galinhas, nos termos como foi proposto pelo projeto, ou seja, manejar as aves às dezenas, ou seja, em grande quantidade (a participante E13 informou mais de 45) e sozinhas, sem suporte amplo de mão de obra familiar, ou sem espaço em seu quintal, como uma das entrevistadas mencionou.

Pelo menos quatro participantes relataram uma doença que levou as galinhas, massivamente, à morte, demonstrando não saber como proceder com o manejo. Assim, o DSC também contribui para a conclusão de que o não acompanhamento da ATER influenciou aquelas mulheres que decidiram não comprar o material para o projeto. Os discursos também sugerem que o formato do projeto de avicultura não estivesse adequado às suas realidades, quanto ao espaço disponível, por exemplo, indicando outra possível falha.

Ainda, quanto ao que poderia ter sido diferente (pergunta 10), 15,38% das participantes listaram que o ‘valor do projeto poderia ter sido maior (IC B)’, e outras duas, que ‘poderia ter havido continuidade do projeto, com liberação de mais recursos (IC C)’.

Rapaz! Que seria melhor? Ou que fosse mais dinheiro tu quer dizer? Para mim seria melhor se tivesse sido mais. Mais dinheiro, para mim era porque ainda faltou, né. Não supriu bem, por isso, acho que se tivesse mais dinheiro, né. Porque se tivesse mais dinheiro, eu tinha conseguido fazer tudo direitinho como era o meu plano. (DSC da IC B, pergunta 10 – seção 4. Participantes: E2, E4).

Se viesse de novo, melhorava. Aí disseram que se nós pagasse tudo ia tornar vim pra gente tornar receber. Mas só que até agora nada. Ele disse pra nós se pagasse direitinho, né, que se fizesse, né, pra que é que tinha feito o projeto, se desse tudo certo, aí tinha como a gente diz... assim, mais projeto, pra sair mais dinheiro pra seguir no trabalho, no coisa que a gente escolheu pra fazer. (DSC da IC C, pergunta 10 – seção 4: Participantes:E5, E6).

As respostas para a pergunta 10, também incluíram o sentido de que ‘faltou liberdade para gastar o dinheiro como desejassem (IC D)’; e a ideia de que ‘não precisava mudar nada (IC E)’, que denota uma avaliação positiva. Houve ainda uma participante que ‘não compreendeu a pergunta (IC F)’. DSCs abaixo.

Assim, por causa que eles falaram tipo assim pra nós, que nós só podia comprar o que tava escrito né no projeto, não podia comprar nada, entendeu? Um rango, assim uma despesa, a gente trabalha roça, a gente precisa comer, “não, mas não pode, não sei o quê, tem que gastar tudo com o material. Tipo assim, que a gente pudesse fazer o que quisesse né, fazer na verdade sem eles tarem decidindo pela gente. É, porque assim, logo que eles vieram, a gente pensava que a gente podia fazer o que quisesse do dinheiro, né, comprar umas coisas pra casa, mas eles disseram que não, que não podia, que tinha que ser só aquilo, ficava difícil por que a gente tinha vontade de ter uma coisa e tava com dinheiro na mão e não podia comprar. (DSC da IC D, pergunta10 – seção 4. Participantes:E7, E12).

Acho que nada. Diferente, acho que nada, porque, por causa que nós preenchemo mesmo a folha né, mas aí não era,ele assim disseram que não era obrigado a gente comprar tudo que tava escrito lá naquela folha pra gente comprar, que a gente comprasse o que a gente achasse necessário para o trabalho da roça, né. (DSC da ICE, pergunta10 – seção 4. Participante: E9).

Como assim diferente? Não, eu não tô entendendo. (DSC da IC F, pergunta10 – seção 4. Participante: E11).

A análise conjunta dos resultados levantados pelas nona e décima perguntas da quarta seção, sobre uma avaliação do Fomento Mulher, não foi um consenso entre as participantes quanto a suas experiências. Percebeu-se que essa análise, para cada uma das participantes, esteve associada ao projeto que escolheram,pois dependeram apenas

delas para alcançar sucesso no empreendimento escolhido, uma vez que não tiveram suporte da ATER. Logo, a avaliação foi positiva entre as entrevistadas que escolheram Casa de Farinha, porque já detinham conhecimento técnico e o recurso lhes permitiu comprar equipamentos e melhorar instalações, permitindo melhores condições de trabalho.

A verificação acerca do valor, se teria sido suficiente ou não para execução dos projetos, resultou em três Ideias Centrais como respostas à pergunta 11 (Tabela 13): A ideia de que o valor foi insuficiente (IC A) foi majoritária; apenas uma participante informou que o valor foi suficiente (IC B) e três não souberam responder, porque não executaram o projeto (IC C).

Tabela 13 - Síntese de Ideias Centrais sobre o valor recebido para executar o Projeto Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns,Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 11: O valor que você recebeu foi suficiente para executar o projeto?

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	O valor foi insuficiente para comprar todos os materiais necessários à execução do projeto	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E9, E10, E12, E13	10	76,92%
B	Não soube responder, não implementou	E1, E7, E8	3	23,07%
C	O valor do recurso foi suficiente	E11	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à pergunta 11, 76,92% destacaram que ‘o valor do recurso foi insuficiente para comprar todos os materiais necessários aos projetos (IC A)’. Em contrapartida, somente uma participante, cujo projeto era de hortaliças, considerou ‘suficiente o recurso (IC C)’, possivelmente, por apresentar menor custo de execução menor, comparado aos demais.

Não, não, não foi suficiente. A gente recebeu parece que foi 3.000. Foi! 3.000, mas assim, porque tem gente que ainda falava que não ia dar, que não ia dar... tem muito gasto, comprar muita coisa. Porque no tempo que eles fizeram eu acho que eles fizeram o orçamento pois as coisas estavam mais barato, né? Aí quando chegou, aí, tudo caro. Foi 3 mil, e os anos foram passando e as coisas foram aumentando. Faltou comprar muita coisa. A gente comprou o mais pouco assim, o material pequeno né, porque o meu orçamento não dava pra compra tudo, faltou algumas peças aí. É caro, né, essas coisas, as peças. Faltou muita coisa pra terminar que era para comprar. Olha, como eu te falei faltou terminar, nunca que deu o dinheiro, Deus não, que era só R\$ 3.000,00 reais e ainda tinha que pagar R\$ 600,00, né? Ixi! Pra mim faltou algumas coisas, não lembro. A gente comprou, mas não sei dizer tudo, até porque R\$ 3000 reais hoje em dia... mas ele já deu uma ajuda. Faltou, mas pra bem pouca coisa já, mas o principal mesmo a

gente comprou, deu de comprar, embora o dinheiro não foi suficiente para comprar o que eu queria tudo, né, por isso, não, suficiente não foi, né. (DSC da IC A, pergunta 11 – seção 4. Participantes: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E9, E10, E12, E13).

“Foi” (DSC da IC C, pergunta 11 – seção 4. Participante: E11).

Na época em que as beneficiárias que participaram deste estudo foram contempladas com o Fomento Mulher, estava em vigência o Decreto nº 9.066/2017 que estabelecia o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por projeto produtivo, com taxas de juros de 0,5% e aporte de 80% do Governo Federal – ou seja, as extrativistas precisavam devolver ao banco 20% do valor do crédito atualizado. Além disso, elas tiveram até um ano para pagar (BRASIL, 2017).

Portanto, a insatisfação quanto ao valor do recurso teria sido atendida, alguns meses depois, quando passou a vigorar o Decreto Nº 9.424, de 26 de junho de 2018, que aumentou o valor do crédito Fomento Mulher para R\$ 5.000,00, no entanto, também disponível apenas em contratos individuais.

Por fim, três participantes responderam que ‘não sabiam se o valor do Fomento Mulher era o bastante (IC B)’, uma vez que não executaram o projeto. Essa conclusão foi baseada em informação explícita dada pela entrevistada, e/ou captada ao longo da entrevista, por meio de outras perguntas e por informações obtidas ao longo da Inserção Ecológica:

Acho que não sei também, a gente nem chegou a fazer. Não, nem sei responder, não sei. (DSC da IC B, pergunta 11 – seção 4. Participantes: E1, E7, E8).

A partir de 2018, os relatórios de gestão do INCRA passaram a ser compostos de maneira consolidada, nacionalmente, impossibilitando análise regional específica da SR30. No entanto, importante notar que entre as diretrizes da atuação do órgão para todo o país está a Quinta Diretriz (titulação dos territórios quilombolas e regularização fundiária); cujos indicadores são “número de mulheres beneficiadas com ATER” e “número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher”, para avaliação de atendimento do objetivo estratégico quatro: “Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social” (INCRA, 2019, p. 19).

Ao reiterar a importância do crédito instalação na modalidade Fomento Mulher como indicador para promoção de “autonomia das mulheres”, o Executivo Federal eleva essa ferramenta à condição de importância, que valoriza a preocupação com as desigualdades de gênero no meio rural, no entanto, muito há a ser feito.

E apesar do registro em documento, os resultados de campo e a constatação dos fatos que levaram à interrupção abrupta dos contratos de ATER, na Resex Tapajós Arapiuns, em Março de 2018, antes da previsão contratual pode indicar um não engajamento do poder público no nível estratégico, em priorizar a própria prestação de serviços de ATER, bem como, a operacionalização do Fomento Mulher para atingir objetivo estratégico descrito no papel, o que sujeita o cumprimento da lei e da Política Pública à vulnerabilidade da (não) vontade política, por mais que se esforcem os servidores de nível técnico ou mesmo as empresas contratadas.

Nesse ponto, menciona-se que, ao longo de toda a Inserção Ecológica, a pesquisadora foi questionada se as mulheres que foram cadastradas ainda receberiam o recurso do Fomento Mulher.

Em conversa informal, o INCRA informou que havia mulheres que não tinham recebido o recurso por erro cadastral ou pendência de documentação, o que, novamente reitera o dano sofrido pela ausência da presença da ATER, a quem compete o ‘fardo’ de desburocratizar os trâmites, e reiterando a dependência das assentadas, nesse quesito. Além disso, esse fato denota a constatação de que o número de atendimentos na RESEX foi aquém da demanda. Molina e Leite (2018) destacaram que uma redução acentuada no atendimento das famílias assentadas, com o Fomento Mulher, entre 2014 e 2016.

Sobre o conteúdo do relatório, constata-se a partir desta pesquisa, que utilizar o número de atendimentos como indicador não é suficiente para avaliar o cumprimento do objetivo de promover “autonomia das mulheres” beneficiárias, valorizando a necessidade de garantir o acompanhamento dos ciclos de projetos e das avaliações finais (também qualitativas) que permitam encontrar nuances para melhoria dos atendimentos em campo, às mulheres.

Por fim, especificamente com a finalidade de investigar contribuição do Fomento Mulher para a Qualidade de Vida das beneficiárias, considerando as dimensões de Qualidade de Vida elencadas pelas próprias participantes, analisadas no item 4.3.2, foram compostas as perguntas abertas 12, 13 e 14, cujos resultados foram analisados por meio de DSC.

A pergunta 12 instigava entender se houve qualquer mudança, em sentido amplo, em suas vidas; a questão 13 se houve mudança na renda e por fim, a 14 buscou descobrir se houve mudança nos relacionamentos familiares, após o Fomento Mulher.

Os resultados dessas perguntas foram discutidos com auxílio do Construto teórico multidimensional sobre eficácia da Extensão Rural, por permitir considerar, para fins desta pesquisa qualitativa, as perspectivas das participantes sobre a Extensão Rural da qual foram beneficiadas, uma vez que a oferta desse serviço deve ser adequada à realidade de seu público-alvo, e, portanto, necessidades, que podem estar além das questões técnicas e produtivas (MELLO; PINHEIRO, 2017).

A pergunta ‘12. Após ter participado do Fomento Mulher, mudou alguma coisa na sua vida?’, cuja síntese de Ideias Centrais é apresentada na Tabela 14, resultou em boa parte das Ideias Centrais captando o sentido de que sim, o Fomento Mulher contribuiu para gerar mudança em algum nível, na vida das beneficiárias (ICs B, C, D, E). A minoria das participantes, nesse caso, concorda que nada mudou (IC A).

Tabela 14- Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças na vida das participantes do Fomento Mulher, percepção das beneficiárias de Surucuí, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 12: Após ter participado do Fomento Mulher, mudou alguma coisa na sua vida?				
Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Mudou, a experiência foi positiva	E4, E6, E9, E11, E12, E13	6	46,15%
B	Contribuiu para melhorar as condições de trabalho existentes	E3, E4, E5, E9, E12	5	38,46%
C	Acha que não mudou	E1, E3, E7, E10	4	30,76%
D	Permitiu iniciar um trabalho próprio	E2, E6, E13	3	23,07%
E	Mudou por causa do dinheiro recebido, apesar de não ter executado o projeto	E1, E8	2	15,38%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dentre todas as ICs da Tabela 14 (pergunta 12), a ideia genérica de que o Fomento Mulher trouxe mudança e gerou uma experiência positiva foi a mais frequente (A), emitida por 46,15% das participantes, de acordo com o DSC abaixo:

*Mudou. Mudou sim. Se mudou alguma coisa, né? Mudou, mudou. Mudou sim. Bom, na minha mudou. Mudou assim, por exemplo, se eles tornassem a fazer o projeto, eu tornava a fazer. Tornava a fazer. Mas mudou. **Tem mulher que não quer nem papo, mas eles voltassem a fazer eu fazia de novo.** Assim, eu achei bom né, acho que mudou, mudou sim. (DSC da IC A, pergunta 12 - seção 4. Participantes: E4, E6, E8, E9, E11, E12, E13. Grifo nosso).*

No entanto, os principais motivos que justificariam uma mudança em suas vidas, após o Fomento Mulher, estão representado na Tabela 14 pelas Ideias Centrais de que: ‘contribuiu para melhorar as condições de trabalho existentes (B)’; e, na sequência, ‘permitiu iniciar um trabalho próprio (D)’.

O DSC da IC B foi composto por contribuições de discurso de cinco participantes, todas essas escolheram trabalhar com construção de casa de farinha, DSC abaixo:

Para mim mudou que eu não pego mais chuva, né, não vivo mais com pé na lama, mudou tudo isso pra mim, também melhorou muito por causa do motor. Melhorou também porque a gente comprou um forno novo porque o nosso já tava tudo furado, aí não dava de trabalhar nele, a gente conseguiu aumentar a casa, a casa da farinha. E agora já tem dois fornos, esquadra num e seca no outro. É, porque na verdade a gente não tinha uma banca de serrador, conseguiu uma, não tinha peneira para pôr a farinha tipo assim a gente conseguiu, forno, tudo a gente conseguiu, na verdade isso aí já é da gente, né? E também uma parte que, a gente, do dinheiro, a gente trouxe que era pra gente fazer o roçado né? O roçado... e a gente pagou parte pra capinar, para ajudar a capinar. Assim, ninguém ia imaginar que alguém ia dá R\$ 3000,00 para a gente comprar, por mais que fosse pouco, mas deu pra gente comprar alguma coisa, né?! Fez um pouco de diferença, mas não foi muito, assim... porque faltou, faltou pra terminar, né?(DSC da IC B, pergunta 12 - seção 4. Participantes: E3, E4, E5, E9, E12).

Para a construção do DSC da Ideia Central D ‘permitiu iniciar um trabalho próprio’, três participantes contribuíram; dentre as quais, duas trabalharam com construção de casa de farinha e uma delas, a entrevistada E13, trabalhou com criação de galinha. Para essa última participante, mesmo que a implementação do projeto de avicultura não tenha alcançado sucesso (e a interlocutora também traz esta percepção), ela demonstrou sentir-se satisfeita por poder ter iniciado um projeto e um trabalho próprio (grifo no DSC abaixo), que ela sempre teve vontade de realizar (Tabela 14).

Mudou para melhor, porque eu trabalhava na casa dos outros, né, então quando eu fiz esse Fomento Mulher que eu comprei o que eu queria, mudou pra mim porque eu trabalho em casa, o dia que eu quero trabalhar, o dia que eu não quero eu não trabalho, e pra mim mudou muito. Então a minha produção eu não tirava aqui na minha casa. Não tinha condições. Não dava. Assim, como eu disse agora, né, como eu tinha vontade de criar, mas não tinha um financeiro pra dá um pontapé, começar, né, comecei, foi uma grande ajuda. Então mudou, porque eu tive como fazer a minha lá no quintal da minha casa. (DSC da IC D, pergunta 12 – seção 4. Participantes: E2, E6, E13. Grifo nosso).

Uma percepção similar, aparentemente dúbia, foi observada na resposta da participante E11, que trabalhou com horta. As expressões-chave um e dois de seu discurso, em resposta à pergunta 12, compuseram a Ideia Central ‘mudou, a experiência foi positiva (A)’, apesar de, logo em seguida, ela concluir sua resposta assinalando que o projeto não deu certo, e que pôde obter renda extra do seu projeto de horta apenas no início, como se vê a seguir:

Deu errado, né! Eu gosto, ainda vendi foi muito aqui. Mas eu tinha é muito esses que tá roçado aqui, tava numa cerca de arame, só que quando eu cheguei as galinha entraram tudo aí, entraram aí e comeram tudo (E11, em resposta à questão 12).

Portanto, a exemplo dos discursos das entrevistadas E11 e E13, infere-se que a participação dessas mulheres no Fomento Mulher as beneficiou de alguma forma e em períodos distintos, que não necessariamente no sentido produtivo ou técnico, atribuindo na avaliação de eficácia da Extensão Rural, no modelo de Mello e Pinheiro (2017), possíveis contribuições principalmente às dimensões social e subjetiva.

Quanto à satisfação das mulheres que escolheram trabalhar com horta, considera-se que houve uma amostra insuficiente para determinar perspectivas quanto ao sucesso ou não de implementação dos projetos, considerando que apenas duas mulheres optaram por horta, das quais, uma não executou o projeto e a outra, aplicou parcialmente os recursos na sua execução, sem, contudo, obter um incremento continuado na renda. Apesar disso, as duas participantes reportaram também avaliações positivas a respeito das contribuições do Fomento Mulher.

Objetivamente, porém, as contribuições mais duradouras do Fomento Mulher foram associadas e limitadas a melhores condições de trabalho, possibilitadas pela compra de insumos e equipamentos ou melhora na infraestrutura das Casas de Farinha às beneficiárias que escolheram este tipo de projeto.

No entanto, considerada a premissa de Bose *et al.*(2017, p. 57) de que “*as atividades produtivas das mulheres precisam se tornar visíveis para promover seu empoderamento econômico*”, aindaque elas tenham participado ativamente nas etapas de tomadas de decisão até a compra dos equipamentos, contribuições limitadas a melhor infraestrutura das Casas de Farinha não são suficientes para promover visibilidade de seu trabalho produtivo.

Ou seja, não se pode inferir pelos dados obtidos, desde a caracterização do perfil das entrevistadas, que, após executado o recurso, seu esforço laboral tenha encontrado lugar de visibilidade. Com exceção de duas participantes (E2 e E4), que demonstraram tomar a liderança na atividade de produção de farinha, percebeu-se que aos homens cabe o papel de protagonistas/líderes dessa atividade econômica. Subentende-se que, ‘tornar visível’ representa que tanto homens, quanto mulheres devam acessar oportunidades de geração de renda e nível ativo de controle sobre essa atividade (Bose *et al.*, 2017).

Ainda sobre a Tabela 14, a Ideia Central E destacou que o Fomento Mulher contribuiu por causa do dinheiro recebido, mesmo que o projeto não tenha sido implementado. Essa ideia foi minoria quanto ao número de participantes, mas revela evidências da precariedade vivida por esses moradores, em relação à renda. O discurso antagônico é das participantes (que realizaram e que não realizaram o projeto), mas que consideram que não houve mudança, de acordo com a Ideia Central C. DSCs a seguir:

Mudou. Mudou, mas não comprei nada disso. Só o dinheiro que foi bom, que a gente pegou o dinheiro (DSC da IC ‘mudou por causa do dinheiro recebido, apesar de não ter executado o projeto (E)’, pergunta 12 – seção 4. Participantes: E1, E8).

Depois de ter recebido? Eu acho que não. Não, não! Nada diferente, não. Acho que não. Eu pensei que eles iam fazer o acompanhamento pra orientar a gente. Mas aí só fizeram... ‘Aí quando vocês vão lá?’ Eles disseram que não tinha data marcada, eles achavam que não vinham mais e eles não vieram mesmo, então, não (DSC da IC ‘acha que não mudou (C), pergunta 12 - seção 4. E1, E3, E7, E10).

A pergunta “13. Houve mudança na renda da família após o Fomento Mulher?” registrou cinco Ideias Centrais como respostas, descritas na Tabela 15. A maioria das respostas informou o sentido de que houve pouca contribuição no incremento da renda, ou apenas contribuição no curto prazo (IC A); seguida das ideias de que não houve mudança na renda (IC B); e que situações de doença na família dificultaram o aumento da renda (IC C), ou, que houve melhora por causa da possibilidade de aumento na produção de farinha (IC D); e por fim, não houve mudança na renda por que as galinhas morreram (IC E).

Tabela 15- Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças na renda das participantes do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 13: *Houve mudança na renda da família após o Fomento Mulher?*

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtde.	%
A	Houve alguma mudança, ainda que pouca e/ou de curto prazo	E1, E2, E5, E6, E9, E11, E13	7	53,84%
B	Não houve mudança na renda	E3, E7, E8, E10, 12	5	38,46%
C	Situações de doença na família dificultaram a execução do projeto, e em consequência, no aumento da renda	E3, E9, E11	3	23,07%
D	Melhorou porque houve aumento na produção de farinha, pela família	E2, E4	2	15,38%
E	Não houve por que as galinhas morreram	E13	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Desse modo, sobre a pergunta 13, as Ideias Centrais que indicaram a ocorrência de mudança na renda são: ‘houve alguma mudança, ainda que pouca e/ou de curto prazo (A)’, considerada como resposta por 53,84% das participantes. E, mencionado pelas duas participantes consideradas protagonistas da atividade de produção de farinha: ‘melhorou porque houve aumento na produção (D)’; esse aumento é resultado da compra de equipamentos para as Casas de Farinha, adquiridos com recursos do Fomento Mulher.

Hunrum! Hunrum, houve. Acho que mudou sim. Um pouco. Não foi muito, mas foi. Olha, logo no começo que a gente começou, tinha, porque agora a gente não tem mais o tanto que a gente começou, mas mudou, mudou né. (DSC da IC A, pergunta 13 – seção 4. E1, E2, E5, E6, E9, E11, E13).

Houve porque melhorou com o negócio da, de ajudar mais pra fazer a farinha e quando a gente tem produção aí melhora muito que a gente faz dois, três sacos aqui. Então aumentou mais um pouco a minha renda porque eu fazia mais um... mais do que eu fazia antes, né. (DSC da IC D, pergunta 13 – seção 4. Participantes: E2, E4).

Rocha Junior *et al.* (2020) analisaram o contexto brasileiro a partir das fontes de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014, do IBGE e concluíram que houve um aumento de pelo menos 23,68% na renda mensal média das famílias de agricultores familiares brasileiros que receberam prestação de serviços de Assistência Técnica, não computada a origem da ATER, se pública ou privada.

As respostas negativas para a pergunta 13 são informadas pelas Ideias Centrais B, C e E. De modo geral, a Ideia Central B informa que ‘não houve mudança na renda’; enquanto que a ideia central C justifica que essa ausência de mudança na renda se deu por motivos de força maior, ou seja, ‘situações de doença na família

dificultaram a execução do projeto’, o que necessariamente significa indisponibilidade de mão de obra, impactando diretamente a renda, a Ideia Central C também traz o discurso de uma participante, que, em sua necessidade, utilizou parcialmente o valor para despesas de saúde.

Não, Não, Não. Não. A renda não mudou e só a renda da bolsa família não dá, né? Não! (DSC da IC ‘B’, pergunta 13 – seção 4. Participantes E3, E7, E8, E10, 12).

Não houve muito bem porque foi... teve o tempo que eu fiquei doente né, mas eu pegava aquele dinheiro, aí eu... aí o que eu fazia, eu não dava deu... eu mandava comprar remédio, porque o meu salário acabava tudo que é pouco. Olha, para nós foi meio complicado. Ficou difícil trabalhar, e aí a renda... (DSC da IC C, pergunta 13 - seção 4. Participantes E3, E9, E11).

E por fim, a IC E justifica que não houve melhoria no incremento da renda, devido ao problema técnico de manejo das aves no projeto de criação de galinhas: ‘não houve por que as galinhas morreram (E)’, que indica uma situação com possibilidade direta de ter sido evitada ou revertida com o devido acompanhamento técnico.

Não, ainda passou um tempo aí elas (galinhas). Aí ficou doente e foi morrendo tudo, umas quarenta e cinco. Morreu umas 30, eu acho e o resto a gente comeu, ainda tem umas, né. (DSC da IC E, pergunta 13 – seção 4. Participante E10).

Sobre a pergunta “14. Houve mudança nos relacionamentos dentro de casa, com seu esposo, seus filhos?”, os registros das cinco Ideias Centrais que respondem à questão estão na Tabela 16.

Tabela 16 - Síntese de Ideias Centrais sobre mudanças nos relacionamentos das participantes do Fomento Mulher, na percepção das beneficiárias de Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns,Pará, Brasil.

Seção 4, pergunta 14: Houve mudança nos relacionamentos dentro de casa, com seu esposo, seus filhos?

Classificação	Ideia Central / Ancoragem	Participantes	*Qtd.	%
A	Não houve mudança	E1, E3, E5, E6, E8, E9, E11, E12, E13	9	69,23%
B	A família tem uma boa relação	E4, E7, E9, E11	4	30,76%
C	Houve mudança	E2, E10	2	15,38%
D	Sim, o casal passou a trabalhar junto	E2	1	7,69%
E	Sim, a mulher se tornou mais participativa	E10	1	7,69%

*Quantidade: Corresponde à quantidade de participantes que emitiram cada Ideia Central.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Majoritariamente, 69,32% das mulheres afirmaram que ‘não houve mudança (IC A)’ nos relacionamentos familiares após sua participação no Fomento Mulher (Tabela 16). A segunda Ideia Central mais frequente, nesse sentido, apresentou uma aparente preocupação das entrevistadas em justificar que ‘existe uma boa relação familiar (B)’ representando 30,76%, percebendo entrelinhas na questão e talvez, desejando expressar que não havia o que mudar por que a relação na família é boa.

Não, eu e ele? Não... Acho que não, não... não mudou nadinha assim dele não. Acho que não, não... acho que aqui nós tamo do mesmo jeito. Então, acho que não, é... Não, não, do mesmo jeito. (DSC da IC A, pergunta 14 – seção 4. Participantes E1, E3, E5, E6, E8, E9, E11, E12, E13).

É assim, nossa família nunca foi uma família complicada então, a gente sempre foi unido, tanto faz, tendo ou não tendo, a gente foi unido, a gente se ajuda. Isso é bom, graças a Deus, porque aqui não tem assim, eu te digo assim, olha, a minha relação com meu marido e com meus filhos aqui é legal, né, não tem negócio de, negócio escondido não, a relação é boa. Ele é meu parceiro mesmo, bem parceiro, e é parceiro. Difícil de sair se não for com ele: “Tu vai, eu vou”. É assim, a gente vive bem aqui. É sempre... é muito legal, assim é minha convivência com meus filhos no trabalho. (DSC da IC B, pergunta 14 – seção 4. Participantes E4, E7, E9, E11).

Nesse sentido, houve exceção para duas participantes em resposta à pergunta 14, que afirmaram ter havido mudança no sentido dos relacionamentos (ICC): “*Houve, melhorou*”. (DSC da IC C, pergunta 14 – seção 4. Participantes E2, E10). A partir da Ideia Central de que houve mudança nas relações familiares, as justificativas apresentadas nas respostas das participantes E2 e E10 foram desmembradas em outras duas Ideias Centrais (D e E), por que subsidiam análises diferentes.

Desse modo, a Ideia Central ‘sim, o casal passou a trabalhar junto (D)’ indica uma mudança nos relacionamentos, que seria resultado das melhores condições de trabalho na Casa de Farinha, possibilitadas pelo recurso do Fomento Mulher:

Se houve alguma mudança? Acho que a mudança que teve é que nós trabalhamos juntos, né. Antes, a gente, ele trabalhava separado, porque ele tinha que fazer roçado pros outros, assim... pra capinar pros outros, pra poder ir para frente, né. Depois que a gente viemo, fizemo mudança porque nós trabalhamos juntos, né, para conseguir esse objetivo pra nossa produção. (DSC da IC D, pergunta 14 – seção 4. Participante E2).

Já a Ideia Central ‘sim, a mulher se tornou mais participativa (E)’ representa no discurso o ganho direto da mulher ter se tornado mais ativa, mais segura nas reuniões

e ações comunitárias, resultando, talvez, no benefício indireto de uma mudança positiva nos relacionamentos familiares. Este último resultado apresenta também um retorno positivo, novamente, nas dimensões: *Subjetiva* e *Social*, descritas na avaliação da Extensão Rural, de acordo com o construto de Melo e Pinheiro (2017).

Por que antes eu não participava... negócio de associação, não participava de reunião, não dava valor, eu ia mesmo pra olhar, aí eu depois eu participando das reuniões, eu entendi que através de reunião, de associação, que a gente consegue as coisas. Aqui para nós no interior que mora, é mais através disso que a gente consegue as coisas (DSC da IC E, pergunta 14 – seção 4. Participante E10).

Os resultados para a pergunta 14 poderiam ter sido diferentes se tivesse havido uma mudança consistente na continuidade do incremento da renda, de modo que a mulher tivesse conquistado mais autonomia quanto a trabalho e renda, a partir da sua participação nos projetos produtivos. De acordo com o trabalho de Mello e Schmink (2017), quando a mulher passa a contribuir para a composição da renda familiar de maneira ativa, ela ganha mais voz e poder de decisão na casa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs à análise das contribuições do crédito Fomento Mulher para a Qualidade de Vida e Empoderamento de beneficiárias (a partir de sua perspectiva), na comunidade Surucúá, localizada na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

Entre as motivações, esteve a finalidade de contribuir para a fase de avaliação final prevista no Edital de Chamada Pública N° 01/2013, não realizada, mas que contratou prestadoras de ATER para a RESEX Tapajós-Arapiuns, no período estudado. O Edital previa avaliar a efetividade da prestação de serviços, a partir de possíveis melhorias em índices de Qualidade de Vida e renda, que tivessem sido proporcionados pela implementação dos projetos produtivos.

Como hipótese lançou-se que teria havido significância de contribuição do crédito agrário Fomento Mulher para a Qualidade de Vida das beneficiárias, da Comunidade Surucúá (Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns).

Alcançou-se, neste trabalho, a perspectiva esperada que as percepções subjetivas das beneficiárias do Fomento Mulher quanto à satisfação com o atendimento de suas necessidades pudessem indicar se houve e qual a contribuição desse crédito para sua Qualidade de Vida.

Os principais domínios da vida que explicam o Conceito de Qualidade de Vida, segundo as participantes foram: *Subsistência* (representada por saúde, trabalho, renda, tranquilidade, e acesso a conforto nas condições ambientais de ar puro e clima); *Laços de afeto*; *Segurança*; *Bem-Estar emocional*; *Liberdade* (no sentido de mobilidade e também de ‘poder viver a própria vida’); *Identidade* (no sentido de pertencimento ao lugar); *Lazer e Conhecimento* (representado por ‘acesso à educação’).

Elas indicaram uma prevalência dos construtos ‘Trabalho e Renda’, ‘Saúde’ e ‘Infraestrutura’, como os aspectos em que ainda subsistem grandes carências, impactando negativamente sua Qualidade de Vida e sobre os quais demandam Políticas Públicas que oportunizem atendimento destas necessidades.

Do ponto de vista técnico, considerando que o Fomento Mulher tem sido utilizado pelo INCRA como indicador para alcance do objetivo estratégico de promoção de autonomia das mulheres rurais, essa modalidade de crédito representa uma Política Pública com potencial para atuar sobre a demanda do empoderamento feminino, nos

aspectos de criação de oportunidade, participação e protagonismo econômicos, observando as necessidades apresentadas pelas entrevistadas de melhoria da ‘produção, trabalho e renda’.

A contribuição objetiva mais duradoura do Fomento Mulher à vida das beneficiárias esteve vinculada ao alcance de melhores condições de trabalho, mencionado por aquelas que promoveram projetos de construção de Casas de Farinha, com a satisfação de que, para elas, sim, o Fomento Mulher trouxe mudanças positivas.

Para esse tipo de projeto, portanto, o Crédito Instalação cumpriu a função de colaborar com início de atividades produtivas (para mulheres, que não tinham um local próprio para desenvolver a atividade), bem como, com a aquisição de bens duráveis, na expectativa de que a consequência fosse contribuição para melhoria da Qualidade de Vida das famílias, de acordo com o Relatório de Gestão do INCRA, de 2016.

Para as mulheres que escolheram trabalhar com criação de galinhas, notou-se maior insatisfação. Houve um período em que as galinhas foram acometidas de uma doença, que levou a óbito um número significativo de aves. Não sobrou dinheiro para reinvestir e as mulheres perderam os insumos para produção, além disso, algumas destacaram que não tinham espaço nos seus quintais para acomodar esse projeto, o que levou a questionar se a oferta desse formato foi adaptada não só às condições físicas do lugar, mas também às condições de trabalho destas mulheres.

Para as mulheres que optaram por trabalhar com horta, considerou-se que a amostra foi insuficiente para analisar as contribuições do Fomento Mulher. Isso por que, das duas participantes que escolheram trabalhar com horta, uma delas não executou o projeto e a outra participante lidou com problemas de saúde ao longo da execução que lhe fizeram se afastar dos cuidados com o projeto, perdendo toda sua produção, ainda que, sua percepção tenha sido positiva em relação à participação nas oficinas, e também quanto ao incremento na renda, obtido no curto prazo em que pôde trabalhar na horta.

Os principais problemas identificados, pela pesquisa, para obtenção de um resultado mais positivo nos projetos de criação de galinha foram: falta de conhecimento técnico das participantes sobre o manejo da atividade; ausência de ATER na implementação dos projetos, e mesmo inexistência de histórico de prestação de serviços de ATER, ou de capacitação produtiva para as beneficiárias, antes do Programa Fomento Mulher; limitações de obter conhecimento técnico por meio de outras fontes.

Por fim, o fato de estarem sozinhas, questionando o potencial de sucesso para promoção de projetos produtivos rurais individuais x coletivos, sobretudo para

mulheres. Se lhes tivesse sido permitido/fomentado trabalhar em conjunto, poderiam vencer as imposições da tripla jornada de trabalho da mulher, criar rotinas compartilhadas para favorecer o cuidado com o negócio, fomentar uma linha de produção, etc.

Além dessa análise objetiva sobre as contribuições do Fomento Mulher, foi considerado que a participação dessas mulheres em ações de Extensão Rural permitiu a elas alcançar outros retornos, não ligados necessariamente à produção e renda, mas ao conceito multidimensional de análise de eficácia. Desse modo, considerando as percepções subjetivas das participantes, na avaliação do programa Fomento Mulher em Surucuá, houve uma avaliação positiva do Fomento Mulher, na percepção delas.

Identificou-se que a despeito da ausência de acompanhamento técnico na fase de execução, a maior parte das mulheres decidiu aplicar o recurso do Fomento Mulher, em sua totalidade, nos projetos, o que traduz o interesse das beneficiárias em que os projetos lograssem sucesso. Não ter recebido suporte da ATER na fase de execução dos projetos influenciou negativamente no êxito de sua execução quanto ao incremento contínuo da renda, em médio e longo prazo.

Quanto ao aspecto da participação da mulher, foi observada a possibilidade de construção de um indicador positivo para o Empoderamento, uma vez que os resultados indicam que existiu um engajamento das beneficiárias nas etapas de projeto do Fomento Mulher, somando-se isso às suas experiências prévias em grupos na comunidade. Esses fatores produzem e promovem Capital Social, que é um indicador para Empoderamento.

As mulheres também se sentem à vontade para expressar suas opiniões em casa, mas metade das entrevistadas declarou que não está confortável em opinar em grupos, diante da comunidade; também foi observada ausência de participação política e influência de governança, nos processos de decisão dentro destes grupos. Logo, esses fatores indicam a necessidade de consolidação do Capital Social, configurando-se em oportunidades para fomentar o fortalecimento destas mulheres, principalmente no sentido de ter controle sobre suas próprias vidas.

A experiência das participantes em atividades e grupos comunitários, bem como a sugestão que as mulheres apresentaram por oferta de mais cursos, como a capacitação que houve para o trabalho na agroindústria, e de “*ter assim um trabalho pra elas*” também indicam, em sua percepção, que micro empreendimentos coletivos

gerenciados por mulheres possuem grande potencial para fomentar o Empoderamento e autonomia econômica delas.

O fato de reconhecer que as mulheres tiveram voz ativa nos processos de escolha de seus projetos, não significa que este protagonismo persistiu ao longo da execução. Para as mulheres que trabalharam com Casa de Farinha não se observou uma mudança na postura da mulher em valorizar seu esforço produtivo. Embora o Fomento Mulher tenha contribuído diretamente para melhorar as condições destas trabalhadoras, o estímulo não foi suficiente para conferir visibilidade de seu trabalho, ou reconhecimento de seu esforço produtivo, dado que o incremento na renda não se manteve, limitando os efeitos sociais observáveis, possibilitados por uma melhora significativa da renda.

Para análise da variável “Empoderamento” foi realizada do ponto de vista transversal, buscando indicativos sobre a participação da mulher nas tomadas de decisão dentro da Extensão Rural do Fomento Mulher, também analisando sua participação em comunidade.

O não acompanhamento da ATER ao longo de todo contrato limitou a análise sobre a inclusão da perspectiva de gênero, de modo transversal, na implementação da Assistência Técnica e Extensão Rural, sob as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, sugerindo-se como novo caminho de pesquisa: comparar os resultados desta pesquisa a estudos/regiões onde a ATER desempenhou os contratos até o final, no âmbito do Fomento Mulher.

Quanto ao Crédito Rural vinculado à Reforma Agrária, especialmente em UCs, por meio deste estudo, foi evidenciado que certificar a efetividade do Programa Fomento Mulher, pautado apenas no quantitativo de beneficiárias alcançadas não é o bastante. Nota-se um caminho para pesquisas que se debrucem sobre outras formas de avaliar a efetividade deste crédito propondo novas estratégias para que, de fato, essa Política Pública contribua para construção de autonomia das mulheres agricultoras familiares, sobretudo as mais pobres, e de regiões mais marginalizadas do país.

A ausência de ATER contribuiu para gerar insucessos entre as iniciativas produtivas, quanto ao quesito de aumento de produção, mas também de continuidade da renda. Os projetos mais bem sucedidos quanto a retorno prático ainda invisibilizam o papel da mulher, por isso, é lançado como hipótese e caminho para novas pesquisas: investigar os potenciais de micro empreendimentos coletivos para o Empoderamento e Qualidade de Vida das mulheres rurais e das florestas.

Da perspectiva das mulheres entrevistadas, o Fomento Mulher trouxe contribuições para suas vidas. Participantes relataram a tristeza quanto ao PSA não ter retornado, bem como o desejo de que viessem novamente e que houvesse mais recurso para dar continuidade aos projetos. No entanto, não houve indicativo de um consenso representativo da maioria delas quanto à sua percepção de avaliação do programa de crédito.

Apesar disso, entre as necessidades que as participantes apontaram como aspectos mais relevantes para melhorar sua Qualidade de Vida estão ‘Trabalho e Renda’, que são pontos em que o Fomento Mulher poderia contribuir. Portanto, utilizando essa necessidade como ponto de partida para avaliação do Programa, somado à premissa dos dados técnicos do relatório do INCRA de 2018, que indica o acesso a esse crédito como indicador para alcance do objetivo de promover autonomia das mulheres (produção e participação social), conclui-se que o Programa Fomento Mulher realizado na Comunidade Surucuá, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, trouxe contribuições às participantes, mas falhou em seu objetivo maior, em gerar aumento continuado da renda e construir um caminho para a autonomia das participantes.

Por fim, é válido destacar que o fato dessa avaliação sobre o Programa Fomento Mulher na comunidade Surucuá indicar uma falha no alcance de seu objetivo maior, não deve levar os gestores públicos a pensar na descontinuidade do Programa, nem antever as prestadoras de assistência técnica, ou as próprias beneficiárias como responsáveis principais.

O insucesso deve ser questionado a partir do Exossistema, no ambiente de Gestão Estratégica das Políticas Públicas (no Executivo Federal) que conduziu à morosidade na liberação dos recursos às beneficiárias, e posteriormente, ao corte orçamentário do Governo Federal para recursos do PNRA, o que ocasionou a interrupção dos contratos de ATER antes do prazo previsto. Isso também traduz uma vulnerabilidade em alcançar resultados efetivos, em função de vontade política.

Algumas limitações desta pesquisa

1) As dificuldades logísticas, de tempo, de recursos humanos e grandes distâncias constituíram limitações para que contemplar uma maior amostragem de beneficiárias do Fomento Mulher na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

2) Não ter tido acesso a documentos e registros das etapas de ATER realizadas na RESEX, ou na Comunidade Surucuá, adiaram uma análise mais acurada sobre a inclusão da perspectiva de gênero e Empoderamento no processo de ATER.

Caminhos para próximas pesquisas

1) Comparar os resultados desta pesquisa a estudos/regiões onde a ATER desempenhou os contratos até o final, no âmbito do Fomento Mulher

2) Ampliar pesquisas para as demais beneficiárias do Fomento Mulher na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a fim de ampliar as análises e avaliações do Programa para o público alvo de Unidades de Conservação.

3) Pesquisas que contribuam para a construção de parâmetros e indicadores sobre Qualidade de Vida para populações tradicionais e/ ou de comunidades rurais florestais em áreas protegidas.

4) Promover pesquisas que contribuam com as Políticas Públicas, no sentido de construir metodologias de avaliação sobre autonomia econômica de mulheres e empoderamento feminino, considerando perspectivas qualitativas também.

4) Ampliar estudos sobre iniciativas de empreendimentos coletivos administrados por/para mulheres, quanto ao seu potencial para gerar autonomia econômica e Empoderamento.

5) Promover pesquisas que contemplem perspectivas sobre a efetividade da Assistência Técnica e Extensão Rural, considerados seus desafios, do ponto de vista da prestadora de Assistência Técnica, quanto ao alcance da autonomia econômica para mulheres, possibilitando análise cruzada de dados, em relação à perspectiva das beneficiárias.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, S.; THOMPSON, S.; MARKS, N. Estimating worldwide life satisfaction. **Ecological Economics**, v. 65, p. 35-47, 2008.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, M. W. B.; PANTOJA, M. C. Justiça local nas reservas extrativistas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1 e 2, p.27-41, 2005.
- AMARAL, W. R. S. **Do jirau ao geral:mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 2007.
- ANOKO, J. N. **Gender and equity in the Protected Areas of West Africa**. FIBA/UICN, 2008.
- ARAÚJO, M. P. S. N.; GLINFSKOITHÉ, A. P.; SANTOS, E. S. B. PRONAF Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. *In*: Congresso em Desenvolvimento Social – Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Anais...**2016.
- AZEVEDO, V. M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir de do Programa de Aquisição de alimentos: o caso de Barbacena, MG**. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012.
- BARBOSA, T. L. **O processo de empoderamento da mulher rural e Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE): o caso de Viçosa, MG**. 2017. 68 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.
- BARCACCIA, B.; ESPOSITO, G.; MATARESE, M.; BERTOLASO, M. Defining Quality of Life: A Wild-Goose Chase? **Europe's Journal of Psychology**, v. 9, n. 1, p. 185-203, 2013.
- BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. *In*: CUNHA, J. M. P. (org.).**Novas metrópoles paulistas**.População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp/Nepo, 2006.
- BLOOM, D. E.; CRAIG, P. H.; MALANEY, P. N. **The Quality of Life in Rural Asia**. Hong Kong: Oxford University Press (China Ltd.), 2001.
- BOSE, P.; LARSON. A. M.; LASTARRIA-CORNHIEL, S.; RADEL, C. SCHMINK, M. SCHMOOK, B.; VÁSQUEZ-GARCÍA, V. Women's rights to land and communal forest tenure: A way forward for research and policy agenda in Latin America. **Women's Studies International Forum**, n. 65, p. 53-59, 2017.

BRAMSTON, P.; PRETTY, G.; CHIPUER, H. Unraveling subjective Quality of Life: an investigation of individual and community determinants. **Social Indicators Research**, n. 59, p. 261–274, 2002.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural** (II PNRA). Ministério de desenvolvimento agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária, Brasília: INCRA, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Decreto s/n de 6 de novembro de 1998**. Cria a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, nos Municípios de Santarém e Aveiro, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014**. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 9.066 de 31 de maio de 2017**. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária (revogado pelo Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018). Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018**. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER [...]. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.846, 18 de junho de 2019.** Conversão da Medida Provisória nº 871, de 2019, institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade [...]. Brasília: Presidência da República, 2019.

BROFFENBRENNER, U. Ecological Models of Human development. **International Encyclopedia of Education**, v. 3, 1994.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; LEITÃO, J. Como Vive o Idoso Brasileiro? *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-72.

CAMFIELD, L.; CRIVELLO, G.; WOODHEAD, M. Wellbeing Research in Developing Countries: Reviewing the Role of Qualitative Methods. **Social Indicators Research**, v. 90, p. 5-31, 2009.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; RODGERS, W. **The Quality of American Life: Perceptions, Evaluations, and Satisfactions.** New York: Russel Sage Foundation, 1976.

CARDOSO, C. A. S. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima.** 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - CEAPS. **Almanaque da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns: prazer em conhecer.** Pena, f.; Henriques, G. (org.). CEAPS - Projeto Saúde e alegria, Santarém, 2015.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 515–524, 2003.

CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA FLORESTAL - CIFOR. **Towards Wellbeing in Forest Communities: a source book for local governments.** Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research, 2007.

CHAVES, M. S. **Plantas alimentícias não convencionais em comunidades ribeirinhas na Amazônia.** 2016. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecologia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

COLLING, A.; TEDESCHI, L. (org.). **Dicionário Crítico de Gênero.** 2º ed. Dourados-MS: Ed. Universidade Federal da Grandes Dourados, 2019.

COSTANZA *et al.* Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. **Ecologic Economics**, 61. p. 267-276, 2007.

COSTANZA *et al.* An integrative approach to quality of life measurement, research, and policy. **Surveys and Perspectives Integrating Environment and Society**, Institut Veolia, v.1, n 1, 2008.

CRUZ, N., B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, 2020.

CUMMINS, R. A. **The Comprehensive Quality of Life Scale**. Adult, 5th ed. Melbourne: Deakin University, 1997.

DEERÉ, C. D.; LEÓN, M. Reformas agrarias con exclusión de género. *In*: DEERE, C. D.; LEÓN, M. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo, 2002.

DEERÉ, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira. 12(1): 360, janeiro-abril/2004. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Brasil, 2004.

DELELIS, C. J; REHDER, T; CARDOSO, T. M. **Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

DELGADO, F. C. Transformaciones del mundo rural y políticas agrárias. **Revista de Estudios Agrosociales**, Madri, n. 162, p.11-35, 1992.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: A experiência recente da universalização. *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293-320.

DIEGUES, A. C. ARRUDA, R. S. V.; DA SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA, NUPAUB/USP, 2000.

DIENER, E. Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. **American Psychologist**, n. 55, p. 34–43, 2000.

DIENER, E. **Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being**. *Applied Research in Quality of Life*, p.151–157, 2006.

DIENER, E.; LUCAS, R. E.; SCHIMMACK, U.; HELLIWELL, J. F. **Well-Being for Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

DIENER, E.; SUH, E. M. National differences in subjective well-being. *In*: KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. (org.). **Well-being: The foundations of hedonic psychology**. Russell Sage Foundation, 1999.p. 434–450.

EFKLIDES, A.; MORAITOU, D. Introduction: Looking at Quality of Life and Well-Being from a Positive Psychology Perspective. *In*: EFKLIDES, A.; MORAITOU, D.

(org.). **A Positive Psychology Perspective on Quality of Life**. Amsterdam: Springer, 2013. p. 10- 23.

FLORIANO, C. O. Identificação da Qualidade de Vida no meio rural no município de Major Vieira. **Ágora: Revista De Divulgação Científica**, v. 1, n. 16, p. 99-107. 2009.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Celta: Oeiras, 1996.

GIACOMONI, C. H. Bem-Estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Sociedade Brasileira de Psicologia**, v. 12, n. 1. p. 43-50, 2004.

GIATTI, L. L.; CUTOLO, S. A. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XV, n. 1 p. 93-109, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, I.; FERREIRA, A. C.; SILVEIRA, A. C. C.; RESENDE, F. C. Comunidades Rurais (mas nem tanto): proposta de definição de critérios para diferenciação rural-urbana. **Revista Geografias**, v. 1, n. 21, p. 122-137, 2016.

GULLONE, E.; CUMMINS, R. A. The Comprehensive Quality of Life Scale: A Psychometric Evaluation with an Adolescent Sample. **Behaviour Change**, v. 16, n. 2, p. 127-139, 1999.

HARRIS, J. Development Theory. *In*: CURRIE-ALDER, B.; MALONE, D. M.; R.; MEDHORA, R. (org.). **International Development: Ideas, Experience and Prospects**. Oxford: Oxford Scholarship Online, cap. 2, 2014.

HENDERSON, H. **A Systems Approach: Calvert-Henderson Quality of Life Indicators**, 2002. Disponível em: <https://hazelhenderson.com/2002/01/06/a-systems-approach-calvert-henderson-quality-of-life-indicators/>. Acesso em: 28/10/2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Manual de procedimentos para implantação do crédito instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, MMA, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Plano de Manejo** – Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Volume 1– Diagnóstico, Brasília: MMA, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Instrução Normativa nº 50 de 22 de dezembro de 2008**. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. Brasília: INCRA, 2008a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Norma de Execução INCRA/DD nº 79 de 26 de dezembro de 2008**. Estabelece fluxo

operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Brasília: INCRA, 2008b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Instrução Normativa nº 68 de 16 de agosto de 2011.** Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. Brasília: INCRA, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Relatório de Gestão – SR30 – Oeste do Pará 2016.** Brasília: INCRA, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Fomento Mulher e quintais produtivos: uma estratégia de construção de autonomia das mulheres rurais.** Cartilha. 2016. Disponível em: www.incra.gov.br/sites/default/files/cartilha_fomento_mulher. Acesso em: 13/11/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Norma de Execução INCRA nº119, de 02 de março de 2018.** Brasília: INCRA, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Relatório de Gestão 2018.** Brasília: INCRA, 2019.

KINUPP, V.F. **Plantas Alimentícias não convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS.** 2007. 562f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2007

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa.** 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, p. 13-57, 2005.

LIMA, P. G. C.; SILVA, R. O.; COELHO-FERREIRA, M. R.; PEREIRA, J. L. G. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihotesculenta* Crantz, *Euphorbiaceae*). **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi.** Belém, PA, v. 8, n. 2, p. 419-433, 2013.

LIMA, D; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados.** n. 19. São Paulo, 2005.

LIRA, T. M; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações,** v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

LOMBARDINI, S.; BOWMAN, K.; GARWOOD, R. A 'How to' guide to measuring women's empowerment: **Sharing experience from Oxfam's impact evaluations.** London: Oxfam GB, 2017.

LOPEZ-CLAROS, A.; ZAHIDI, S. **Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero**. Tradução José Humberto Fagundes. World Economic Forum, Geneva, 2005.

MALHOTRA, A. Conceptualizing and measuring Women's Empowerment as a variable in international development. In: **Workshop on Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspectives**, Washington, DC, 2003.

MAX-NEEF, M. Development and human needs. In: EKINS, P.; MAX-NEEF, M. (org.). **Real-Life Economics: understanding wealth creation**. London: Routledge, 1992. p. 197-213.

MELLO, D.; SCHMINK, M. Amazon entrepreneurs: Women's economic empowerment and the potential for more sustainable land use practices. **Women's Studies International Forum**. Elsevier, v. 65, p. 28-36, 2017.

MELO, A. M.; PINHEIRO, D. C., Uma discussão da eficiência na literatura da Extensão Rural: Limites e proposições conceituais. **Extensão Rural**, v.24, n.3, 2017.

MICHALOS, A. C.; ZUMBO, B. D.; HUBLEY, A. M. Health and the Quality of Life. **Social Indicators Research Series**, v.51,p. 245-286, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Chamada Pública nº 01/2013** - para seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Projetos de Assentamento Agroextrativistas em situação de extrema pobreza. Plano Brasil em miséria. Brasília: INCRA, 2013.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS; P. M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**. n. 5. p. 7-18, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Guia para gestores: Conselho Gestores de Unidades de Conservação Federais**. Brasília, 2014.

MOLINA, C. B.; LEITE, A. Z. **Análise da implementação de crédito instalação na modalidade fomento mulher no período 2014-2017**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330385893_ANALISE_DA_IMPLMENTACAO_DE_CREDITO_INSTALACAO_NA_MODALIDADE_FOMENTO_MULHER_NO_PERIODO_2014-2017. Acesso em: 20/07/2020.

MORAIS, C. BORBA, A.; KOLLER, S. O uso do diário de campo no processo de inserção ecológica. In: KOLLER, S. H; PALUDO, S. S.; MORAIS, N. A. **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

NARAYAN, D (Ed). **Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook**. Washington, DC: The World Bank, p. 1-404, 2002.

PASQUALI, L. Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. *In*: PASQUALI, L. (org.). **Instrumentos psicológicos; manual prático de elaboração**. São Paulo: 1999. p. 37-60.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 891-924.

PRATI, L. E. COUTO, M. C. P.; MOURA, A.; POLETTO, M. KOLLER, S. K. Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1. p. 160-169, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD - OMS. **Promoción de la salud: glosario**. Ginebra: OMS, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES - ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Pacto Global, Rede Brasil, 2017.

QURNIATI, R.; DARMAWAN, A.; UTAMA, R. B.; INOUE, M. Poverty Distribution of Different Types of Forest-Related Communities: Case study in Wan Abdul Rachman Forest Park and mangrove forest in Sidodadi Village, Lampung Province, Indonesia. **Journal Biodiversitas**, v. 11, n. 20, p. 3153-3163, 2019.

ROCHA JUNIOR, A.; SILVA, R. O.; PETERIE NETO, W.; RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 1-1, 2020.

ROSAS-BAÑOS, M.; LARA-RODRIGUEZ, R. Desarrollo endógeno local sustentable y propiedad común: San Pedro El Alto, México. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 71, p. 58-80, 2013.

SCHMINK, M.; GOMÉZ-GARCÍA, M. A. **Embaixo do dossel: Gênero e florestas na Amazônia**. Documento Ocasional n. 152. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável – PCT IICA/MDA – NEAD. 2011.

SILVA, H. P. A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2006.

- SILVA, S. *et al.* Análise do funcionamento familiar de ribeirinhos amazônicos: a inserção ecológica, observações naturalísticas e uso de situações estruturadas. *In:* KOLLER, S. H.; PALUDO, S. S.; MORAIS, N. A. (org.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, cap. 11, 2016.
- SIRGY, M. J.; GAO, T.; YOUNG, R. How does residents' satisfaction with community services influence quality of life outcomes? **Applied Research Quality of Life**, v. 3, n. 2, p. 81–105, 2008.
- SOUSA, G. M. B.; ALMEIDA, M. G. A. A.; LEITÃO, M. R. F. A. Gênero e acesso ao crédito rural na Associação Municipal Mulher Flor do Campo em Pernambuco. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez. 2017.
- SOUSA, W. L. de. **Mulheres que pescam ou cultivam à margem do Lago do Maicá, Santarém, Pará: aspectos socioeconômicos, ambientais e de qualidade de vida**. 2018. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.
- STADLER, H. **Relações Sociais de Gênero e Violência no Campo e na Agricultura Familiar**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, Santa Catarina, 2008.
- TONON, G. **Young People's Quality of Life and Construction of Citizenship**. Switzerland: Springer International Publishing, 2012.
- TONON, G. Rethinking Community Quality of Life in Latin American Countries. *In:* TONON, G. (org.). **Community quality of life and well-being: Quality of Life in Communities of Latin Countries**. Springer International Publishing, 2017.
- TOURNEAU, F. M. L.; KOHLER, F. Meu coração não mudou: Desenvolvimento Sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2. p. 179 -199, 2011.
- VASCONCELOS, M. C.; VIEIRA, T. A.; CORRÊA, K. C. Qualidade de vida de moradores de uma comunidade rural de várzea em Santarém, Pará. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 1, p.148-156, 2017.
- VASCONCELLOS, A. M. A.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Os significados de comunidade rural segundo a natureza dos modos de vida das comunidades na Amazônia Brasileira. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 18, n. 2, p. 21-30, 2017.
- VASQUEZ, A N. El camino hacia el empoderamiento político de las mujeres. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p.681-702, 2010.
- VECCINA, C. C. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: uma análise para além do aparente. *In:* Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21. **Anais**. Uberlândia-MG, 2012.

VEMURI, A. W.; COSTANZA, R. The role of human, social, built, and natural capital in explaining life satisfaction at the country level: Toward a National Well-Being Index (NWI). **Ecological Economics**. v. 58, p. 119-133, 2006.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S.; MOESTO, R. S.; SANTOS, M. M. Gênero e sistemas agroflorestais: o caso de Igarapé-açu, Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, n. 50, p. 143-154, 2008.

VITTERSO, J.; ROYSAMBU, E.; DIENER, E. The concept of life satisfaction across cultures: exploring its diverse meaning and relation to economic wealth. *In*: GULLONE, E.; CUMMINS, R. (org.). **The Universality of Personal Well-being Indicators**. Netherlands: Kluwer, 2002. p. 81–103.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí, RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá! Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa científica. Prestarei os esclarecimentos necessários e, caso aceite, peço que assine ao final deste documento e rubriche as demais páginas que está em duas vias (uma delas é sua e outra para o pesquisador responsável). Caso não queira participar, você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa para a qual você está sendo convidado (a) a participar se chama “Fomento Mulher: uma avaliação sobre Desenvolvimento e Qualidade de Vida para mulheres e suas famílias, na RESEX Tapajós Arapiuns”. O objetivo deste estudo é saber se as mulheres que receberam o crédito Fomento Mulher na Comunidade Surucuá tiveram contribuições para sua Qualidade de Vida e Empoderamento. Nossa intenção com esta pesquisa é contribuir para avaliação desta política pública e ouvir das mulheres e comunitários de Surucuá sobre como avaliam suas vidas. Avaliações de Políticas Públicas permitem que a sociedade dê devolutivas ao Estado, provendo informações para gerar melhorias.

Caso aceite participar desta pesquisa, você será convidado(a) a participar de uma ou de todas as etapas abaixo. A sua participação nas etapas é independente, ou seja, a qualquer momento, durante o andamento das etapas, você pode desistir de participar.

As mulheres que foram beneficiadas com o crédito Fomento Mulher serão convidadas a participar de entrevistas individuais, com perguntas abertas, para responderem livremente sobre suas opiniões a respeito de Qualidade de Vida, Empoderamento e também sobre o crédito. Nesta etapa, o entrevistador perguntará se as respostas podem ser gravadas.

Trata-se de uma pesquisa social, portanto os riscos que envolvem esta pesquisa estão relacionados a:

- a) A possibilidade de divulgação dos seus resultados ao INCRA, como órgão que executa a política pública, e, portanto, interessado.

b) A possibilidade dos(as) participantes sentirem algum constrangimento em falar, ou sentirem que sua privacidade pode estar sendo invadida.

Para minimizar este risco:

c) Não serão coletadas informações sobre a conclusão dos projetos produtivos, nem serão coletadas informações sobre qual beneficiária pagou ou não o recurso devido, no prazo.

d) Não serão divulgados nomes dos(as) participantes.

e) Os(as) participantes podem desistir de sua participação em qualquer uma das etapas.

Ainda assim, caso algum dano físico, moral ou psicológico lhe ocorra devido aos procedimentos desta pesquisa, os pesquisadores se responsabilizarão por toda a assistência que lhe seja necessária, pelo tempo que for preciso. E caso ache necessário você ainda terá direito a recorrer às indenizações legalmente estabelecidas.

Contudo, por sua participação neste estudo você terá o benefício de discutir necessidades e melhorias para sua comunidade, aprender novas ferramentas para tomadas de decisões locais, ser ouvido(a) sobre uma política pública que foi levada até a sua comunidade e contribuir para avaliação desta política pública.

Fique sabendo também que o seu anonimato será garantido durante e após esta pesquisa. Os resultados deste estudo ficarão de posse do pesquisador responsável que somente os utilizará para a divulgação em meios científicos. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, não aparecerá o seu nome. A comunidade Surucuí receberá de volta informações que forem relevantes para a vida pública, em comunidade, quando o trabalho for finalizado.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda de algum benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar a pesquisadora responsável por este estudo: Anne Gabriella S. dos S. Mota, vinculada a UFOPA, como estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida.

O comitê de ética é um grupo de pessoas comprometidas (das mais diversas áreas), que se reúnem, debatem e avaliam se projetos de pesquisa atendem aos

requisitos éticos necessários para serem desenvolvidos, buscando defender os interesses, a segurança e a dignidade dos participantes destas investigações científicas.

Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá qualquer custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias. Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TCLE e que isso está sendo feito em duas vias deste documento, sendo que uma delas ficará comigo.

Santarém, de 2020.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12.

Assinatura da Pesquisadora

Declaro que presenciei o processo de esclarecimento das informações sobre a pesquisa, assim como do consentimento deste participante para a sua participação nesta pesquisa (apenas caso haja).

Testemunha

Testemunha

APÊNDICE B - FOMENTO MULHER NA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS

Fomento Mulher na RESEX Tapajós Arapiuns, Brasil: Número de projetos e mulheres beneficiadas pelo crédito Fomento Mulher na RESEX Tapajós Arapiuns, elaborado pela pesquisadora, a partir de informações cedidas pelo INCRA SR30, em 2019.

Comunidade	Nº total de Projetos por Comunidade	ATER	Quant. por tipo de projeto na comunidade	Descrição do projeto	Filtro aplicado
Aminã	5	CEAPAC	3	Avicultura	
		CEAPAC	2	Meliponicultura	
Anã	2	CEAPAC	2	Piscicultura em tanque	
Aningalzinho	2	CEAPAC	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	Avicultura	
Arapiranga	5	CEAPAC	1	Avicultura e horticultura	
		CEAPAC	1	Avicultura e Meliponicultura	
		CEAPAC	1	Beneficiamento de frutas	
		CEAPAC	1	Horticultura e cultivo de mandioca	
		CEAPAC	1	plantio e beneficiamento de açaí	
Atrocal	2	CEAPAC	1	Horticultura	
		CEAPAC	1	Piscicultura em tanque	
Boim	1	IPAM	1	Construção de casa de farinha	
Braço grande	1	CEAPAC	1	Horticultura	
Cabeceira do Amorim	1	PSA	1	Avicultura	
Cametá	8	IPAM	4	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	3	Avicultura	
		IPAM	1	Construção de casa de farinha	
Escrivão	3	IPAM	2	Avicultura	
		IPAM	1	Construção de casa de farinha	
Jaca	1	IPAM	1	Avicultura	
Jatequara	2	IPAM	2	Construção de casa de farinha	
Jauarituba	2	IPAM	1	Avicultura	
		IPAM	1	Panificadora	2º filtro de exclusão
Mangal	1	PSA	1	Avicultura	
Mentai	5	EMATER-PA	3	Ateliê de costura	1º filtro de exclusão
		EMATER-PA	2	Construção de Casa de farinha	1º filtro de exclusão
Mirixituba	3	IPAM	1	Avicultura	
		IPAM	2	Construção de Casa de farinha	
Muratuba	7	IPAM	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	3	Avicultura	
		IPAM	2	Construção de Casa de farinha	
		IPAM	1	Movelaria	2º filtro de exclusão
Nova Sociedade	6	CEAPAC	2	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		CEAPAC	2	Avicultura	
		CEAPAC	2	Construção de Casa de farinha	
Nova Vista	9	CEAPAC	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	2	Avicultura	1º filtro de inclusão
		CEAPAC	1	Construção de casa de farinha	1º filtro de inclusão
		CEAPAC	5	Cultivo de Pimenta do	1º filtro de

				Reino	inclusão
Nuquini	5	IPAM	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	4	Avicultura	
Pajurá	1	PSA	1	Avicultura	
Parauá	5	PSA	1	Avicultura	
		PSA	1	Construção de Casa de farinha	
		PSA	3	Horticultura	
Paricatuba	8	IPAM	7	Avicultura	1º filtro de inclusão
		IPAM	1	Suinocultura	1º filtro de inclusão
Pascoal	1	EMATER-PA	1	Mercearia	1º filtro de exclusão
Pau da letra	1	IPAM	1	Avicultura	
Pinhel	3	IPAM	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	2	Avicultura	
Piquiá	2	CEAPAC	1	Avicultura e horticultura	
		CEAPAC	1	Cultivo de Pimenta do Reino	
Prainha do Maró	2	EMATER-PA	2	Avicultura	1º filtro de exclusão
Retiro	1	PSA	1	Construção de casa de farinha	
Rosário	1	IPAM	1	Construção de casa de farinha	
Samauma	2	IPAM	1	Avicultura	
		IPAM	1	Construção de casa de farinha	
São José I	1	CEAPAC	1	Avicultura	
São Miguel	4	CEAPAC	1	Avicultura	
		CEAPAC	2	Construção de Casa de farinha	
		CEAPAC	1	Horticultura	
São Pedro	8	CEAPAC	3	Avicultura	3º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	Avicultura e cultivo de mandioca	3º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	Construção de Casa de farinha	3º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	Cultivo de Pimenta do Reino	3º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	Furticultura	3º filtro de exclusão
		CEAPAC	1	plantio e beneficiamento de açaí	3º filtro de exclusão
São Sebastião	1	CEAPAC	1	Avicultura	
São Tomé	5	IPAM	1	Ateliê de costura	2º filtro de exclusão
		IPAM	3	Avicultura	
		IPAM	1	Construção de casa de farinha	
Suruacá	4	PSA	1	Avicultura	
		PSA	3	Suinocultura	
Surucúá	16	PSA	4	Avicultura	1º filtro de inclusão
		PSA	10	Construção de casa de farinha	1º filtro de inclusão
		PSA	2	Horticultura	1º filtro de inclusão
Tucumã	10	CEAPAC	2	Avicultura	1º filtro de inclusão
		CEAPAC	6	Construção de casa de farinha	1º filtro de inclusão
		CEAPAC	1	Cultivo de Urucum	1º filtro de inclusão
		CEAPAC	1	Suinocultura	1º filtro de inclusão
Tucumatuba	2	IPAM	2	Avicultura	
Uquena	5	PSA	3	Avicultura	
		PSA	1	Construção de casa de farinha	
		PSA	1	Suinocultura	

Vila do Amorim	8	PSA	7	Avicultura	1º filtro de inclusão
		PSA	1	Construção de casa de farinha	1º filtro de inclusão
Zaire	2	CEAPAC	2	Construção de casa de farinha	
TOTAL	164		164		

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro de entrevista: beneficiárias do Fomento Mulher em Surucú/RESEX Tapajós Arapiuns

SEÇÃO 1: Caracterização socioeconômica das entrevistadas e suas famílias

1. *Data de nascimento:* ___/___/___
2. *Estado Civil:* () Solteira () Casada () Separada () _____
3. *Nº de filhos:* () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6
4. *Idade e sexo dos filhos:*
5. *Onde a sra nasceu?* () Surucú () Comunidade _____ () _____
6. *Escolaridade (Até que etapa terminou seus estudos?)*
() Ens. Fundamental incompleto; () Ens. Fundamental completo;
() Ens. Médio incompleto; () Ens. Médio completo; () Ens. Superior;
7. *Qual é sua principal atividade (Qual seu trabalho principal)?*
() Aposentada; () Cuidar da casa; () Cuidar dos filhos; () Extrativista; () Lavradora; () Roça; () Trabalhadora rural; () _____
8. *E a do seu marido?*
() Aposentado; () Cuidar da casa; () Cuidar dos filhos; () Extrativista; () Lavrador; () Pescador; () Roça; () Trabalhador rural; () _____
9. *Vocês consomem produtos da floresta? Quais?*
10. *Você (mulher) planta alguma coisa no quintal? O que?*
11. *Além disso, vocês cultivam alguma coisa? O que? Onde?*
12. *Como é a sua participação no cultivo/no roçado? De quais etapas participa?*
13. *Vocês trabalham juntos em todas as etapas?*
14. *Qual o principal produto que a família trabalha?*
15. *Você participa das decisões sobre aquilo que vocês produzem aqui? (Por ex: qual o preço do produto, o que vai plantar na próxima safra, por quanto vocês vão vender, quanto é pro consumo?)*
16. *Quanto é a Renda da família por mês?*
17. *E sobre o que fazer com a renda que entra, a sra participa dessas decisões? Como? Ou Como vocês decidem o que fazer com a renda que entra?*
18. *Vocês recebem algum benefício do governo que complementa a renda da família?*
() Bolsa família; () Bolsa verde; () outro: _____

SEÇÃO 2: Qualidade de Vida

1. De modo geral, o que uma pessoa precisa para ter *Qualidade de Vida*?
 - 1.1. A senhora gosta de morar mais aqui no Surucuá ou em Santarém, por quê?
2. Como você percebe sua *Qualidade de Vida*?
3. O que precisa melhorar na sua comunidade para você ter mais qualidade de vida?
4. E na sua vida, precisa melhorar alguma coisa para você ter mais *Qualidade de Vida*? O que?

SEÇÃO 3: Vida em Comunidade

1. Você participa ou já participou de alguma ação comunitária? Qual?
2. Você participa ou já participou de algum grupo ou associação na sua comunidade?

() Sindicato de _____; () Associação – Qual? _____

() Igreja _____; () Agroindústria; () Outra _____
3. Você acredita que é importante participar destes grupos? Por que?
4. Você se sente à vontade para expressar suas opiniões na Comunidade? Pode me explicar?
5. E na sua família, você expressas suas opiniões? Pode me explicar?

SEÇÃO 4: Fomento Mulher

1. Qual era o seu projeto?

() Construção de casa de farinha; () Horta; () Criação de galinha; () Criação de porco;

() Produção de mel /abelhas; () outro: _____
2. Como foi sua participação para decidir qual projeto você iria implementar no Fomento Mulher?
 - 2.1. Quem escolheu este projeto?
3. Você lembra em que mês/ano você teve seu projeto cadastrado para receber o Fomento Mulher?
4. E em que mês/ano você foi contemplada com o crédito do Fomento Mulher?
5. Depois que você recebeu o recurso, o PSA ainda veio acompanhar o andamento do projeto?
6. Eles (PSA) acompanharam a execução do projeto até o final?
7. Depois que você recebeu o recurso, como foi para decidir como gastar o dinheiro do Fomento Mulher?
8. Quem decidiu como gastar o recurso do Fomento Mulher?
9. Como você avalia todo o processo do Fomento Mulher?
10. O que podia ter sido diferente para ter sido melhor, o processo de execução do recurso do Fomento Mulher?
11. O valor que você recebeu foi suficiente para executar o projeto? () Sim; () Não; Pq: _____
12. Após ter participado do Fomento Mulher, mudou alguma coisa na sua vida?

() Sim; Como? _____ () Não; Por que? _____
13. Houve mudança na renda da família após Fomento Mulher?

() Sim; você participa das decisões sobre essa renda a mais? _____ () Não; Por que?
14. Houve mudança nos relacionamentos dentro de casa, com seu esposo, seus filhos?

() Sim; Como? _____ () Não; _____

ANEXOS

ANEXO A – INCRA INFORMA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES DE ATER
AGOSTO DE 2016


Serviço Público Federal
Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Superintendência Regional de Santarém/SR-30
Avenida Presidente Vargas c/ Travessa Frei Ambrósio – Bairro Fátima – Santarém/PA – CEP 68.040-060
Telefone (93) 3523-1296 / e-mail: ates.sr30@stu.incra.gov.br

Ofício Circular INCRA/SR(30)/GAB/nº 21 /2016 Santarém/PA, 12 de agosto de 2016.

As prestadoras de ATER

Assunto: Notificação quanto a Paralisação das Atividades de Campo

Considerando o Memorando nº7/2015 – DD, de 07 de janeiro de 2015, que suspendeu o lançamento de novas chamadas públicas e novas contratações de serviço de ATER, por não haver garantia de orçamento;

Considerando o Memorando nº05/2016-P, de 23 de fevereiro de 2016, que ratifica a suspensão de novas chamadas e assinaturas de novos contratos, como também apresenta a necessidade de adequação física e orçamentária impostas pela Lei Orçamentária Anual – LOA 13.255/2016, assim como o Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro de 2016, que resultou em significativa redução de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, memorando esse que também DETERMINA que todas as Superintendências regionais apresentem redução de custos de 30%;

Considerando o memorando nº 078/INCRA(SR-30)D-/ATES/2015, de 16 de maio de 2015, onde o serviço de ATER da SR-30 solicitou descentralização de recurso para continuação de contratos de ATER no valor de 8.333.837,63 (Oito Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Oitocentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos, recurso este que a priori foi descentralizado e empenhado, porém em 04 de dezembro de 2015 por ordem do então Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento Sr. César Fernando Schiavon Aldrighui, esse recurso foi puxado pela sede do INCRA em Brasília com o compromisso de devolução a SR-30 até março de 2016, compromisso este que não foi cumprido.

Considerando o Memorando Circular nº 183/2016 – DD, de 14 de julho de 2016, onde a Diretoria de Desenvolvimento optou em recolher o orçamento não empenhado e orientou pela suspensão de contratação de novos lotes de ATER;

Considerando o Memorando Circular nº 230/2016, - DD, de 20 de julho de 2016, que trata da real situação da ATER desenvolvida nacionalmente pelo INCRA, ratifica o contingenciamento orçamentário ocorrido com a publicação dos Decretos 8.676 e 8.700, e expõe que do orçamento destinado pela LOA 2016 ao INCRA Nacional, mais de 95% já estão empenhados, portanto o que resta é insuficiente para o fechamento das ações neste exercício. **Não há, portanto, disponibilidade de orçamento para novas demandas, nem mesmo para os contratos em execução e que não disponham do orçamento total para continuidade.** Outro ponto tratado no mesmo e que impacta diretamente na execução dos serviços de ATER é o acórdão TCU 775/2016, que reduziu em 50%, em média, o número de famílias aptas a receberem o serviço, até a regularização dos apontamentos. Em face do exposto neste Memo, a Diretoria de Desenvolvimento determinou algumas medidas visando à adequação do programa de ATER ao panorama orçamentário e financeiro que vem se arrastando desde meados de 2015;

MFP



Serviço Público Federal
 Casa Civil da Presidência da República
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
 Superintendência Regional de Santarém/SR-30
 Avenida Presidente Vargas c/ Travessa Frei Ambrósio – Bairro Fátima – Santarém/PA – CEP 68.040-060
 Telefone (93) 3523-1296 / e-mail: ates.sr30@sta.incra.gov.br

Considerando o Memorando/DD/nº 234/2016/DD, de 21 de julho de 2016, que solicitou a presença dos servidores responsáveis pelo serviço de ATES de várias SR's do país, inclusive a SR – 30; a participar de uma reunião de 01 a 04 de agosto de 2016, com o objetivo tratar do planejamento e execução dos serviços de ATES para 2016, a partir da análise da situação orçamentária e financeira de cada contrato vigente.

Considerando a reunião ocorrida em Brasília, de 01 a 04 de agosto de 2016, na sede do INCRA com o Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, Sr. Ewerton Giovanni dos Santos, com a coordenadora do serviço de ATES/INCRA/SEDE, Sra. Carla de Araujo Ferreira os demais servidores da ATES sede e servidores das SR's convidadas. Reunião esta onde o Diretor de desenvolvimento foi claro em dizer que não existe possibilidade alguma de orçamento/empenho 2016, para os contratos que não tem empenho no valor total ou que o restante de empenho dê para realizar pagamentos até início de 2017. Portanto o mesmo determinou o cancelamento dos contratos que se encontram nesta situação.

Considerando o e-mail enviado no dia 03 de agosto de 2016, pelo coordenador do Serviço de ATES da SR – 30 Sr. Marcelo Fernandes, onde determina imediata paralisação das atividades de campo realizada pelas seguintes prestadoras: IPAM, CEAPAC, Projeto Saúde e Alegria e Hiléia;

Venho por meio deste, ratificar o e-mail do coordenador do Serviço de ATES da SR-30, onde o mesmo pede a imediata paralisação das atividades de campo, motivo ocasionado pela falta de orçamento, como também solicitar das prestadoras que estão nesta situação a inserirem no SIATER todas as atividades realizadas, para que o fiscal possa levantar o valor total devido em atividades executadas de acordo com o Edital, Projeto Básico, normas e acordos vigentes;

Para as atividades executadas aos beneficiários bloqueados pelo acórdão TCU 775/2016, tratar com o fiscal a melhor maneira de identificar o valor correspondente, para que o mesmo possa somar esse valor ao total devido; e na possibilidade de desbloqueio esses valores estejam previstos para emissão de nota fiscal;

No tocante a cancelamento de contrato, os servidores do serviço de ATES desta SR e chefe de divisão aguardam orientação da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos, uma vez que esta ação é determinação da sede, e na falta desta orientação, após o levantamento dos valores e outras ações pertinentes, os contratos serão enviados a Procuradoria Federal Especializada da SR-30 para que seja feita as análises necessárias e tomado os devidos encaminhamentos;

Por fim, outros assuntos relevantes a estes casos podem ser discutidos diretamente com o Serviço de ATES desta SR.

Santarém-PA, 12 de agosto de 2016

De Freitas
 12/08/2016
 09:09

MFP

ANEXO B – RESPOSTA DO INCRA AO OFÍCIO ENVIADO EM 2021

30/04/2021

SEI/INCRA - 8735645 - Ofício



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 Avenida Presidente Vargas, s/nº, - Bairro Fátima, Santarém/PA, CEP 68040-060
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 24283/2021/SR(30)STA-G/SR(30)STA/INCRA-INCRA

Santarém, 26 de abril de 2021.

Ao Senhor

Itamar Rodrigues Paulino

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Rua Vera Paz, S/nº, Bairro Salé - BMT 3º Andar - Sala 309

CEP: 68035-110 – Santarém/PA

Assunto: **Informações solicitadas através do Ofício 17/2021 PPGSAQ/CFI/UFOPA.***Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.031842/2021-75.

(OBS: Considerando o parecer do servidor Rubens Emanuel França, Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário).

Prezado Senhor,

Honrado em cumprimentá-lo, vimos através deste prestar as devidas informações solicitadas através do Ofício nº 17/2021 PPGSAQ/CFI/UFOPA, no qual é solicitado várias informações, que serão respondidas individualmente para facilitar a compreensão.

Quanto a questão nº 01) "**O Contrato CRT.ST.0000007-14 se referia ao contrato com as prestadoras de ATER na Resex Tajaós-Arapiuns, contratadas pela Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013?**". Temos a informar que SIM, o Contrato CRT.ST.0000007-14, foi firmado entre o INCRA e o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC, para prestar serviços de assistência técnica à 742 famílias extrativistas dentro da RESEX Tapajós Arapins, especificamente no Lote 07 que compreendia as Comunidades de Anã até a Comunidade de São Pedro. Este foi um dos contratos firmados através da Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013;

Quanto a questão nº 02) "**Depois o TCU ao correlacionar dados com outras fontes de recebimento de recurso do Fomento Mulher, percebeu irregularidades, relacionadas a outro tipo de recurso e decidiu por meio do o Acórdão TCU 775/2016 bloquear liberação de recursos que seriam utilizadas para pagamento das prestadoras de assistência técnica da Resex Tapajós Arapiuns, o que levou à rescisão contratual?**". Temos a informar que NÃO, o Acórdão nº 775/2016 do Tribunal de Contas da União - TCU, foi uma representação formulada em face a diversos indícios de irregularidades identificadas na concessão de lotes e seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, em todo o país. Com pedido de medida cautelar para suspensão dos processos de seleção de novas famílias beneficiárias e suspensão imediata na concessão suspensão de novos pagamentos e remissões dos créditos além do bloqueio ao acesso a outros benefícios e políticas públicas atreladas aos Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, aos beneficiários que possuíam um dos dezesseis indícios de irregularidades apontados pelo TCU;

30/04/2021

SEI/INCRA - 8735645 - Ofício

Quanto a questão nº 03) **"Podemos entender que a rescisão contratual das prestadoras de ATER na Resex Tajapós-Arapiuns se deu em julho de 2016, por força do comunicado do Memorando Circular/230, com encerramento das atividades em outubro de 2016?"**. NÃO, em 20/07/2016 o INCRA/SEDE emitiu o Memorando Circular nº 230/2016, no qual informou que não havia disponibilidade de orçamento, naquele exercício, para novas demandas, nem para os contratos em execução e que não dispunham de orçamento para continuidade. Neste sentido a Diretoria de Desenvolvimento determinou que fossem adotadas medidas e procedimentos imediatos, visando a adequação do programa de ATER ao panorama orçamentário e financeiro. As medidas sugeridas foram: **rescisão de contratos com baixa execução; repactuação de contratos, com redução da execução mensal, porém, sem redução de metas e orçamento, aumentando apenas o prazo de execução; suspensão de novas chamadas públicas; dentre outras**. No caso dos contratos referentes a Chamada Pública MDA/INCRA nº 01/2013, foi feita a repactuação dos contratos.

Foi solicitado a paralisação dos serviços de ATER, na RESEX através do Ofício Circular INCRA/SR(30)/GAB/nº 21/2016, emitido em 12/08/2016, em função dos ajustes solicitados Memorando Circular nº 230/2016. Os serviços somente foram autorizados à retomada em 03/05/2017, através do Ofício Circular INCRA/SR(30)/GAB/nº 07/2017, no qual informou que houve descentralização de recursos para atender as despesas de ATER.

Em 08/03/2018 a prestadora foi oficiada novamente para que suspendesse os serviços. através do Ofício nº 7420/2018/SR(30)STA-D1/SR(30)STA-D/SR(30)STA/INCRA-INCRA as prestadoras foram comunicadas de que todos os empenhos referentes ao ano de 2017 e Nota de Crédito 2017NC006125, destinados ao pagamento dos contratos de ATER, haviam sido cancelados e, portanto, a SR-30 não teria empenho para pagamento dos serviços prestados. Neste sentido, as fiscais dos contratos solicitaram orientações à Superintendência, uma vez que os contratos ainda estavam vigentes. Porém, sem obter respostas, **o prazo de execução e vigência dos contratos foi encerrado, e as prestadoras não retornaram a campo para encerrar suas atividades**. Ou seja, os contratos foram encerrados quase dois anos depois do recebimento do Memorando Circular nº 230/2016.

Quanto a questão nº 04) **"Assim, a interrupção dos contratos se deu força de corte do governo federal à PNATER ou, por conta do Acórdão TCU 775/2016?"**, temos a informar que o Acórdão TCU 775/2016, prejudicou bastante o desenvolvimento das ações planejadas para famílias beneficiárias da Reforma Agrária, mas não foi o responsável pelo cancelamento dos contratos. Esta interrupção se deu por conta do corte orçamentário do Governo Federal destinado ao PNRA e ao INCRA para implantação de diversas políticas públicas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Sousa, Superintendente**, em 27/04/2021, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8735645** e o código CRC **BED816E2**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.031842/2021-75

SEI nº 8735645

ANEXO C – EQUIPE DE ATES INFORMA POR E-MAIL PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES EM FEVEREIRO DE 2018

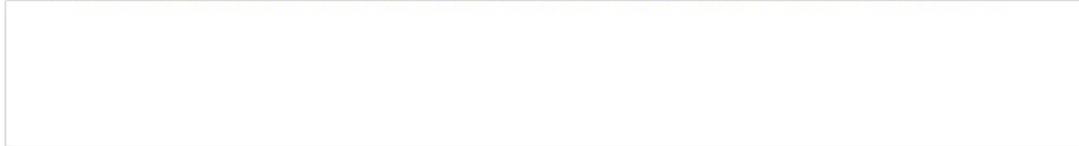
----- Mensagem encaminhada -----

Assunto:Paralisação dos serviços

Data:Wed, 28 Feb 2018 16:41:37 -0300 (BRT)

De:Ates sr30 <ates.sr30@sta.incra.gov.br>

Para:ceapac@ceapac.org.br, ipam@ipam.org.br, psa@saudeealegria.org.br, consulte.ater@gmail.com,



Boa tarde!

Vimos através deste determinar às prestadoras IPAM, CEAPAC e PROJETO SAÚDE E ALEGRIA que paralise imediatamente as atividades de campo, essa determinação deve ser seguida até segunda ordem, pelo fato de que todos os empenhos referentes ao ano de 2017 foram cancelados, sem maiores explicações da Divisão de Administração, portanto não teremos empenho para pagamento dos serviços prestados.

A Superintendência já entrou em contato com Brasília para tentar reverter a situação, porém até o momento não houve nenhuma resposta concreta. Cabe salientar que tal informação somente foi repassada, informalmente, ao setor de ATES apenas no dia 28/02/2018.

Att.

Equipe de ATES

INCRA SR/30

Telefone: (93) 3523-1296

ANEXO D – INCRA COMUNICA PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES DE ATER EM MARÇO DE 2018

08/03/2018

SE/INCRA - 0488775 - Ofício



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Presidente Vargas, s/nº, - Bairro Fátima, Santarém/PA, CEP 68040-060

Ofício nº 7409/2018/SR(30)STA-D1/SR(30)STA-D/SR(30)STA/INCRA-INCRA

A
Sra.
Maria Rosa Sousa Godinho
Diretora Geral – CENTRO DE APOIO A PROJETOS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - CEAPAC
Trav. Profª Agripina de Matos, nº 203, bairro Laguinho

Assunto: Paralisação imediata dos serviços de ATER

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.028409/2018-57.

Sra. Diretora,

Viemos através deste determinar às prestadoras Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM e Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - CEAPS que sejam **imediatamente suspensos os serviços de assistência técnica** aos beneficiários da reforma agrária da Chamada Pública Extrativista, até segunda ordem.

Essa determinação se dá pelo fato de que todos os Empenhos referentes ao ano de 2017 foram cancelados, além da Nota de Crédito 2017NC006125, que havia sido autorizada em novembro de 2017, portanto não teremos empenho para pagamento dos serviços prestados.

Os empenhos cancelados, referente as prestadoras citadas foram:

CEAPAC: 2017NE800091, 2017NE800190 e 2017NE800191;

IPAM: 2017NE800092 e 2017NE800192;

CEAPS (Lote 10): 2017NE800093 e 2017NE800193;

CEAPS (Lote 11): 2017NE800094 e 2017NE800194;

Atualmente, apenas o CEAPS (Lote 11) apresenta um empenho referente ao ano de 2016 (2016NE800324), enquanto que as demais prestadoras citadas não possuem nenhum empenho.

Esclarecemos que a Superintendência já entrou em contato com o INCRA sede, a fim de tentar reverter a situação, porém até o presente momento não houve nenhuma resposta concreta.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio da Silva Costa, Superintendente**, em 08/03/2018, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=613284&infra_sistema=100000100&

ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FOMENTO MULHER: UMA AVALIAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA PARA MULHERES E SUAS FAMÍLIAS, NA RESEX TAPAJÓS

Pesquisador: ANNE GABRIELLA SALGADO DOS SANTOS MOTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28344420.1.0000.5168

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.911.816

ANEXO F – AUTORIZAÇÃO ICMBIO / SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 74292-1	Data da Emissão: 20/03/2020 10:05:00	Data da Revalidação*: 20/03/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		
Dados do titular		
Nome: Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota		
Título do Projeto: FOMENTO MULHER: UMA AVALIAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA PARA MULHERES E SUAS FAMÍLIAS, NA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS		
Nome da Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará		CNPJ: 11.118.393/0001-59

ANEXO G – RESPOSTA DO INCRA AO OFÍCIO ENVIADO EM 2019

07/02/2019

SEI/INCRA - 2706023 - Minuta de Ofício



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Presidente Vargas, s/nº, - Bairro Fátima, Santarém/PA, CEP 68040-060

Minuta de Ofício nº 2706023/2019/SR(30)STA-D1/SR(30)STA-D/SR(30)STA/INCRA-INCRA

Ao Ilmo. Sr.

Dr. Bruno Apolo Miranda Figueira

Coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Av. Mendonça Furtado, 2946, 4º andar - Sala 476 Bairro Fátima

CEP: 68.040-050 – Santarém/PA

Assunto: Informações a respeito dos créditos FOMENTO MULHER

Referência: Resposta ao Ofício nº 02/2019 PPGSAQ/CFI/UFOPA - Processo nº 54000.011548/2019-22.

Prezado Senhor,

Em resposta ao Ofício nº 02/2019 PPGSAQ/CFI/UFOPA, protocolado nesta Superintendência no dia 29/01/2019, no Processo nº 54000.011548/2019-22, o qual solicita:

- a) Referência sobre a Chamada Pública do recurso destinado a este crédito, que convocou prestadores de serviço para atuação de ATER na RESEX;
- b) Lista de todas as mulheres cadastradas e beneficiadas com o crédito Fomento Mulher, incluindo: localização por comunidade, tipo de projeto produtivo inscrito, mês em que a beneficiária teve acesso ao crédito, status (se concluído ou não) e prestadora de ATER responsável pelo cadastro e acompanhamento. (grifo nosso)

Em resposta, temos a informar que a Chamada Pública de ATER Extrativista 01/2013, que teve como objeto a contratação de empresas para prestarem serviços de ATER em Unidades de Conservação, foi um processo licitatório organizado e lançado pelo INCRA Sede - BSB. As empresas que foram contratadas para os cinco lotes da RESEX Tapajós/Arapiuns, foram as seguintes:

- 1º) Lote 07: Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC;
- 2º) Lote 08: Cooperativa de Serviços e Idéias Ambientais - ECOOIDEIA;
- 3º) Lote 09: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM;
- 4º) Lote 10: Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - CEAPS (PSA);
- 5º) Lote 11: Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - CEAPS (PSA);

Informamos ainda, que estamos disponibilizando o Edital da Chamada pública 01/2013, as publicações da mesma no Diário Oficial e a uma planilha com a relação das mulheres que foram beneficiadas com o Crédito FOMENTO MULHER do INCRA, assim como outras informações, como localização, empresa responsável pelo projeto produtivo, atividade apoiada e prazo de vigência do contrato.

Para dar celeridade, todos os documentos acima relacionados, também serão encaminhados para os endereços eletrônicos da mestrandia interessada no assunto, a Srta. Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota (motagabriella7@gmail.com), e do seu orientador, o professor Dr. Thiago Almeida Vieira (thiago.vieira@ufopa.edu.br);